

Índice

I. Diagnóstico Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa	4
1. Introdução	5
2. População e famílias.....	8
Mulheres e homens residentes em Lisboa	8
Pessoas e famílias.....	11
A constituição de família própria	14
Feminização do envelhecimento	15
3. Imigração	19
4. Educação	24
Escolaridade e população	24
A população escolar	28
Acesso ao sucesso	29
5. Emprego e desemprego	36
Trabalhadoras e trabalhadores da cidade de Lisboa	36
Salários de mulheres e de homens	41
Outras desigualdades entre mulheres e homens no trabalho	45
Desemprego	46
6. Usos do tempo e articulação da vida profissional, familiar e pessoal	52
7. Proteção social	68
Proteção no desemprego.....	68
Proteção na doença	69
Proteção na parentalidade.....	69
Proteção na carência económica	72
Proteção na transição do mercado de trabalho para a reforma e na viuvez	73
Rede de equipamentos e respostas sociais	75
8. Saúde	83
Fatores condicionantes da saúde.....	83
Morbilidade.....	85
Incapacidades.....	89
Práticas tradicionais nefastas.....	90
A saúde das pessoas imigrantes.....	91
9. Desporto e cultura.....	93
10. Segurança e criminalidade	97
Criminalidade registada	97

Prevalência da violência doméstica e de género, perceção de (in)segurança e relação com o espaço público	98
Jovens em conflito com a lei	99
Crianças e jovens em perigo	100
11. Pobreza e exclusão social	104
Mulheres e homens em situação de carência habitacional.....	105
Mulheres e homens sem-abrigo	107
Mulheres ciganas	109
Mulheres e homens com deficiência	111
Mulheres e homens em estabelecimentos prisionais	112
Mulheres idosas no centro histórico de Lisboa	113
Outros grupos com vulnerabilidades específicas.....	114
II. I Plano Municipal para a Igualdade de Género PMIG	116
Visão	117
Enquadramento.....	117
Linhas transversais – princípios orientadores	118
Abordagem dupla e complementar do I PMIG	119
Síntese do diagnóstico – problemas priorizados.....	119
Eixos prioritários de intervenção, objetivos e públicos estratégicos	123
Plano de Ação janeiro 2020 - setembro 2021	124
Monitorização e avaliação.....	135
Modelo de governação	135
III. Recomendações de medidas a incluir no Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens de Lisboa 2020-2030	136
Referências bibliográficas	140

I. Diagnóstico Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa

1. Introdução

O Diagnóstico Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa, que agora se apresenta, corresponde a uma das componentes da prestação de um serviço de assessoria técnica especializada por parte do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social à Câmara Municipal de Lisboa (CML), no âmbito do processo de construção do I Plano Municipal para a Igualdade de Género - PMIG.

De acordo com a **metodologia de trabalho** acordada, a elaboração do Diagnóstico Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa obedeceu a um processo de produção de conhecimento, numa articulação estreita e regular entre a equipa do CESIS e a CML. O Núcleo para a Igualdade e a Divisão para a Coesão e Juventude - Departamento para os Direitos Sociais, bem como a Assessora Cecília Honório - Pelouro de Educação e Direitos Sociais, têm constituído os principais eixos dessa articulação.

Por outro lado, a metodologia de trabalho baseou-se numa abordagem participativa que envolveu:

- O Núcleo Executivo da Rede Social de Lisboa;
- O Conselho Local de Ação Social de Lisboa;
- O Conselho Municipal para a Igualdade, em particular o GT Igualdade;
- Mulheres e homens munícipes de Lisboa.

Nesse sentido, entre março e julho de 2019, foram dinamizados seis *workshops*, em diferentes zonas do concelho, com o duplo objetivo de refletir sobre elementos de diagnóstico e de recolher contributos para o plano. No total foram envolvidas 84 pessoas, 67 das quais são do sexo feminino (80%) e 17 do sexo masculino (20%). A média de idades destas pessoas situa-se nos 46 anos. A pessoa mais jovem tem 26 anos e a mais velha 75 anos. Refira-se, ainda, que numa destas sessões participou um grupo de crianças em idade pré-escolar.

Complementarmente aos *workshops*, promoveu-se uma auscultação alargada das entidades parceiras da Rede Social de Lisboa. Foi assim elaborado um inquérito *online*, que foi divulgado pela equipa da Câmara Municipal de Lisboa junto das entidades membros do Conselho Local de Ação Social de Lisboa, num total de 514 entidades. Este inquérito teve como objetivos principais priorizar os problemas a serem alvo de intervenção no concelho e recolher propostas de medidas a serem consideradas no I Plano Municipal para a igualdade de Género. O inquérito esteve disponível para preenchimento entre os dias 2 e 15 de julho de 2019. Permitiu a obtenção de 62 respostas.

Constitui pressuposto deste trabalho que a elaboração de um plano de ação municipal para a promoção da igualdade de género em Lisboa carece de um quadro de partida que desoculte as diferentes expressões das desigualdades entre mulheres e homens no respetivo território. Importava, pois, construir o **Diagnóstico** Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa.

Com este diagnóstico pretende-se conhecer como é que as desigualdades de género se manifestam entre a população residente no Município e que obstáculos se colocam à construção de uma cidadania que realize efetivamente os direitos humanos e assegure plenamente a participação de todas e de todos.

De modo a enquadrar a leitura deste documento de diagnóstico, impõem-se algumas notas adicionais de natureza metodológica:

- Foi definido, e consensualizado com a CML, um plano de indicadores de género orientador do diagnóstico;
- Foram recolhidos e analisados, sempre que possível, dados relativos ao município de Lisboa. Contudo, nalguns casos, a informação disponível reporta-se ao distrito de Lisboa, à Grande Lisboa ou à Área Metropolitana de Lisboa. Sempre que não seja feita referência em contrário, os dados incluídos no diagnóstico reportam-se à cidade de Lisboa.
- Foi recolhida e analisada informação tão atualizada quanto possível. Contudo, o ano de referência dos dados incluídos no diagnóstico varia em função da respetiva fonte.
- Em termos das fontes de referência, fez-se recurso a uma diversidade de fontes, no sentido de construir um diagnóstico o mais compreensivo possível:
 - fontes estatísticas oficiais de acesso público;
 - dados estatísticos cedidos, mediante pedido, especificamente para este diagnóstico pelas entidades competentes;
 - estudos de natureza monográfica, quer de natureza quantitativa que com um enfoque qualitativo;
 - exploração de instrumentos orientadores das políticas municipais de Lisboa numa perspetiva sensível ao género;
 - contributos para o diagnóstico, enviados pelas organizações-membros do GT Igualdade do Conselho Municipal para a Igualdade;
 - elementos de diagnóstico recolhidos no âmbito dos *workshops* de auscultação / discussão com membros do Conselho Local de Ação Social de Lisboa e do Núcleo Executivo da Rede Social de Lisboa; Conselho Municipal para a Igualdade, em particular o GT Igualdade; e mulheres e homens munícipes;
 - e elementos de diagnóstico compilados pela equipa da CML.

O Diagnóstico Local da Igualdade de Género no Município de Lisboa, que constitui este documento, está estruturado em dez áreas temáticas: População e famílias; Imigração; Educação; Emprego e desemprego; Usos do tempo e articulação da vida profissional, familiar e pessoal; Proteção social; Saúde; Desporto e cultura; Segurança e criminalidade; e Pobreza e exclusão social.

Importa finalmente referir que a elaboração deste Diagnóstico Local foi uma exigência das entidades parceiras do Grupo de Trabalho Igualdade, do Conselho Municipal para a Igualdade, formulada em reunião para a elaboração deste plano, realizada em 28 de maio de 2018.

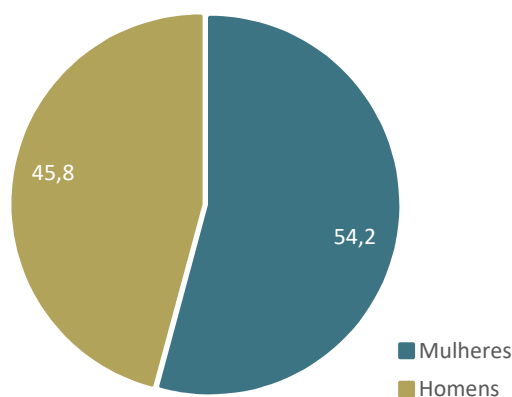
2. População e famílias

Mulheres e homens residentes em Lisboa

As estimativas apontam para um total de 506 088 pessoas a residirem em Lisboa, no ano de 2017. Este número resulta de um decréscimo (quase) constante de população, a partir da década de 80 do século passado, ainda que com um abrandamento do seu ritmo nos últimos anos, sendo que entre 2016 e 2017 as estimativas revelam mesmo um crescimento populacional (504 964 residentes em 2016; 506 088, em 2017).

Entre as pessoas residentes no concelho de Lisboa, 45,8% são do sexo masculino e 54,2% do sexo feminino. Verifica-se, pois, uma maior percentagem de mulheres entre a população a viver em Lisboa do que a registada para a Área Metropolitana de Lisboa (53,1%).

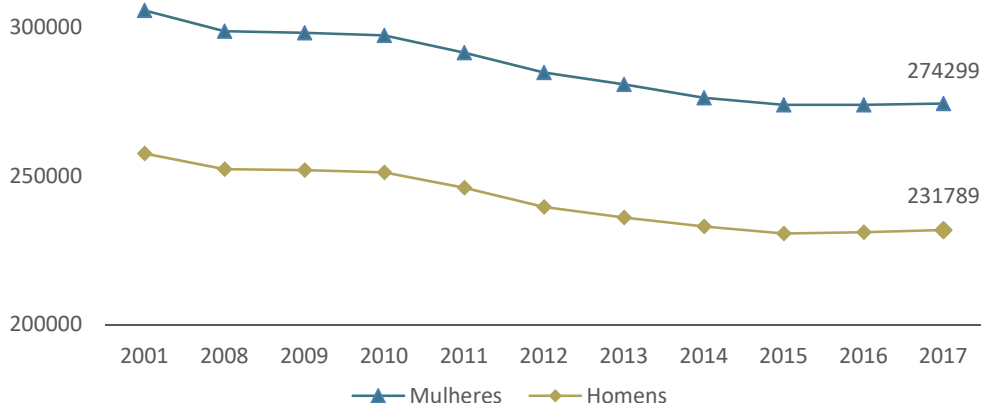
Figura 1 – População residente, por sexo – 2017 (%)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017.

Desde, pelo menos, 2001 que o peso das mulheres na população residente na cidade de Lisboa se tem mantido relativamente constante. A evolução da população feminina e masculina tem, pois, seguido a mesma tendência podendo-se afirmar que os fatores que levaram Lisboa a perder população afetaram tanto homens como mulheres.

Figura 2 | Evolução do número de homens e de mulheres residentes – 2001/2017



Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente em PORDATA. Última atualização: 2018-06-15.

Olhando os dados de uma outra forma, a relação de masculinidade em Lisboa, no ano de 2017, é de 84,4, o que significa que para cada 100 mulheres residem, na cidade, 84 homens.¹

Tomando a distribuição da população pelo território da cidade verifica-se que, considerando as Unidades de Intervenção Territorial e os dados do Censo de 2011², Lisboa Oriental é a que apresenta uma percentagem de mulheres inferior à percentagem equivalente para o total da cidade (53% face a 54,2%).

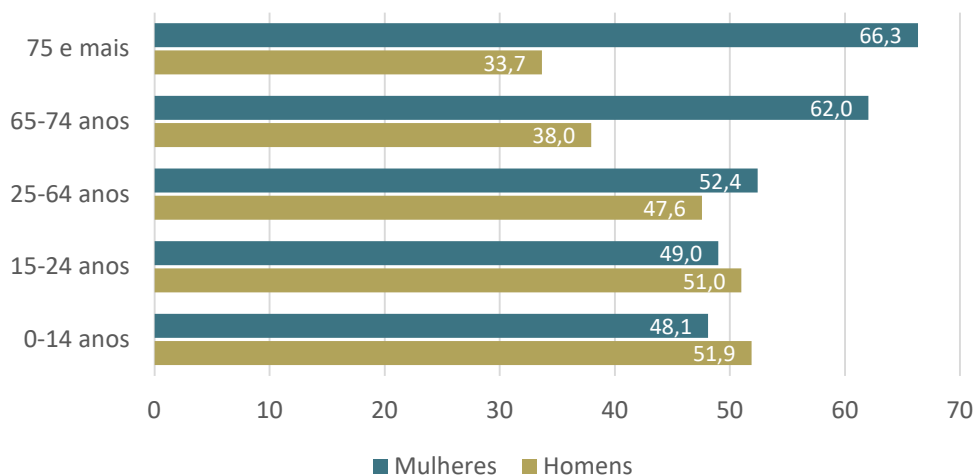
Considerando o nível mais micro das freguesias, constata-se que os maiores desequilíbrios entre população masculina e feminina se situam “nas freguesias de Campolide e Santa Maria Maior com maior peso de homens em quase todo o período fértil) e São Domingos de Benfica (com mais mulheres em quase todas as idades consideradas férteis)”. (Capucha, coord., 2018: 76)

Sobretudo devido a uma ‘sobremasculinidade de nascimentos’ (Rosa, 1999) os elementos do sexo masculino estão em maior percentagem nos grupos etários mais jovens. As mulheres ganham maior peso demográfico nas faixas etárias mais velhas - a partir dos 65 anos as mulheres representam mais de 60% da população residente em Lisboa.

¹ Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA, disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Última atualização: 2018-11-07.

² Única fonte que disponibiliza informação desta natureza ao nível da freguesia.

Figura 3 | Proporção de homens e de mulheres nos grupos etários – 2017 (%)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017.

Este fenómeno de feminização do envelhecimento reflete-se também ao nível das freguesias – a estrutura populacional das freguesias com maior índice de envelhecimento revela, para além de uma proporção de jovens muito baixa, um envelhecimento marcadamente feminino. Assim, algumas das freguesias com maior percentagem de mulheres coincidem com os territórios mais envelhecidos, como é o caso de Ajuda, Alcântara, Alvalade, Areeiro, Arroios, Avenidas Novas, Benfica, Campo de Ourique, Penha de França, Santa Maria Maior, S. Vicente e Santo António.

Tabela 1 | População residente em Lisboa, por grupo etário – 2017 (%)

	Homens	Mulheres	Total
0-14 anos	18,1	14,2	16
15-24 anos	8,7	7,0	7,8
25-64 anos	49,7	46,3	47,8
65 e mais anos	23,5	32,5	28,4
TOTAL	100	100	100

Fonte: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017.

Considerando a estrutura etária da população, conclui-se, uma vez mais, pela maior presença das mulheres no grupo etário dos 65 e mais anos e pode também destacar-se que menos de 50% da população se enquadra na faixa etária dos 25 aos 64 anos, idade ativa por excelência. Note-se que as percentagens de homens e de mulheres daquelas idades são mais baixas do que as verificadas na população residente no total dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (52,2% para mulheres e

53% para homens), o que pressupõe o maior peso da população idosa na população residente na capital.

Apesar do envelhecimento verificado na população de Lisboa, note-se que entre 2001 e 2016 do “conjunto dos concelhos da AML, Lisboa é o que apresenta uma maior recuperação nos resultados do Índice Sintético de Fecundidade. Verifica-se, aliás, que só no concelho de Lisboa, no último ano em análise, se alcança um valor de ISF superior a 2,1, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações”. (Capucha, coord., 2018: 90)

Por outro lado, ainda que o saldo migratório seja positivo em mais freguesias do que o saldo natural, há três freguesias que ganham população (no período intercensitário) por via de um “duplo crescimento – natural e migratório – que são Carnide, Lumiar e Santa Clara, duas das quais com crescimento consolidado e uma com inversão de tendência positiva”. (Capucha, coord., 2018: 86)

Pessoas e famílias

Em 2011, segundo dados do Censo, 49,4% dos homens e 42,2% mulheres residentes em Lisboa eram solteiros/as. São também os homens que apresentam uma maior percentagem de casados (41% face a 34,6% de mulheres casadas). É entre as pessoas divorciadas e viúvas que as proporções se invertem, sendo a diferença particularmente acentuada na segunda situação (a percentagem de mulheres viúvas é superior à dos homens em 10.8 pp), o que não pode deixar de estar relacionado com uma maior esperança de vida das mulheres e também com uma maior tendência destas para permanecerem viúvas (e divorciadas). Com efeito, e tal como sublinhado num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico, os padrões de re-casamento de mulheres e de homens são claramente diferentes.

Figura 4 | Mulheres residentes, segundo o estado civil –

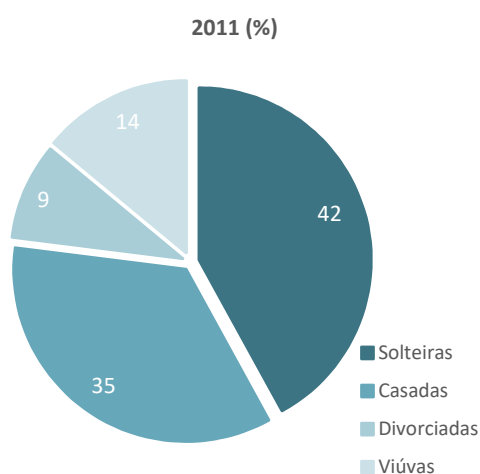
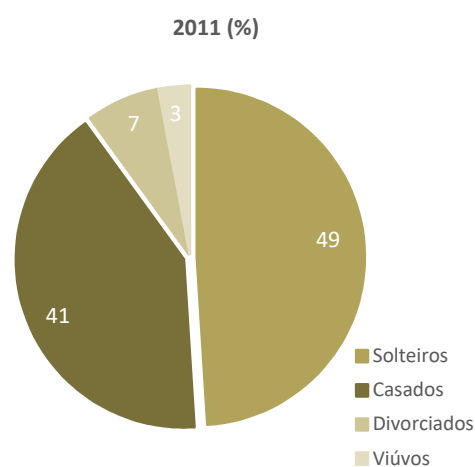


Figura 5 | Homens residentes, segundo o estado civil –



Fonte: INE, Censo 2011.

Ainda o Censo de 2011 dá conta da existência de 243 892 famílias clássicas no concelho - 45,1% destas famílias têm uma mulher como representante. Interessante é verificar que tendencialmente as mulheres se assumem como representantes de famílias onde não existem relações de conjugalidade – veja-se que em apenas 15% as famílias que têm mulheres como representantes essa é uma mulher casada; para as famílias cujo representante é do sexo masculino essa percentagem sobe para 63%. Por outro lado, 34% e 31% das famílias têm mulheres solteiras e viúvas, respetivamente, como suas responsáveis.

Figura 6 | Mulheres representantes de famílias clássicas, segundo o estado civil – 2011 (%)

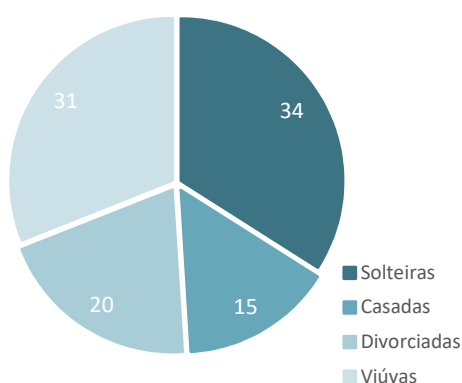
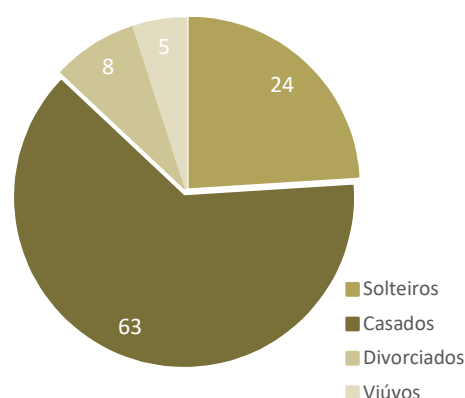


Figura 7 | Homens representantes de famílias clássicas, segundo o estado civil – 2011 (%)



Fonte: INE, Censo 2011.

As famílias unipessoais constituem-se como a tipologia dominante – em 2011 significam cerca de 35% no contexto das famílias clássicas. Em percentagens muito semelhantes surgem, em seguida, os casais com e sem filhos (cerca de 24%).

As famílias monoparentais em que a figura responsável é uma mulher representam 10% das famílias clássicas, mas as famílias monoparentais masculinas não chegam a atingir os 2%. Numa outra perspetiva, perto de 86% das famílias monoparentais têm uma mulher como responsável, evidenciando a persistência da guarda materna, nomeadamente após o divórcio ou separação.

Por outro lado, cabe referir que em pouco mais de 44% das famílias monoparentais femininas (face a 42% das monoparentais masculinas), os filhos ou as filhas serão todas/os maiores de idade,³ o que pressupõe maiores responsabilidades das mulheres para com filhos/as adultos/as que, por diferentes motivos, não alcançaram condições para a sua autonomia (saúde, deficiência, carência económica ou, simplesmente, adiamento da sua independência face à família de origem).

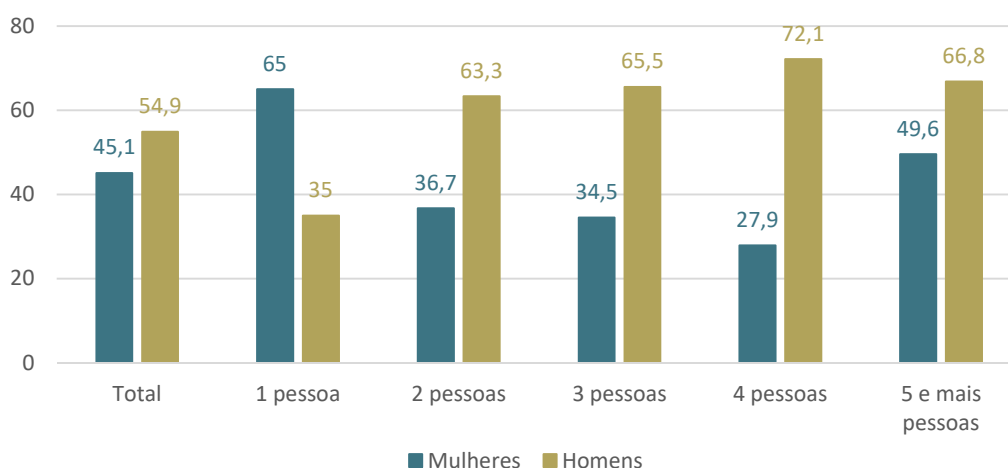
³ De acordo com a definição, o/a filho/a mais novo/a terá idade igual ou superior a 25 anos.

Em 2011, a dimensão média das famílias residentes no concelho de Lisboa era 2,2, valor comparativamente mais baixo do que o apresentado quer no Continente, quer na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Esta dimensão média das famílias surge como reflexo de um peso elevado das famílias unipessoais, tal como se referiu anteriormente, e de uma baixa percentagem (5,1%) de famílias numerosas (5 ou mais elementos). Segundo dados constantes no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, é Marvila a freguesia que apresenta uma maior dimensão média das famílias; e são as freguesias do Centro Histórico aquelas onde, inversamente, é menor a dimensão média das famílias.

Tendo em conta o sexo do/a representante, podemos verificar que as mulheres predominam nas famílias unipessoais – em 65% das famílias com apenas uma pessoa essa pessoa é uma mulher. O peso das mulheres como representantes de uma família diminui nas famílias compostas por duas, três ou quatro pessoas mas torna a aumentar nas famílias com cinco ou mais elementos – apesar de poucas, quase 50% destas famílias têm uma mulher como representante.

Figura 8 | Homens e de mulheres, representantes de famílias, por dimensão das famílias – 2011 (%)



Fonte: INE, Censo 2011.

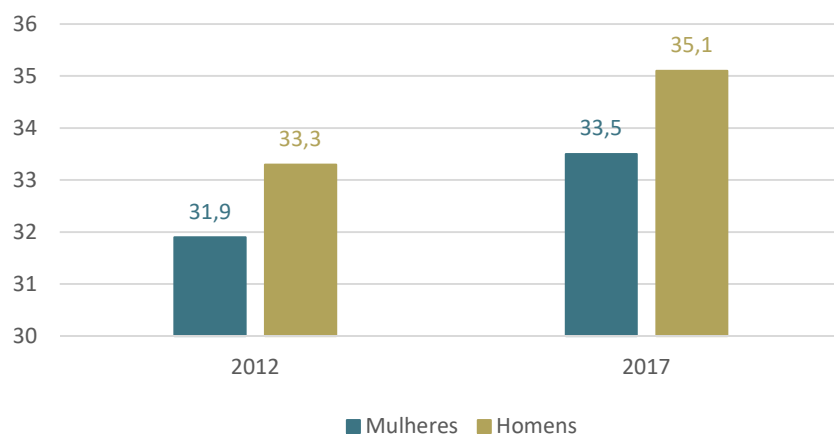
Das famílias unipessoais, 65% são compostas por mulheres sós e 34% correspondem a mulheres com 65 e mais anos; 8,4% são homens sós com 65 e mais anos.

Quanto à escolaridade, as mulheres que vivem sós situam-se nos “extremos” dos níveis de ensino: 36% têm, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico (estas serão, certamente, as mais velhas); 37,1% concluíram o ensino superior (provavelmente as mais novas). Já em relação aos homens que vivem sós se verifica uma maior concentração no ensino superior (48,7%).

A constituição de família própria

A constituição de família própria através do casamento é um projeto cada vez mais adiado na vida de mulheres e de homens. À semelhança do que acontece no país, também na AML (por aproximação ao que se passa na cidade de Lisboa) a idade ao primeiro casamento tem vindo a aumentar, para ambos os sexos, tal como se pode verificar na figura seguinte.

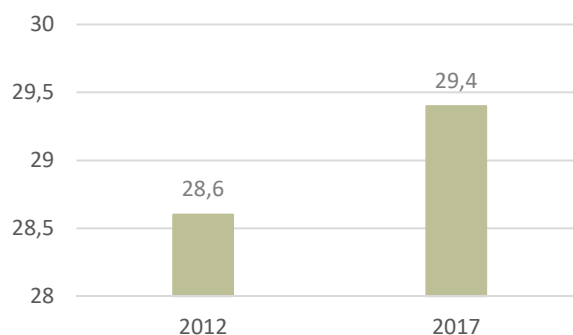
Figura 9 | Idade média ao primeiro casamento de mulheres e de homens – 2012 e 2017⁴



Fontes: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017; INE, Anuário Estatístico da Região Lisboa, 2013.

A acompanhar este processo, está um aumento da idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a. De acordo com a informação disponível no Instituto Nacional de Estatística, em 2017, a idade média ao nascimento do/a primeiro/a filho/a é de 29,4 anos.

Figura 10 | Idade média ao nascimento do/a primeiro/a filho/a – 2012 e 2017⁵



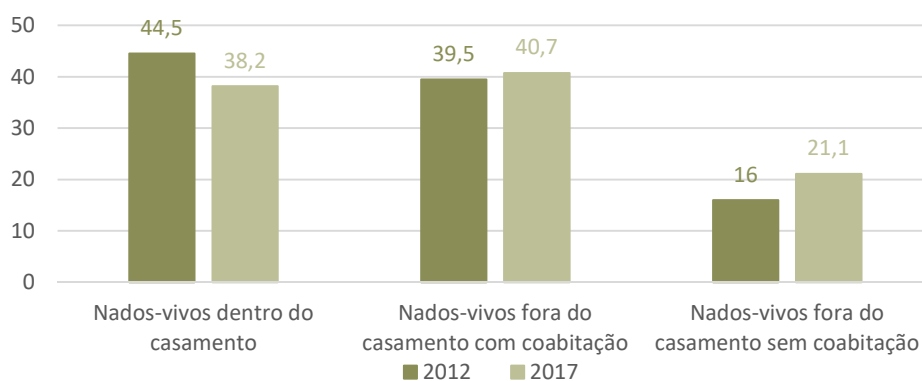
⁴ Os números para 2010 dizem respeito à Grande Lisboa; em 2017 referem-se à Área Metropolitana de Lisboa. Não existe informação disponível para a cidade de Lisboa.

⁵ Os números para 2010 dizem respeito à Grande Lisboa; em 2017 referem-se à Área Metropolitana de Lisboa. Não existe informação disponível para a cidade de Lisboa.

Estes dados podem ser complementados com os disponíveis no Perfil Local de Saúde 2017⁶, tendo por base os Agrupamentos dos Centros de Saúde de Lisboa Norte e Lisboa Central, que apontam para um aumento da percentagem de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos: 36,3% no triénio 2014-2016; 21,7% no triénio 2005-2007.

Em paralelo, verifica-se o aumento do número de nados vivos fora do casamento, crescendo, em particular, os nados vivos fora do casamento sem a coabitação do pai e da mãe (mais 5.1 pp, entre 2012 e 2017), o que antecipa outras formas de constituição de família que vão para além da contração de matrimónio.

Figura 11 | Nados-vivos segundo a filiação – 2012 e 2017⁷



Fontes: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017; INE, Anuário Estatístico da Região Lisboa, 2013.

Feminização do envelhecimento

Como mencionado no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, é a partir dos anos 60 do século XX que se começa a assistir a uma tendência de longo prazo para uma inversão da pirâmide etária de Lisboa, com um achatamento da base e um alargamento dos grupos etário do topo.

Em 2017 a população com 65 e mais anos (143 742 pessoas) representa 28,4% da população residente; em 2012 aquela percentagem era de 27,2%.

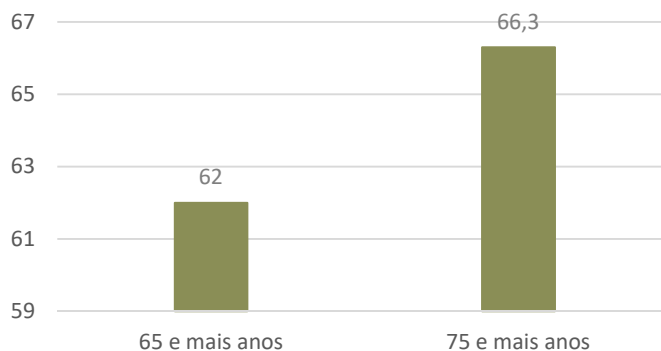
Neste processo de envelhecimento da população residente em Lisboa assume expressão particular o aumento das pessoas muito idosas. Tomando os dados mais recentes, disponíveis para a cidade, a população com 75 e mais anos representa, em 2017, 53,4% do total de pessoas com 65 e mais anos.

⁶ Fonte: Observatórios Regionais de Saúde.

⁷ Os números para 2010 dizem respeito à Grande Lisboa; em 2017 referem-se à Área Metropolitana de Lisboa. Não existe informação disponível para a cidade de Lisboa.

No grupo etário de pessoas mais velhas (65 anos e mais) salienta-se a presença das mulheres, presença essa cuja importância relativa cresce à medida que a idade aumenta. Ou seja, no grupo etário dos 65 e mais as mulheres representam 62% da população; no grupo dos 75 e mais essa percentagem sobe para 66,3%.

Figura 12 | Mulheres na população idosa, segundo os grupos etários – 2017 (%)



Fontes: INE, Anuário Estatístico da AML - população residente a 31/12/2017.

Recuando a 2011, e lembrando o que atrás foi referido, 34% das famílias unipessoais correspondem a mulheres sós com 65 e mais anos; e 8,4% são homens sós com 65 e mais anos.

Os dados do Censos de 2011 permitem, ainda, analisar as qualificações escolares da população mais velha. Segundo o Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, 60% das pessoas idosas, em 2011, concluiu, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico.

As diferenças entre os níveis de escolaridade alcançados por homens e por mulheres são acentuadas nos grupos etários mais velhos e aumentam com a idade, aumentando também a presença das mulheres nos níveis de instrução mais baixos. Com efeito, entre as mulheres com idades entre os 65 e os 69 anos (em 2011), 10,2% não concluíram nenhum grau de ensino; essa percentagem sobe para 24,5% quando se considera a faixa dos 75 e mais anos. Para os homens as percentagens respetivas são de 5,3% e 10,1%.

Em contrapartida, os homens mais velhos têm uma maior presença nos níveis de instrução mais elevados. Tomando a população que completou o ensino superior, verifica-se que a percentagem de mulheres com 65 e mais anos é inferior à dos homens e vai diminuindo com a idade de modo mais acentuado do que nos homens. Ou seja, 19,3% das mulheres e 24,9% dos homens, entre os 65 e os 69 anos, completaram o ensino superior; essas percentagens descem para 18,2% e 8,5% respetivamente para homens e mulheres entre quem tem 75 e mais anos.

Figura 13 | Mulheres e homens com 65 e mais anos que não concluíram nenhum grau de ensino, por grupos etários – 2011 (%)

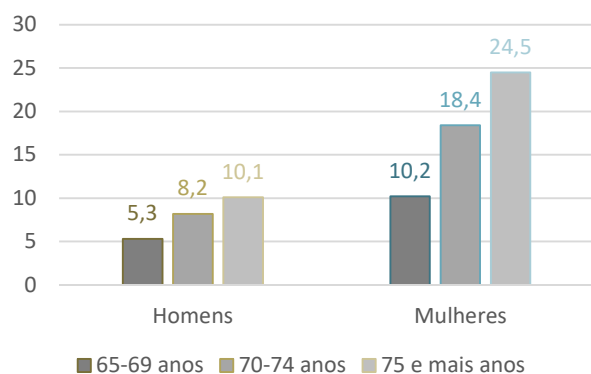
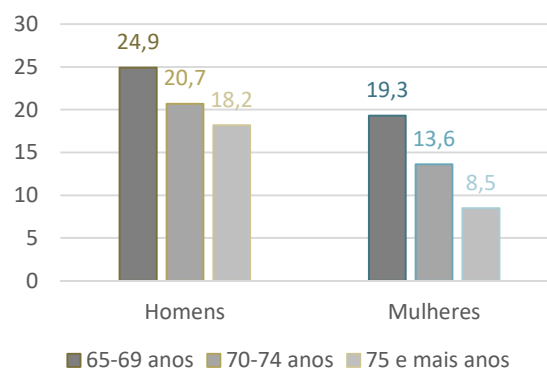


Figura 14 | Mulheres e homens com 65 e mais anos que concluíram o ensino superior, por grupos etários – 2011 (%)



Fonte: INE, Censo 2011.

Para além destas diferenças no processo de envelhecimento da população, há que ter em conta que homens e mulheres têm diferentes formas de viver a velhice, nomeadamente no que diz respeito à apropriação e vivência do espaço-casa e do espaço-rua.

Por outro lado, há que perspetivar que uma nova geração de pessoas idosas com maior nível de instrução está a emergir. Considerando as pessoas com idades entre os 50 e os 54 anos, verifica-se essa mesma tendência: há mais mulheres e homens com níveis de instrução superior e esbatem-se os diferenciais de género: 31,3% dos homens e 30,7% das mulheres daquele grupo de idades concluíram o ensino universitário.

Esta nova geração de futuros/as idosos/as, mais escolarizada, informada e, certamente mais autónoma, terá outras formas de estar em sociedade e constituir-se-á, sem dúvida, como um desafio para o desenho de novas políticas públicas na área do envelhecimento e, sobretudo, será um desafio para as instituições prestadoras de serviços.

Destaques

- Verifica-se uma feminização do envelhecimento, em particular entre as pessoas muito idosas.
- A maior parte das famílias unipessoais são compostas por mulheres sós; mais de um terço destas são mulheres com 65 ou mais anos.

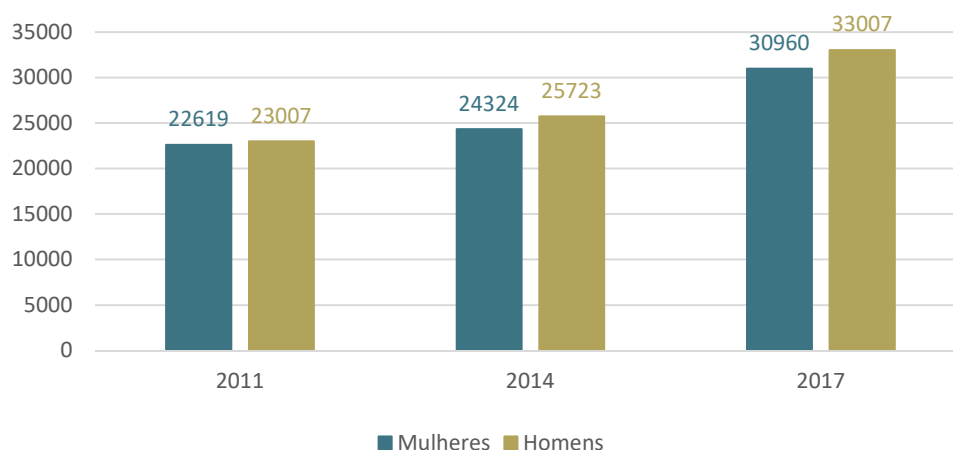
- A grande maioria das famílias monoparentais tem uma mulher como responsável.

3. Imigração

De acordo com o Observatório das Migrações (Oliveira, 2018) Lisboa é o concelho com maior número de população estrangeira: em 2017 Lisboa concentrava 15,2% do total de pessoas estrangeiras residentes no país. De uma outra perspetiva, a população estrangeira residente em Lisboa representa 12,6% do total de pessoas residentes no concelho, percentagem muito mais baixa do que os 26,5% de Albufeira, por exemplo.

Contrariamente ao verificado na AML e no país, em geral, nos últimos anos, a população estrangeira presente na cidade de Lisboa não diminuiu, tal como se pode verificar pelos números constantes na figura seguinte.

Figura 15 | População estrangeira residente, por sexo – 2011/2017

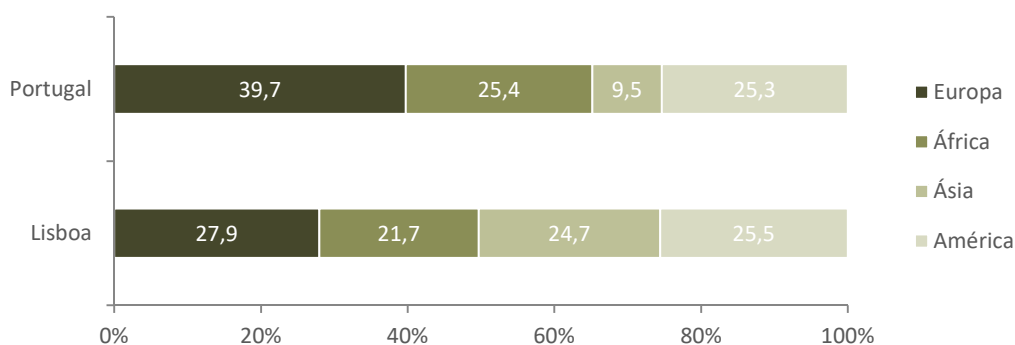


Fonte: INE | SEF/MAI – Estatísticas.

Este aumento constante da população estrangeira na cidade de Lisboa, mesmo em tempos de crise económica, estará relacionado com a maior capacidade de atração de Lisboa e com a maior variedade de ofertas laborais e sociais (CML, s.d.).

Lisboa é, também, dos concelhos com maior diversidade no que se refere à nacionalidade da população estrangeira, gerando-se um certo equilíbrio na presença de pessoas oriundas dos vários continentes, tal como se pode ver na figura seguinte.

Figura 16 | População estrangeira residente em Lisboa, e em Portugal, segundo o Continente de origem (%) – 2013



Fonte: Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa. Volume 2 – Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa, com base em SEF/MAI – Estatísticas.

Outra especificidade das dinâmicas de imigração na cidade de Lisboa diz respeito ao facto de, ao contrário do que acontece no país, e apesar de o crescimento do número de mulheres estrangeiras ter sido, nos anos considerados, ligeiramente superior ao dos homens, em Lisboa a população estrangeira ser maioritariamente masculina (51,6%).⁸

O peso relativo de homens e de mulheres na população estrangeira está relacionado com os países de origem, como se pode verificar na tabela seguinte.

⁸ Em 2017, segundo cálculos do Observatório das Migrações, com base em estatísticas do SEF.

Tabela 2 | População residente, por nacionalidade, segundo o índice de masculinidade – 2011

	Homens	Mulheres	Índice de masculinidade (H/M*100)
Total	296 859	250 874	84,5
Portuguesa	271 661	228 041	83,9
Estrangeira	16 396	15 437	94,2
EU 15 (sem PT)	2 322	2 210	95,2
EU 27 (sem PT)	3 462	3 085	89,1
Romena	758	668	88,1
Ucraniana	803	651	81,1
Total dos PALOP	3 238	3 185	98,4
Angolana	886	919	103,7
Cabo-verdiana	1 349	1 150	85,2
Guineense	392	645	164,5
Santomense	419	314	74,9
Brasileira	6 105	4 183	68,5
Chinesa	969	1 103	113,8
Indiana	244	644	263,9
Nepalesa	173	581	335,8
Bangladesh	89	387	434,8

Fonte: Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa. Volume 2 – Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa, com base em INE 2011.

Como se pode verificar, em 2011, o Brasil é o país de origem da maior parte das pessoas estrangeiras a residir em Lisboa. Dados mais recentes⁹ confirmam essa mesma tendência, sendo que, em 2017, a China ocupa já a segunda posição representando 10,1% da população estrangeira com estatuto de residência.

Voltando à tabela anterior, pode verificar-se que os fluxos migratórios com origem no Brasil destacam-se pela forte presença de mulheres – índice de masculinidade 68,5%. Pelo contrário, os fluxos mais recentes, e com tendência para crescer, com origem em países asiáticos (China, Índia,

⁹ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, para 2017.

Nepal e Bangladesh) são, sobretudo, masculinos. Também essencialmente masculina é a imigração com origem em países da União Europeia, sobretudo França, Itália e Espanha.

De acordo com o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa, os/as Romenos/as e as pessoas estrangeiras oriundas de países terceiros, sobretudo as com origem no Brasil, Índia, Bangladesh e Nepal, destacam-se pela maior proporção de pessoas jovens em idade ativa.

Por outro lado, dados do Observatório das Migrações referem que as “mulheres estrangeiras são ligeiramente mais jovens que os homens estrangeiros, mas bastante mais jovens que as mulheres de nacionalidade portuguesa.” (Oliveira, 2018) Este é um aspeto que não pode deixar de estar relacionado com a participação das mulheres estrangeiras no incremento de nascimentos.

Com efeito, um dos impactos maiores da imigração, referido em vários estudos, faz-se sentir na demografia da população. Com a imigração surgem novas comunidades, novas famílias e novas descendências.

Em 2017 as mulheres estrangeiras deram à luz 17,8% do total de nados vivos registados em Lisboa. Note-se que, nesse ano, a percentagem de população estrangeira entre as pessoas residentes em Lisboa era de 12,6%, como anteriormente referido.

Mais do que uma mera questão demográfica, a existência de casamentos mistos é também um indicador da integração da população estrangeira. No entanto, é preciso considerar que aqueles podem corresponder a casamentos entre pessoas ambas naturais de outros países bastando que, para o efeito, um dos elementos tenha já adquirido a nacionalidade portuguesa. Feita esta referência, do total de casamentos celebrados em Lisboa, no ano de 2017, 34,1% dizem respeito a casamentos mistos, percentagem que é mais elevada do que verificada na AML (24,5%) e no país (14%).¹⁰

Refira-se, ainda, que o casamento e a gravidez, tendencialmente mais precoces do que nas populações autóctones, podem conduzir a alguns problemas salientados no Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa, como sejam a insegurança e ansiedade, sobretudo nas pessoas (e em particular nas mulheres) que se encontram sozinhas, sem qualquer suporte familiar, e a terem que lidar com as transformações e adaptações às novas condições de imigrante e de alguém que constituiu família. Esta foi uma dimensão equacionada e refletida num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico.

¹⁰ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa.

Finalmente, cabe salientar que as pessoas estrangeiras não se distribuem de modo aleatório pela cidade e que a sua distribuição varia em função dos grupos nacionais: o Centro Histórico e a sua envolvente é a zona de maior diversidade cultural, concentrando fundamentalmente populações oriundas de países asiáticos; as antigas freguesias de Ameixoeira-Charneca, Carnide e Marvila, onde se localizam diversos bairros de promoção pública, concentram uma boa parte de pessoas vindas dos PALOP e com mais anos de presença em Portugal.

Destaques

- O crescimento do número de mulheres estrangeiras ter sido, nos anos considerados, ligeiramente superior ao dos homens, em Lisboa a população estrangeira ser maioritariamente masculina.
- A imigração com origem no Brasil é maioritariamente feminina: Pelo contrário, os fluxos mais recentes, e com tendência para crescer, com origem em países asiáticos (China, Índia, Nepal e Bangladesh) são, sobretudo, masculinos. Também essencialmente masculina é a imigração com origem em países da União Europeia, sobretudo França, Itália e Espanha.

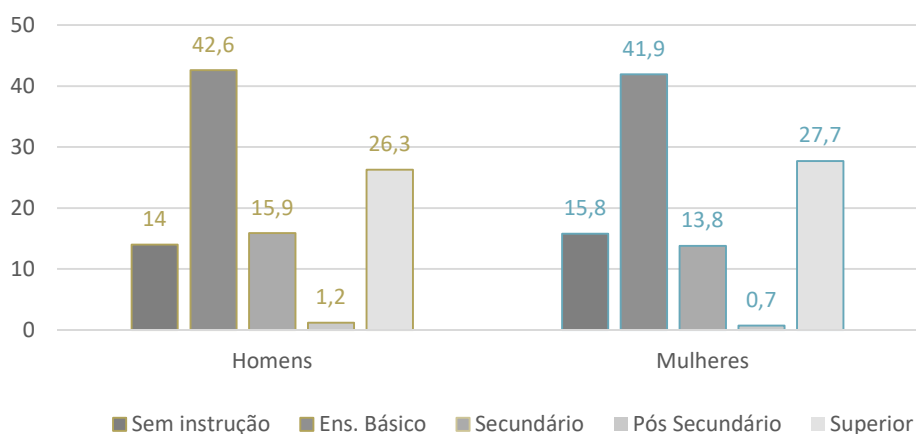
4. Educação

Escolaridade e população

Mulheres e homens residentes em Lisboa apresentam-se, em geral, mais escolarizadas/os do que a população do país. Por exemplo, enquanto 27,7% das mulheres residentes em Lisboa apresentam, em 2011, o ensino superior, essa percentagem desce para 13,7% quando se considera o total da população nacional.

Por outro lado, a percentagem de mulheres em Lisboa com o ensino superior é ligeiramente superior à dos homens – 27,7% face a 26,3% - mas a percentagem referente a quem não concluiu nenhum grau de ensino é também mais elevada entre as mulheres – 15,8% face a 14% entre os homens.

Figura 17 | Nível de instrução completado, por sexo – 2011 (%)



Fonte: INE, 2011, cálculos próprios.

Analisando os níveis de instrução da população residente por freguesia, Lumiar e Alvalade são, em 2011, as freguesias que concentram um maior número de pessoas com o ensino superior completo; Marvila, Olivais e Santa Clara as que apresentam o maior número de pessoas sem qualquer nível de escolaridade completo.¹¹

¹¹ Dados constantes no Diagnóstico Social 2015-2016.

Tabela 3 | População residente segundo o nível de escolaridade, por sexo e grupos etários – 2011 (%)

		Homens	Mulheres
15-24 anos	Sem nível de escolaridade completo	1,5	1,5
	Básico	55,2	49,8
	Secundário	32,3	32,7
	Pós-secundário	2,1	1,8
	Superior	8,9	14,2
25-39 anos	Sem nível de escolaridade completo	2,6	2,3
	Básico	27,0	19,8
	Secundário	21,8	17,3
	Pós-secundário	3,4	2,3
	Superior	45,2	58,2
40-54 anos	Sem nível de escolaridade completo	4,2	4,0
	Básico	40,8	36,1
	Secundário	18,6	18,2
	Pós-secundário	0,6	0,4
	Superior	35,8	41,2
55-64 anos	Sem nível de escolaridade completo	5,0	6,2
	Básico	51,2	52,7
	Secundário	13,2	12,9
	Pós-secundário	0,2	0,1
	Superior	30,5	28,1
65+ anos	Sem nível de escolaridade completo	8,3	20,0
	Básico	60,2	59,7
	Secundário	10,7	8,2
	Pós-secundário	0,1	0,1
	Superior	20,6	12,0

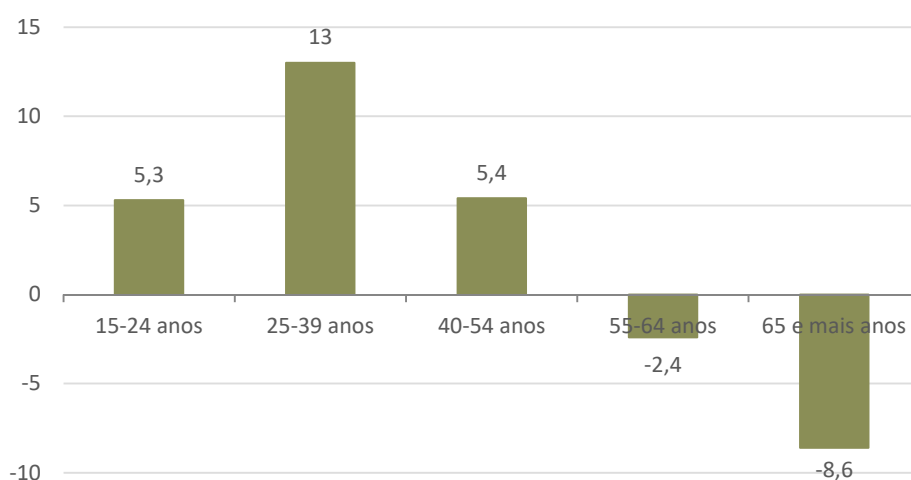
Fonte: INE, Censo 2011, cálculos próprios.

A partir dos dados constantes na tabela anterior torna-se visível como, ao longo dos diferentes grupos de idade, se regista uma evolução positiva dos níveis de escolaridade alcançados pela população residente em Lisboa. Para quem tem menos de 55 anos, outro aspeto evidente é o facto de serem as mulheres as que atingem níveis de instrução mais elevados. Enquanto no grupo das pessoas com 65 e mais anos apenas 12% das mulheres completou um curso universitário, face a 2,6% dos homens, na faixa dos 25-39 anos a percentagem de mulheres com o ensino superior chega aos 58,8%; esta percentagem entre os elementos do sexo masculino é de 45,2%.

Ou seja, a diferença percentual entre mulheres e homens que completaram o ensino superior é favorável às mulheres até ao grupo dos 40-54 anos, invertendo-se a situação nos grupos etários mais velhos.

Repare-se, no entanto, que a diferença entre a percentagem de homens e de mulheres que não completaram nenhum nível de ensino é inexpressiva até aos 55 anos. A partir daí, e com diferença bastante acentuada no grupo com mais de 65 anos, é nas mulheres que a percentagem de pessoas sem qualquer grau de ensino completo é maior.

Figura 18 | Diferencial entre mulheres e homens na conclusão do ensino superior, por grupos etários – 2011 (pp)

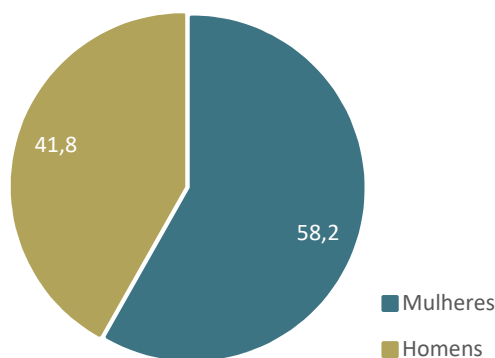


Fonte: INE, 2011, cálculos próprios.

Note-se que o diferencial no grupo dos 15-24 anos só não é maior porque uma boa parte das pessoas que o integram ainda estão em processo de escolarização. Se tomarmos em consideração o grupo dos 20-24 anos, o diferencial sobe para 9,5 pp.

Os dados sobre as pessoas diplomadas no ensino superior complementam a análise do acesso de homens e de mulheres aos níveis de educação mais elevados. Em 2017, das 23 105 pessoas que se diplomaram, 58,2% são mulheres, sendo esta uma percentagem que se tem mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos.

Figura 19 | Pessoas diplomadas no ensino superior, por sexo – 2017 (%)

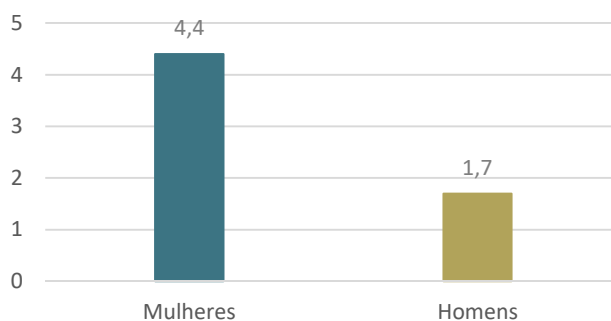


Fonte: DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES, PORDATA.

Acompanhando a evolução positiva dos níveis de escolaridade, em geral, regista-se entre os censos de 2001 e 2011, um decréscimo na taxa de analfabetismo (cf. Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016). Dessa descida resulta que a taxa de analfabetismo na cidade é, em 2011, 3,19%, valor mais baixo do que o registado, por exemplo, na AML (3,22%).¹² A taxa de analfabetismo é inferior entre os homens.

Quanto à distribuição geográfica deste problema, Marvila é a freguesia que apresenta a taxa de analfabetismo mais elevada (6,85%); ao contrário, S. Domingos de Benfica é a freguesia cuja população revela uma menor taxa de analfabetismo (1,32%).¹³

Figura 20 | Taxa de analfabetismo, por sexo – 2011



Fonte: Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016.

Não se tratando de analfabetismo mas dando conta de pessoas jovens que permanecem sem escolaridade estão os e as cerca de 500 jovens (249 homens e 242 mulheres) entre os 20 e os 24 anos que certamente já tinham saído da escola e que no Censo de 2011 surgem como não tendo completado

¹² Dados constantes no Diagnóstico Social 2015-2016.

¹³ Dados constantes no Diagnóstico Social 2015-2016.

qualquer grau de ensino. Esta é uma questão que não pode deixar de lembrar a população cigana e, em particular, as mulheres e meninas ciganas.

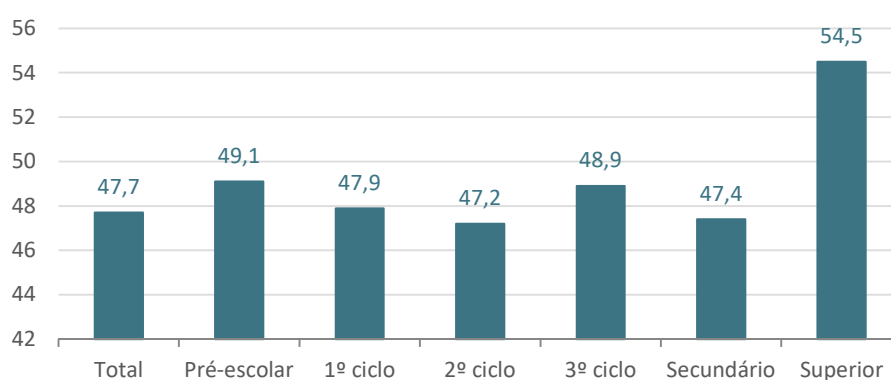
Com efeito, no estudo nacional sobre as comunidades ciganas dá-se conta não só da forte presença do analfabetismo entre estas comunidades ciganas como também dos baixos níveis de escolaridade alcançados, em geral: 'i) 15,5% são analfabetos; ii) cerca de 30% não têm o 1º ciclo completo, nem nunca frequentaram a escola; iii) aproximadamente 39% completaram apenas o ensino básico, maioritariamente o 1º ciclo e só cerca de 6% completaram o 3º ciclo.' (Mendes, *et al.*, 2014: 171)

A população escolar

O número de alunos/as matriculados/as nos estabelecimentos de ensino da cidade de Lisboa (públicos e privados), no ano de 2017, é de 117 871, dos quais 59,6% frequentam a rede pública.

A taxa de feminização dos diferentes níveis de ensino¹⁴ (da rede pública e privada) é sempre inferior a 50%, fator que não pode deixar de estar relacionado com a sobre representação da população masculina nos grupos etários mais novos. Esta situação altera-se no ensino superior, onde a taxa de feminização é de 54,5%, anunciando-se uma tendência para as mulheres alcançarem níveis de escolaridade mais elevados, já que nas faixas etárias que correspondem à população escolar universitária, o efeito demográfico já não se faz sentir como em idades mais novas.

Figura 21 | Taxa de feminização da população escolar, nos diferentes níveis de ensino da rede pública e da rede privada – 2017



Fontes/Entidades: DGEEC/MEd - MCTES, PORDATA.

¹⁴ Alunas do sexo feminino em % dos/as alunos/as matriculados/as nos diferentes níveis de ensino.

A educação e, mais concretamente, o aumento dos níveis de escolaridade da população portuguesa tem sido considerada com frequência uma das mais profundas alterações ocorridas na nossa sociedade, no pós 25 de abril de 1974.

Com efeito, o estudo realizado anualmente pelo Conselho Nacional de Educação refere que ‘a taxa real de escolarização entre os jovens de 5 a 14 anos é hoje, em Portugal, de 98% em linha com a média dos países da OCDE e da UE28.’ (Rodrigues *et al.*, 2018: 7)

Segundo os dados disponíveis, os valores da taxa real de escolarização têm vindo a manter sempre uma evolução positiva nos diferentes níveis de ensino. No ensino secundário, por exemplo, registou-se um aumento significativo da ‘participação masculina [+18 pp na última década], embora mantendo a tendência para uma taxa de escolarização superior entre as mulheres’. (Rodrigues *et al.*, 2018: 7)

Em Lisboa, no ano letivo 2016/2017, as diferenças entre as taxas reais de escolarização de rapazes e raparigas são inexistentes em todos os níveis de ensino, tendo sido atingidos os 100%.¹⁵ De notar que, no ano letivo 2003/2004, a taxa real de escolarização dos rapazes, no ensino secundário era ainda de 93,8%.

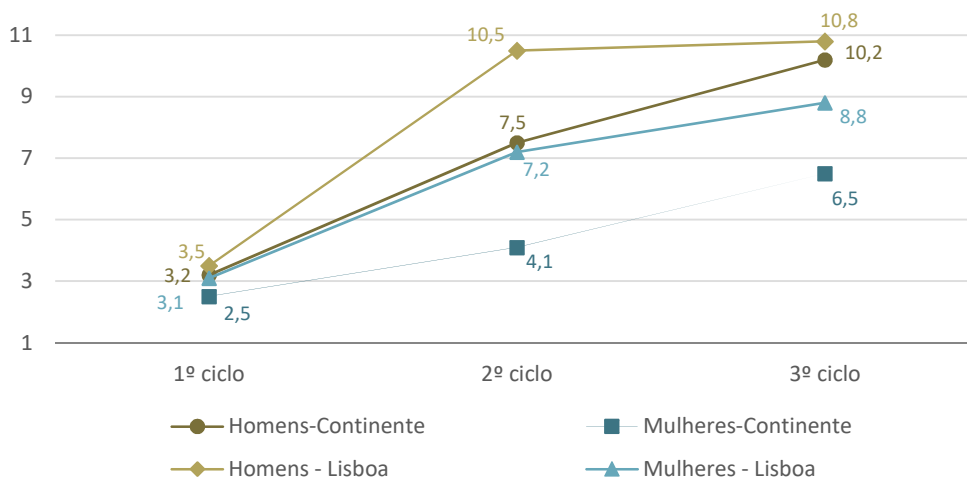
Apesar desta evolução positiva no que diz respeito ao acesso à educação, direito constitucionalmente consagrado, o sistema em Portugal padece, ainda, de um problema de acesso ao sucesso educativo, traduzido nas taxas de retenção e desistência que, segundo o Conselho Nacional de Educação, são reveladoras de uma “cultura de retenção”.

Acesso ao sucesso

A partir de informação cedida especificamente para efeitos deste diagnóstico pelo Ministério da Educação / Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência, as taxas de retenção registadas em Lisboa nos diferentes níveis de ensino são mais elevadas, tanto para rapazes como para raparigas, do que as registadas no Continente.

¹⁵ Dados publicados em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/248/>. Fonte: indicador calculado pela DGEEC com base em dados de matrículas da DGEEC e dados de população residente do INE.

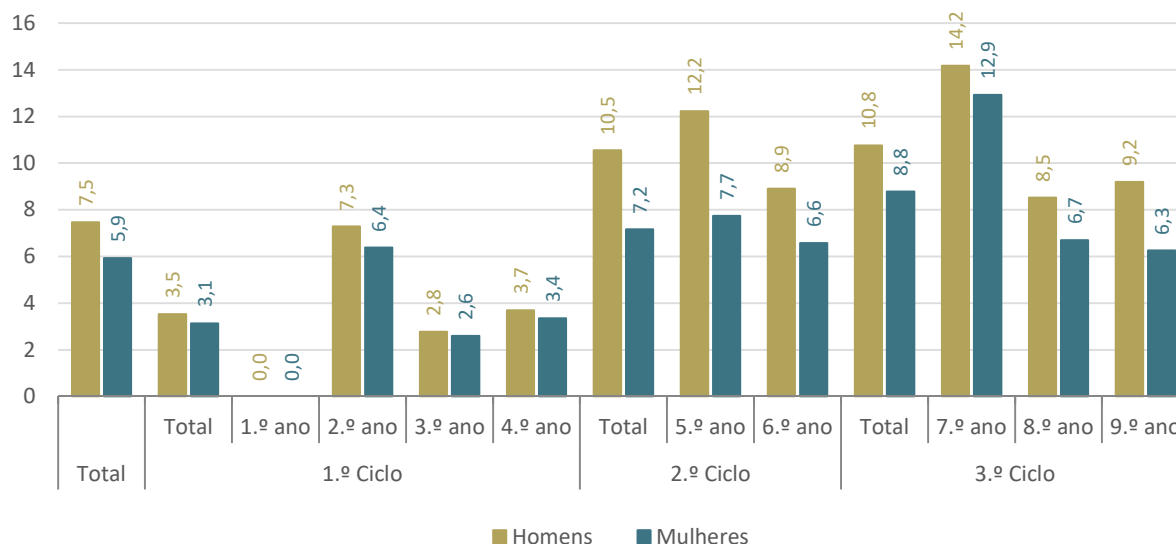
Figura 22 | Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por níveis de ensino, no Continente e em Lisboa – 2016/2017



Fonte: DGEEC.

Olhando mais detalhadamente para os diferentes níveis de ensino, verifica-se que são as raparigas que apresentam taxas de retenção e desistência mais baixas ao longo de todos os ciclos de estudos. O maior gap entre taxas de retenção e desistência de rapazes e raparigas regista-se no 2º ciclo e, em particular, no 5º ano de escolaridade, como se pode ver na figura seguinte.

Figura 23 | Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por ciclo de estudos – 2016/2017

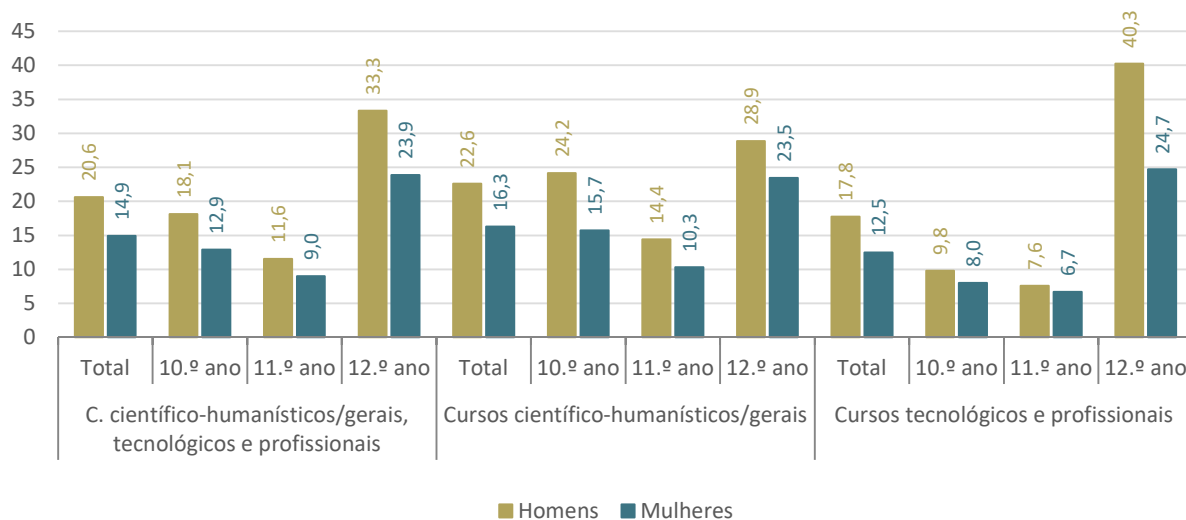


Fonte: DGEEC.

A mesma tendência manifesta-se nas diferentes áreas de orientação curricular do ensino secundário. A área na qual tanto rapazes como raparigas apresentam taxas de retenção e desistência mais

elevadas, para o total dos anos de escolaridade, é a dos cursos científico-humanísticos gerais (22,6% para rapazes; 16,3% para raparigas) mas o pior desempenho verifica-se no 12.º ano dos cursos técnico-profissionais onde a taxa de retenção e desistência é, para os rapazes, de 40,3% e, para as raparigas, de 24,7%.

Figura 24 | Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, por orientação curricular, no ano de escolaridade – 2016/2017



Fonte: DGEEC.

Para além da desigualdade entre sexos no acesso ao sucesso educativo de que os números anteriores dão conta é preciso notar, como ressalta o Conselho Nacional de Educação, que ‘Portugal é um dos países onde é mais forte a correlação entre estatuto socioeconómico e cultural de pertença e os resultados escolares’. (Conselho Nacional de Educação, 2018: 8).

Outra perspetiva de análise sobre o insucesso escolar pode ser dada através do abandono escolar. A nível europeu, abandono escolar precoce diz respeito a jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que abandonam a escola, tendo concluído apenas o ensino básico, ou outro nível de ensino inferior, e não frequentam nenhum programa de educação ou formação.

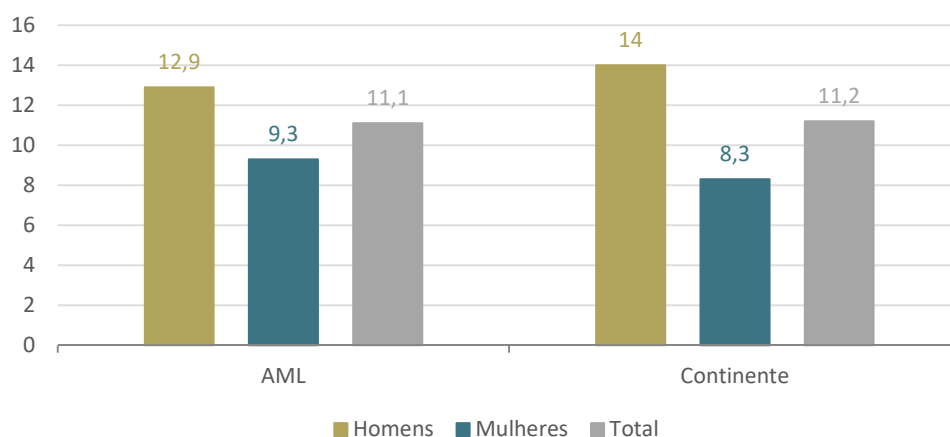
Com a Recomendação do Conselho de 28 de junho de 2011, sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce, todos os países da UE ficaram responsáveis por reduzir as suas taxas de abandono para, pelo menos, 10% até 2020.¹⁶

¹⁶ Recomendação do Conselho de 28 de Junho de 2011, sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce, disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011H0701\(01\)&from=IT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011H0701(01)&from=IT).

Portugal tem feito uma evolução muito positiva a este nível: em 2011 a taxa de abandono escolar precoce era de 23%; em 2018 é de 11,8%, registando-se uma situação mais favorável para as mulheres, a nível nacional.

Não havendo dados disponíveis para Lisboa-concelho, regista-se que a AML apresenta uma taxa de abandono escolar muito semelhante à do Continente, em 2018, tal como se pode verificar na figura em baixo. Tendo em conta uma análise por sexo, a taxa de abandono escolar entre os elementos do sexo masculino da AML é mais baixa do que a do Continente; para o sexo feminino, porém, a taxa de abandono escolar precoce é um pouco mais elevada na AML.

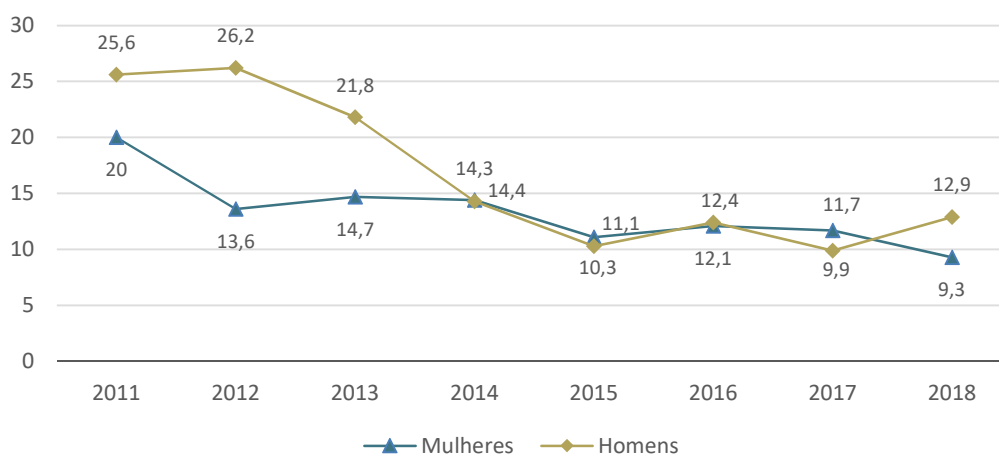
Figura 25 | Taxa de abandono precoce de educação e formação, por sexo na AML e Continente - 2018



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, PORDATA.

Tal como no País, também na Área Metropolitana de Lisboa a evolução da taxa de abandono escolar precoce, entre 2011 e 2018, é genericamente positiva. No entanto, no período considerado, o comportamento das taxas de abandono escolar, em função do sexo, apresenta algumas especificidades. Até 2014 o *gap* era bastante acentuado em desfavor do sexo masculino. Entre 2015 e 2017 o valor das taxas de abandono na Área Metropolitana de Lisboa para homens e para mulheres aproximam-se. Em 2018 os elementos do sexo masculino voltam a apresentar taxas de abandono escolar mais elevadas do que para as do sexo feminino: 12,9% e 9,3%, respetivamente.

Figura 26 | Taxa de abandono precoce de educação e formação, por sexo na AML – 2011 / 2018



Fonte: INE, Inquérito ao emprego, PORDATA.

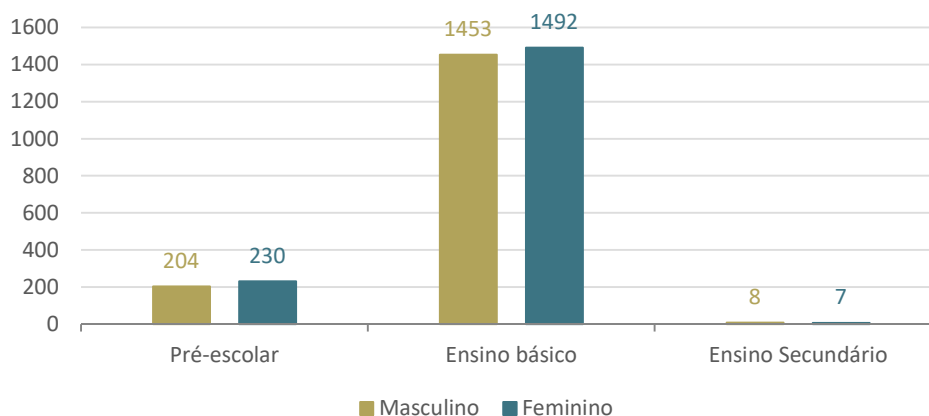
Dados para o Continente revelam que, mesmo para a população escolar de origem estrangeira, são as raparigas que apresentam taxas de transição mais elevadas. No entanto, enquanto para as portuguesas, a taxa de transição ou conclusão do ensino básico e secundário é, em 2016-2017, de 92,9%, para as alunas de origem estrangeira essa taxa foi de 80,7% (cfr: Oliveira, 2018: 116).

Ainda a este propósito, recorde-se a situação das meninas e mulheres ciganas. Vários têm sido os estudos que denunciam a baixa escolarização e o abandono precoce da escola por parte das pessoas ciganas e, em particular, das raparigas e mulheres. ‘As raparigas sofrem uma pressão maior para sair da escola porque as turmas são mistas e as famílias não gostam que, numa fase de início da adolescência, elas possam conviver com rapazes, sobretudo não ciganos e sem a supervisão de adultos, quer ciganos, como não ciganos de sua confiança’. (Mendes, *et al.*, 2014: 82).

Não havendo dados para o concelho de Lisboa, recorre-se, uma vez mais, à informação disponível referente à AML. De acordo com o “Perfil Escolar da Comunidade Cigana”, da responsabilidade da Direção Geral de Estatísticas da Educação,¹⁷ no ano letivo 2016/2017, estavam matriculadas nas escolas públicas do Ministério da Educação na AML um total de 3 394 crianças ciganas (1 665 meninas e 1 729 meninos) particularmente concentradas no ensino básico, como se pode ver na figura abaixo.

Figura 27 | Crianças da comunidade cigana matriculadas em escolas públicas do ME, na AML, por nível de ensino e sexo | 2016/2017

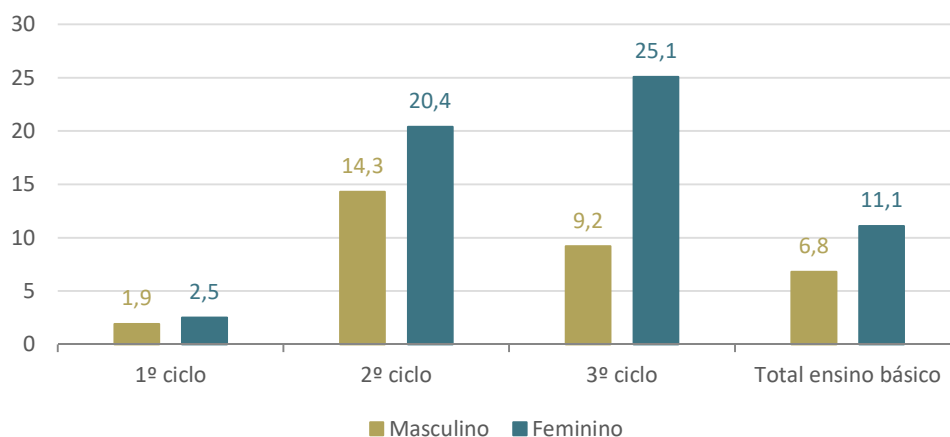
¹⁷ Os dados apresentados nesta publicação foram obtidos através de um questionário eletrónico, concebido e disponibilizado pela Direção-Geral da Educação, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, tendo a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares colaborado na divulgação do mesmo aos estabelecimentos de ensino e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência procedido ao tratamento dos dados obtidos. Os dados referem-se ao ano letivo 2016/2017. A informação está disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/906.html>. Consultado em 30/07/2019.



Fonte: DGEEC, Perfil Escolar da Comunidade Cigana.

Estes números revelam que é residual o número tanto de raparigas como de rapazes ciganos/os que prosseguem a sua escolaridade para além do ensino básico. No entanto, quando se considera o abandono no ensino básico verifica-se que este é um fenómeno mais acentuado entre as meninas ciganas. Os dados publicados pelo Ministério da Educação revelam que a percentagem de abandono escolar entre alunas/os da comunidade cigana no ensino básico é de 11,1% para as meninas e de 6,8% para os meninos. No 3º ciclo do ensino básico essas percentagens sobem para 25,1% e 9,2%, respetivamente.

Figura 28 | Alunos/as de comunidade cigana com abandono escolar face ao total de alunos/as de comunidade cigana matriculados em escolas públicas do ME do ensino básico na AML, por ciclo de ensino e sexo (%) | 2016/2017



Fonte: DGEEC, Perfil Escolar da Comunidade Cigana.

Uma outra questão colocada nos *workshops* realizados refere-se ao crescente recurso ao ensino doméstico. Se é verdade que esta modalidade de ensino, cujas condições de acesso foram tornadas mais exigentes pela Portaria nº 69/ 2019, pode ser uma alternativa à escola tradicional, é preciso não esquecer que, nos termos da lei, o ensino doméstico é aquele que é lecionado, no domicílio do/a

aluno/a, por um elemento da família ou por pessoa que com ele, ou ela, habite o que poderá ser difícil de verificar em contextos onde predominam baixos níveis de instrução. Por outro lado, a possibilidade de promover o convívio entre crianças ciganas e crianças não ciganas, numa ótica de promoção da interculturalidade fundamental à boa coesão social, fica limitada. Note-se, ainda, que segundo os dados do Ministério da Educação, para o ano letivo 2016/2017, 52 raparigas ciganas (3,6%) e 17 rapazes ciganos (1%), da AML estavam integradas/os na modalidade de ensino doméstico. De acordo com algumas pessoas participantes nos *workshops* realizados, esta é, porém, uma realidade em crescimento.

Destaques

- Mulheres e homens residentes em Lisboa são mais escolarizadas/os do que a população do país.
- Regista-se uma maior percentagem de mulheres jovens (25-39 anos) com instrução superior.
- Os níveis de escolaridade mais baixos e as taxas de analfabetismo mais elevadas encontram-se nos grupos etários mais velhos e, sobretudo, nas mulheres mais velhas.
- As taxas de retenção e desistência são mais baixas entre as raparigas em todos os ciclos de estudo do ensino básico e no ensino secundário.

5. Emprego e desemprego

Trabalhadoras e trabalhadores da cidade de Lisboa

Compreender as dinâmicas do emprego geradoras da situação atualmente vivida na cidade de Lisboa requer uma análise da evolução recente.

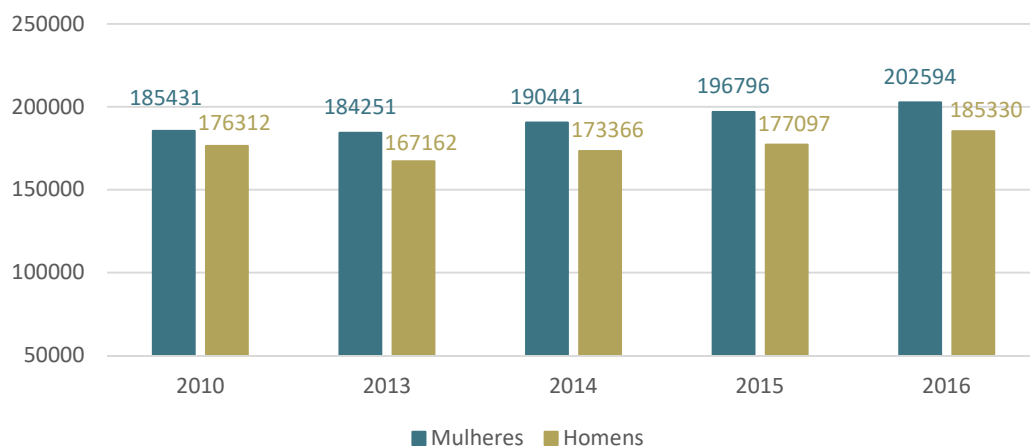
Tal como analisado em detalhe num estudo realizado para a Câmara Municipal de Lisboa por Luís Capucha e colegas (Capucha, coord., 2018), “no período compreendido entre 2001 e 2011 o número de residentes em idade ativa diminuiu no concelho de Lisboa (-4%). No mesmo período, não só no concelho de Lisboa mas também na AML, a estrutura da população ativa alterou-se de uma maioria masculina para uma predominância do sexo feminino, concretizada não pelo aumento do número de mulheres em idade ativa mas por decréscimos de maior magnitude, absoluto e relativo, da população masculina.” (Capucha, coord., 2018: 147-148).

Assim, em Lisboa, em 2011, existiam mais mulheres do que homens na população ativa (132 116 e 128 289, respetivamente). Contudo, mais de metade dos homens e menos de metade das mulheres residentes nas freguesias de Lisboa classificavam-se como população ativa, ou seja - concluem os autores e as autoras da análise acima referida -, a taxa de atividade era inferior nas mulheres.

Por outro lado, ainda de acordo com o mesmo estudo, em 2011, Lisboa registou taxas de emprego inferiores ao conjunto global da AML e de Portugal Continental (48,1%, 51,3% e 48,5%, respetivamente). Neste ano de 2011, a taxa de emprego das mulheres residentes em Lisboa era particularmente baixa, na ordem dos 45%, face a uma taxa de emprego dos homens de 51,8% (apesar desta última revelar uma tendência de decréscimo entre 2001 e 2011).

Indicadores estatísticos mais recentes, relativos às pessoas ao serviço nas empresas na cidade de Lisboa, revelam que o número destas pessoas é de 387 924, em 2016. Este é um número que resulta de uma tendência crescente a partir de 2013.

Figura 29 | Pessoas ao serviço nas empresas, por sexo – 2010/2016



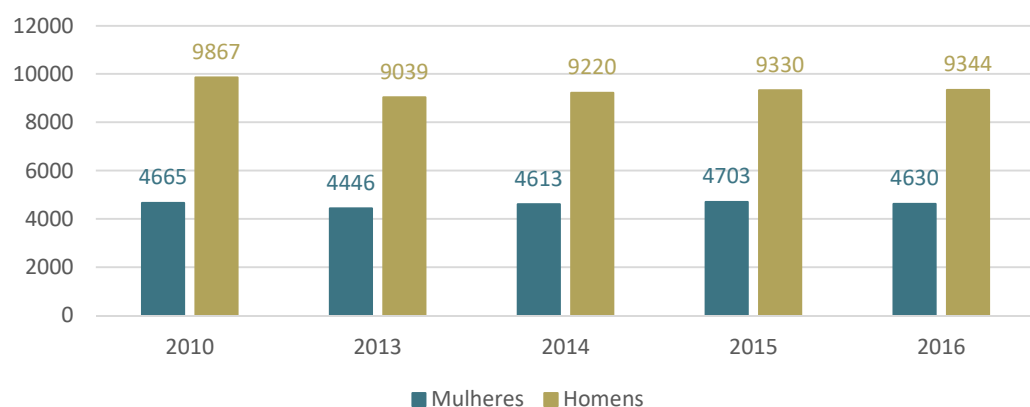
Fontes/Entidades: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013), PORDATA.

Ao longo desta série temporal as mulheres têm-se constituído com a maioria do pessoal ao serviço, representando, em 2016, 52,2%.

Entre esta população há, contudo, que considerar duas situações distintas: a dos/as trabalhadores/as por conta de outrem e da dos/as empregadores/as.

Se atendermos a este último grupo constata-se que a evolução do número de mulheres empregadoras segue a mesma tendência do que a dos homens: desce de 2010 para 2013, subindo ligeiramente até 2016. Neste grupo, porém, a percentagem de mulheres é sempre inferior à dos homens – em 2016 as mulheres representam 33,1% do universo de pessoas empregadoras em Lisboa.

Figura 30 | Empregadores/as, por sexo – 2010/2016

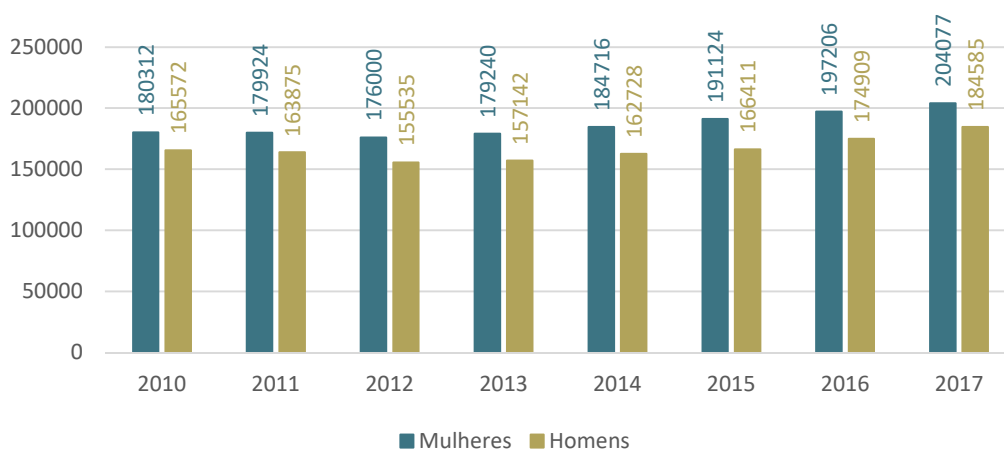


Fontes/Entidades: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013), PORDATA.

Considerando agora as pessoas trabalhadoras por conta de outrem (TCO) nota-se que a posição de inverte sendo que aqui as mulheres constituem-se, de novo, como a maioria ao longo dos vários anos considerados.

A figura seguinte dá conta, no entanto, dos efeitos da crise económica no número de homens e de mulheres trabalhadoras da cidade de Lisboa. Com o efeito, o número de pessoas TCO em Lisboa desce entre 2010 e 2012, sendo que a perda de efetivos é proporcionalmente maior para os homens do que para as mulheres - naqueles anos, o número de homens trabalhadores por conta de outrem desceu cerca de 5%. A recuperação, tanto para homens, como para mulheres, começa a fazer-se sentir em 2013.

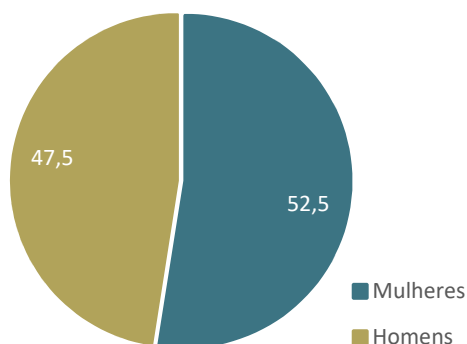
Figura 31 | Trabalhadores/as por conta de outrem (TCO) ao serviço nos estabelecimentos, por sexo – 2010/2017



Fontes/Entidades: GEP/MTSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSS (a partir de 2013), PORDATA. MTSS dados cedidos diretamente ao CESIS, para o ano de 2017.

Assim, no ano de 2017, as mulheres representam 52,5% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem.

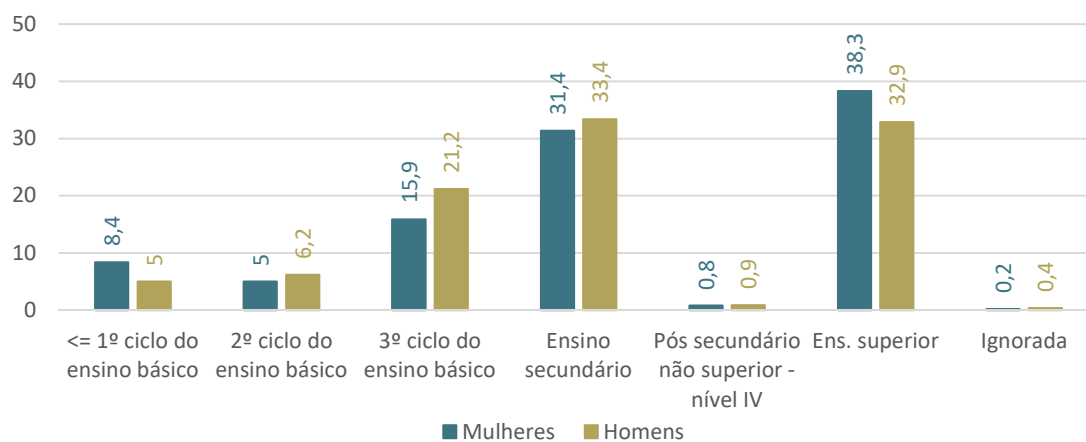
Figura 32 | Trabalhadores/as por conta de outrem (TCO) ao serviço dos estabelecimentos, por sexo (%) – 2017



Fonte: MTSS.

Como reflexo das tendências verificadas no sistema educativo, são as mulheres trabalhadoras que apresentam níveis de instrução mais elevados, quando comparados com os níveis de instrução dos homens TCO. Como se pode ver no gráfico seguinte, em 2017, 38,3% das mulheres TCO ao serviço nos estabelecimentos de Lisboa concluíram o ensino superior (face a 32,9% dos homens). No entanto, podemos dizer que a mão-de-obra feminina, em relação ao nível de escolaridade, se revela mais polarizada já que é também entre as mulheres que se encontra uma percentagem mais elevada de pessoas com o 1º ciclo do ensino básico ou menos (8,4%, face a 5% entre os homens).

Figura 33 | Trabalhadores/as por conta de outrem (TCO) ao serviço dos estabelecimentos por habilitação literária completa e sexo – 2017 (%)

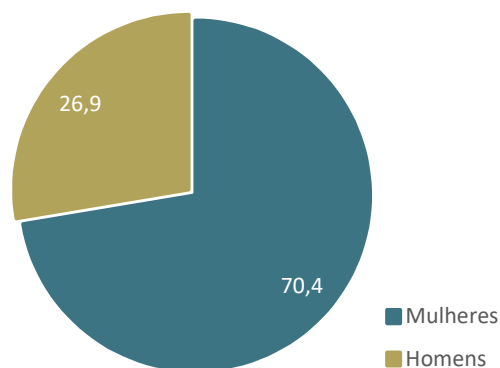


Fonte: MTSSS.

Apesar das maiores qualificações escolares da população do sexo feminino a trabalhar em Lisboa verificam-se algumas situações que prefiguram um quadro de desigualdades entre a situação de mulheres e de homens no mercado de trabalho. Desigualdades estas que, tal como sublinhado num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico, refletem as assimetrias em termos de papéis e responsabilidades de mulheres e de homens no trabalho doméstico e no trabalho de cuidado.

Note-se que, em 2016, as mulheres constituem 70,4% dos/as trabalhadores a tempo parcial na cidade de Lisboa. Ora, tal como vários estudos confirmam, no nosso país o trabalho a tempo parcial está longe de ser uma opção, constituindo, para a maioria das pessoas neste regime, uma situação de quase subemprego, que atinge, assim, particularmente as mulheres.

Figura 34 | Trabalhadores/as por conta de outrem (TCO) ao serviço dos estabelecimentos com trabalho a tempo parcial, por sexo – 2016 (%)



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Se no tipo de contrato (por tempo certo ou por tempo indeterminado) não existem grandes diferenças entre homens e mulheres, já as profissões desempenhadas por uns e outras dão conta da segregação horizontal que caracteriza, ainda hoje, o mercado de trabalho em Portugal. Ou seja, e à semelhança do que se verifica no país, em Lisboa, há profissões onde as mulheres se constituem como a grande maioria da população trabalhadora, como por exemplo: Trabalhadores/as não qualificados/as (66,4%); Pessoal administrativo (62,5%); Trabalhadores/as dos serviços pessoais, segurança e vendedores (56,2%).¹⁸ Acresce que as trabalhadoras por conta de outrem não qualificadas são praticamente o dobro dos homens trabalhadores nestas profissões mas quando consideramos o topo percebemos que a proporção destas nos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos é metade da dos homens.

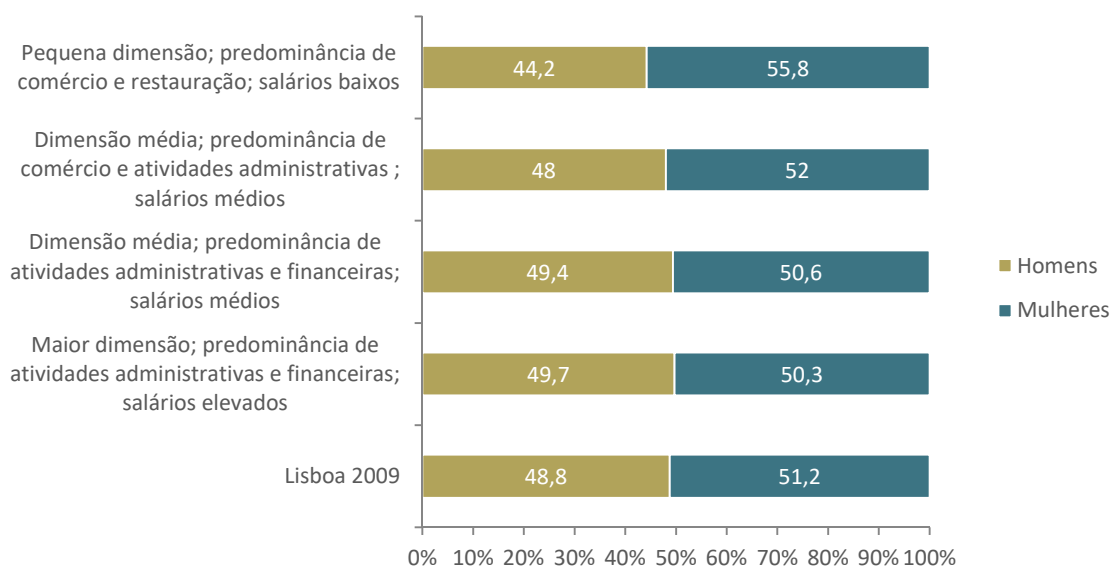
Ainda a respeito da segregação sexual do mercado de trabalho, informação recolhida no decurso de um debate temático promovido pela Assembleia Municipal de Lisboa, em julho de 2019, reforça a necessidade de adequar os espaços físicos (por exemplo, vestiários e instalações sanitárias) à presença de mulheres trabalhadoras em todas as estruturas do município de Lisboa, designadamente no regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

Num estudo realizado no âmbito do Observatório de Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa (Carmo; Carvalho, 2012), foram definidos quatro *clusters* de atividades económicas cruzando a classificação das atividades (CAE) com a dimensão dos estabelecimentos e os salários auferidos. A partir deste exercício é visível que a presença dos homens diminui nos *clusters* com salários mais baixos enquanto, para as mulheres, a evolução é contrária. Assim, em 2009, é no *cluster* onde se enquadram

¹⁸ Dados dos Quadros de Pessoal para 2016, cedidos pelo Conselho Municipal para a Igualdade.

as empresas de pequena dimensão; onde predomina o comércio e a restauração e salários baixos que as mulheres representam 55,8% da população trabalhadora. No *cluster* onde predominam salários elevados; atividades administrativas e financeiras e empresas de maior dimensão, os homens representam 49,7%.

Figura 35 | Trabalhadores/as nos *clusters* de atividades, segundo o sexo - 2009



Fonte: Carmo, Renato Miguel do; Carvalho, Margarida (2012) *Desigualdades de remunerações nas freguesias de Lisboa*, Observatório das Desigualdades, Observatório de Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa, pp 65.

Na análise das questões do trabalho e do emprego do ponto de vista da igualdade de género, as remunerações são um domínio crucial porque constituem uma das faces mais visíveis das desigualdades entre mulheres e homens, na sua condição de trabalhadores/as por conta própria.

Salários de mulheres e de homens

Em Portugal, historicamente, as mulheres têm vindo a auferir remunerações inferiores à dos homens e esta é uma tendência à qual Lisboa não escapa.

Olhando para as figuras seguintes, é possível constatar que em Lisboa seja a remuneração base média mensal seja o ganho¹⁹ apresentam valores superiores aos do país, quer para homens quer para mulheres. No entanto, esta aparente situação privilegiada da capital não é de molde a anular as

¹⁹ O ganho corresponde ao ordenado médio mensal incluindo horas extra, subsídios ou prémios.

diferenças salariais entre homens e mulheres já que, em 2016, tanto as remunerações como os ganhos dos homens são mais elevados do que os das mulheres.

Figura 36 | Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos/s trabalhadores/as por conta de outrem, por sexo em Lisboa – 2016

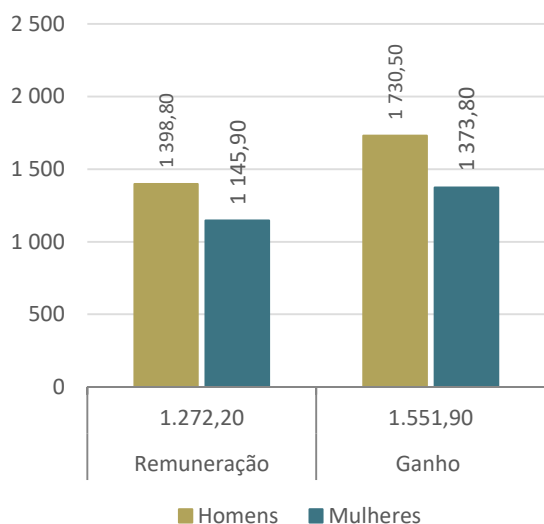
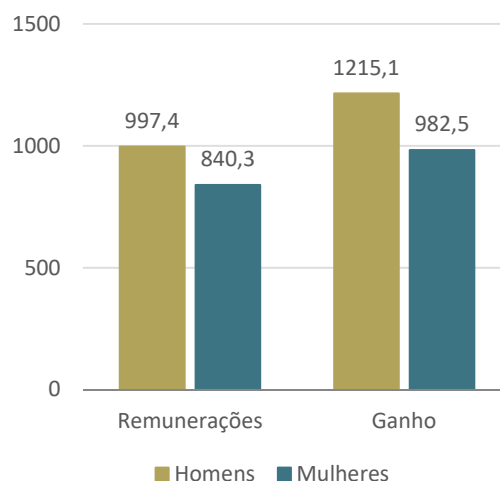


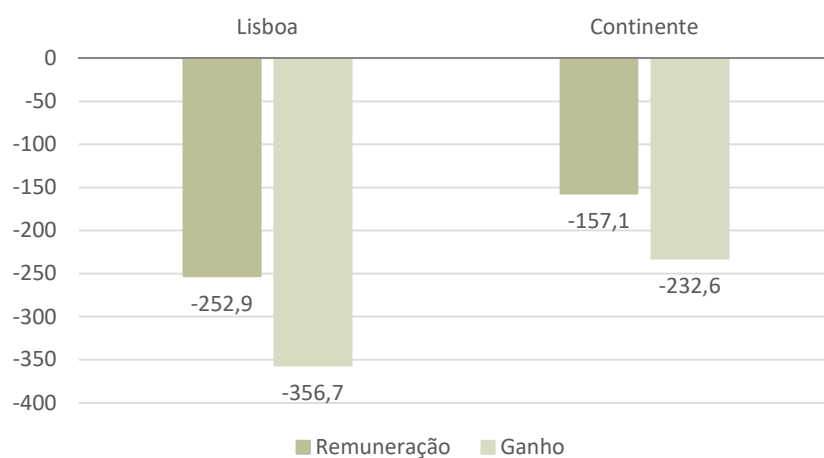
Figura 37 | Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por sexo no Continente – 2016



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Com efeito, em 2016 a remuneração média das mulheres, trabalhadoras por conta de outrem em Lisboa, era inferior à dos homens em 252,90€ por mês. Quando se considera os ganhos a diferença torna-se ainda maior: -356,70€ por mês. Estes valores são superiores aos verificados para o Continente: -157,10€, no que diz respeito às remunerações; - 232,6€, no que se refere aos ganhos.

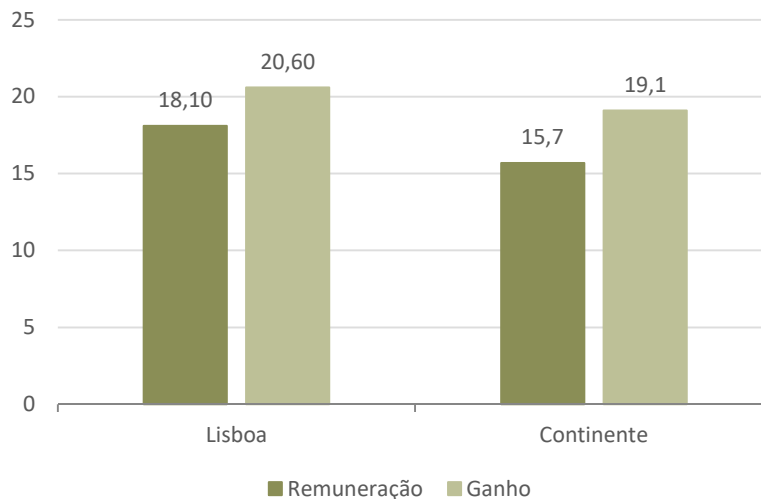
Figura 38 | Diferencial entre a remuneração e o ganho de mulheres e homens, em Lisboa e no Continente – 2016



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Dito de uma outra forma, as mulheres em Lisboa auferem uma remuneração inferior em 18,1% à dos homens. Do ponto de vista do total de ganhos, as mulheres ganham menos 20,6%. Uma vez mais, estas percentagens refletem uma desigualdade salarial em função do género superior à verificada no mercado de trabalho no Continente, em geral.

Figura 39 | Diferencial entre a remuneração e o ganho de mulheres e homens (%) - 2016



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Segundo o estudo acima citado sobre as *Desigualdades de remunerações nas freguesias de Lisboa*, em 2009, a antiga freguesia de São Vicente de Fora é aquela onde o ganho médio das mulheres mais se distancia do dos homens. Ainda nesse ano as mulheres ganham mais do que homens nas antigas freguesias da Sé, Castelo, Socorro, Pena, Santa Maria de Belém e Santiago. São João de Brito e Santa Isabel são, pelo contrário, as duas freguesias onde o ganho médio mensal das mulheres é mais inferior por relação ao dos homens (vd. Carmo; Carvalho, 2012: 39).

As desigualdades salariais são tanto mais difíceis de entender quando as mulheres TCO são, como se pôde verificar anteriormente, mais escolarizadas do que os homens e quando é precisamente nos níveis de instrução superiores que as diferenças se acentuam ainda mais – as mulheres com o ensino superior a trabalhar em Lisboa ganham, em média, menos 690€ do que os homens com o mesmo nível de instrução, o que significa menos 27% do ganho dos homens.

Figura 40 | Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem por nível de escolaridade - diferencial de género – 2016

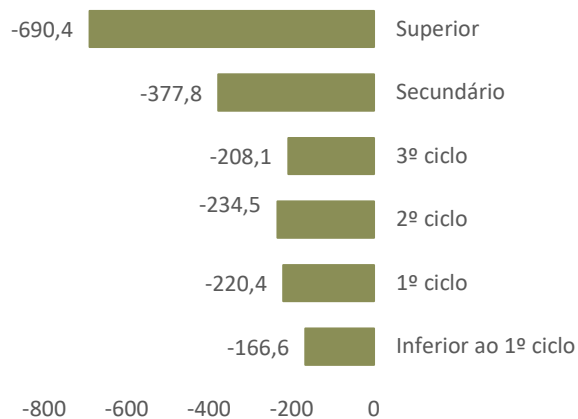
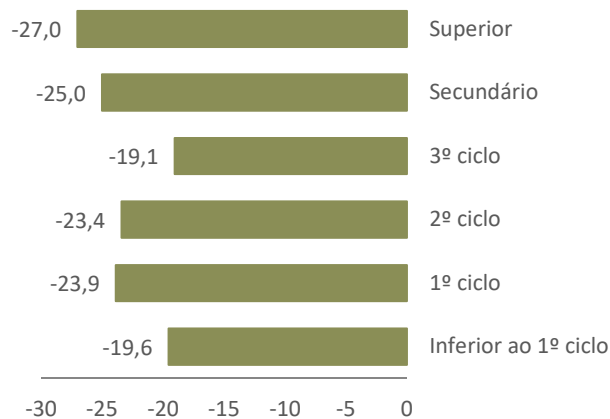


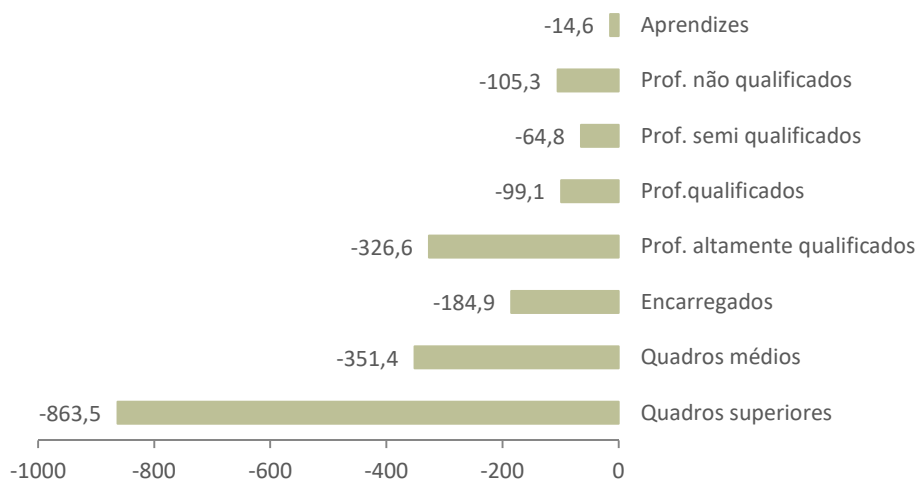
Figura 41 | Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem por nível de escolaridade - diferencial de género em % – 2016



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Concomitantemente, é nos quadros superiores que o diferencial de género é mais elevado – 863,50€ - tal como se pode verificar na figura seguinte. Ou seja, entre os homens e as mulheres que desempenham a sua profissão como quadros superiores o diferencial em termos de ganho é de 26%.

Figura 42 | Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por nível de qualificação – diferencial de género - 2016



Fonte: MTSSS, PORDATA.

Outras desigualdades entre mulheres e homens no trabalho

Para além dos aspetos anteriormente referidos, há dimensões de vulnerabilidades das mulheres na sua inserção e participação no mundo do trabalho para o qual nem sempre estão disponíveis indicadores estatísticos para a cidade de Lisboa.

A este propósito não deve deixar de ser referido:

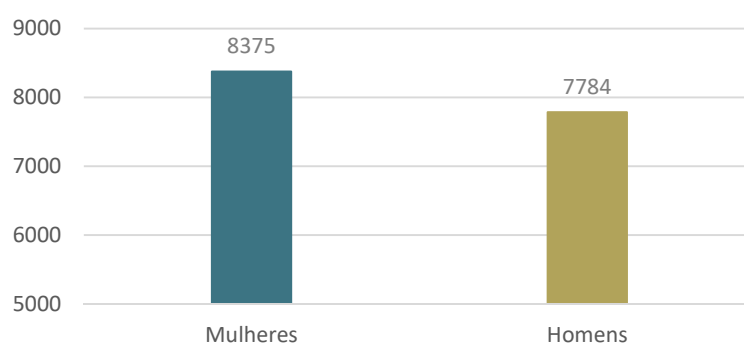
- A maior incidência junto das mulheres dos fenómenos de assédio no trabalho. Estudo de âmbito nacional revela como as mulheres estão particularmente sujeita ao assédio moral e sexual - 14,4% das mulheres já alguma vez sofreu assédio sexual enquanto apenas 8,6% dos homens passaram pela mesma experiência no local de trabalho. Por outro lado, 16,7% das mulheres já experimentou uma situação de assédio moral face a 15,9% de homens. (Torres *et al.*, 2016)
- As dificuldades de articulação entre a atividade profissional e a vida familiar e pessoal. Continua a verificar-se a tendência para serem mais as mulheres do que os homens a solicitar horários que lhes permitam conciliar a atividade profissional com a vida familiar, assim como a destacarem-se, de forma assinalável, no gozo da licença parental de 120/150 dias. (CITE, 2018)
- Vulnerabilidades acrescidas das mulheres trabalhadoras imigrantes, entre as quais se ressaltam os seguintes aspetos:
 - Salários mais baixos. Dados relativos a 2016, para a Grande Lisboa, apontam para o valor médio do rendimento mensal líquido das mulheres imigrantes, nacionais de países terceiros, estar muito próximo do valor da retribuição mensal mínima garantida para o ano (530€). Por outro lado, o rendimento mensal das trabalhadoras com origem nos PALOP é inferior em 23,2% ao dos homens com a mesma origem; o diferencial de género para as trabalhadoras de origem brasileira é de 16,9%. (Perista, 2019)
 - Integração em áreas de atividade sujeitas a condições de trabalho menos favoráveis. ‘Alojamento, restauração e similares’ e ‘serviços pessoais e domésticos’ são categorias eminentemente femininas: na primeira enquadram-se, sobretudo, mulheres brasileiras; na segunda encontram-se mulheres de países europeus, fora da União Europeia e do Brasil. (Perista, 2019) De notar que, em particular o serviço doméstico é um setor onde é particularmente difícil garantir a proteção dos direitos laborais e onde é maior o risco de situações de exploração laboral severa, escravatura e trabalho forçado, com especial incidência entre as mulheres imigrantes. (FRA, 2018)
 - Dificuldades acrescidas na constituição de empresas e estratégias empresariais de forma autónoma, por parte de mulheres imigrantes (ainda que com diferenças em função das nacionalidades). Com frequência as mulheres imigrantes surgem como “auxiliares do negócio familiar” e/ou como trabalhadoras familiares não remuneradas. (Oliveira, 2016)

Desemprego

No domínio das questões do trabalho e do emprego é importante caracterizar quem se encontra em situação de desemprego. Para tal recorreu-se aos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), especificamente cedidos para este diagnóstico, relativos ao desemprego registado no final do ano de 2018.

Tal como acontece no país, o número de mulheres inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa é superior ao de homens – 8 375, o que corresponde a 51,8% do total de pessoas inscritas. Esta percentagem é, ainda assim, inferior à percentagem de mulheres registadas nos Centros de Emprego do Continente (55,9%).

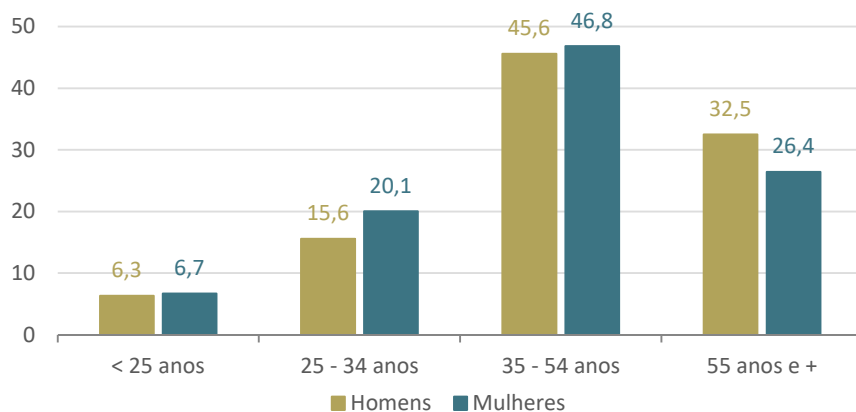
Figura 43 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo – dezembro 2018



Fonte: IEFP

Tendo em conta a idade das pessoas em situação de desemprego registado verifica-se uma predominância do grupo dos 35 aos 54 anos, tanto entre os homens como entre as mulheres. No entanto, os elementos do sexo masculino apresentam uma estrutura mais envelhecida – 32,5% têm mais de 55 anos; para as mulheres a percentagem equivalente é de 26,4%. Ou, visto de uma outra forma, 26,8% das mulheres e 21,9% dos homens inscritas/os no Centro de Emprego têm menos de 35 anos.

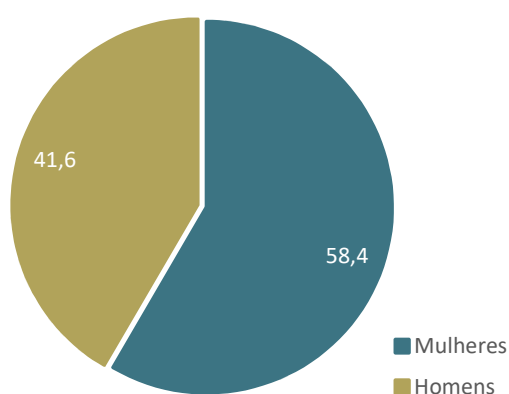
Figura 44 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo e grupo etário – dezembro 2018 (%)



Fonte: IEFP

Entre as pessoas registadas como desempregadas sobressai o peso das que têm níveis de instrução superiores, sendo que as mulheres desempregadas surgem como mais qualificadas - 28,5% das mulheres desempregadas concluíram o ensino superior - facto que está relacionado com as maiores habilitações escolares das mulheres, em geral. De qualquer modo, podemos afirmar que as mulheres com ensino superior enfrentam mais dificuldades de integração no mercado de trabalho do que os homens com níveis de instrução semelhantes já que as mulheres estão sobre representadas entre as pessoas com ensino superior inscritas no Centro de Emprego – 58,4% das pessoas desempregas com nível de instrução superior são do sexo feminino.

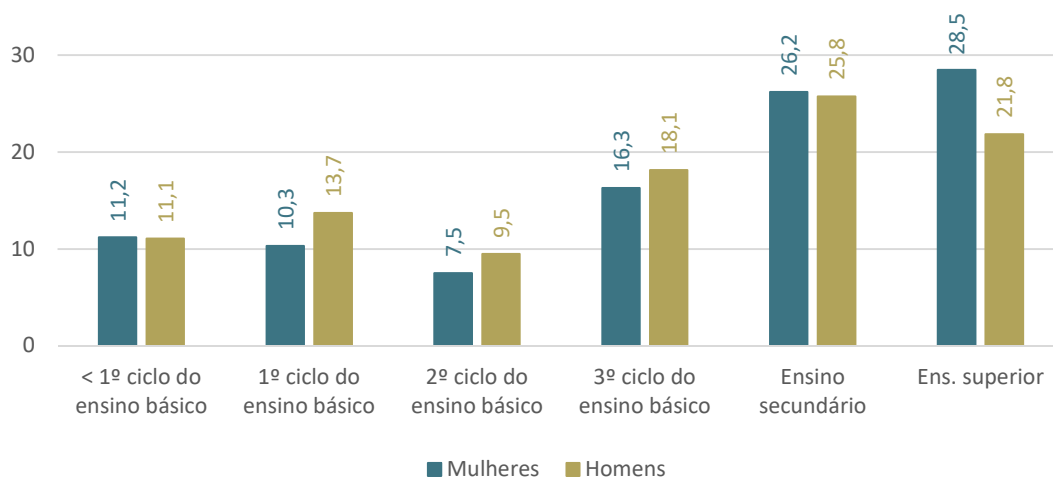
Figura 45 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa com ensino superior, por sexo - dezembro 2018 (%)



Fonte: IEFP

Por outro lado, o desemprego masculino revela-se, do ponto de vista da escolaridade, algo polarizado – 21,8% dos homens concluíram o ensino superior; e 22,3% têm, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico.

Figura 46 – Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo e nível de instrução – dezembro 2018 (%)



Fonte: IEFP

As maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho por parte das mulheres, atrás enunciadas, podem ser percebidas através da comparação entre as figuras seguintes já que, se as mulheres representam 51,8% do total de pessoas inscritas nos Centros de Emprego (e são mais qualificadas), elas passam a representar 48,8% quando se considera o subconjunto de pessoas que efetivamente foram colocadas em mercado de trabalho.

Figura 46 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo – dezembro 2018

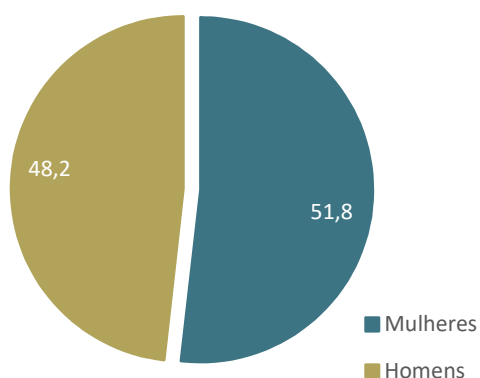
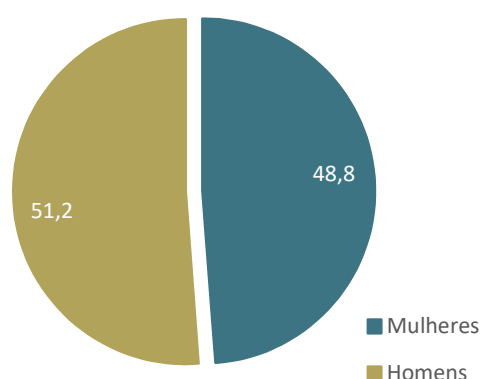


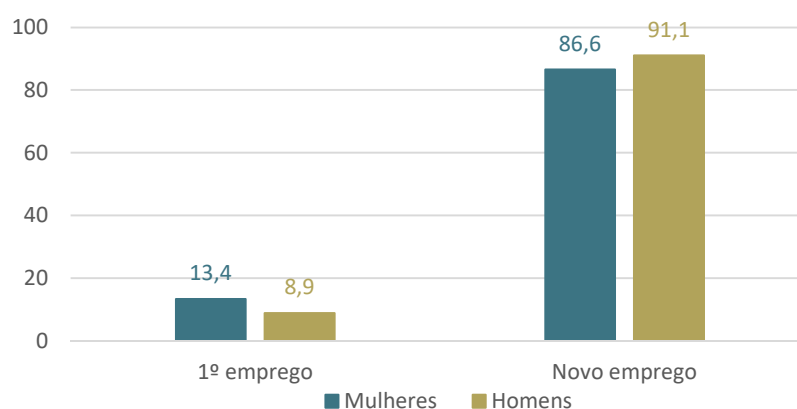
Figura 48 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa e colocadas, por sexo – dezembro 2018



Fonte: IEFP

Estas dificuldades refletir-se-ão na percentagem mais elevada de mulheres que procuram um primeiro emprego.

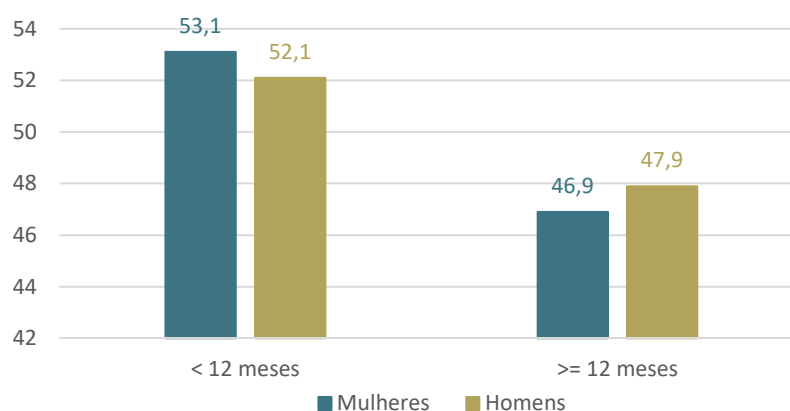
Figura 49 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo e tipo de desemprego – dezembro 2018 (%)



Fonte: IEFP

Porém, são um pouco mais os homens do que as mulheres a serem atingidos por um desemprego de longa duração (12 meses ou mais), o que poderá estar relacionado com uma maior capacidade por parte das mulheres para uma integração no mercado de trabalho através de estratégias que não passam pelos Centros de Emprego, porventura aceitando oportunidades de emprego que oferecem piores condições, por exemplo, a nível remuneratório (tal como sublinhado num dos *workshops* de audição / discussão em torno deste diagnóstico).

Figura 50 | Pessoas inscritas nos Centros de Emprego de Lisboa, por sexo e tempo de desemprego – dezembro 2018 (%)



Fonte: IEFP

Tendo como referência a área da Grande Lisboa e os dados do Inquérito ao Emprego, verifica-se que, à exceção das mulheres nacionais de países africanos de língua oficial portuguesa, todos os grupos de

imigrantes, nacionais de países terceiros, apresentam percentagens de pessoas em situação de desemprego superiores às percentagens reveladas pelas pessoas portuguesas.

Estes dados estão em conformidade com estudos anteriormente desenvolvidos em Portugal que mostram como a precariedade laboral de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes tende a empurrá-los/as para o desemprego, sobretudo em contexto de crise económica (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999: 171; Oliveira e Pires, 2010: 127-132).

Tabela 4 | Pessoas desempregadas, portuguesas e nacionais de países terceiros, na Grande Lisboa, por sexo (%) – 2016

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	5,9	5,2	5,6
PALOP	22,1	3,2	10,6
Brasil	12,2	5,8	8,2
Outros NPT de países não europeus	16,9	8,5	12,6
NPT de países europeus	14,5	13,3	13,8

Fonte: Perista, 2019

Destaques

- Entre as mulheres trabalhadoras por conta de outrem verifica-se uma maior percentagem, relativamente à de homens, de pessoas que concluíram o ensino superior.
- Entre as mulheres trabalhadoras por conta de outrem verifica-se uma maior percentagem, relativamente à de homens, de pessoas que concluíram o primeiro ciclo do ensino básico ou menos.
- As mulheres representam cerca de um terço das pessoas empregadoras na cidade de Lisboa.
- Uma larga maioria das pessoas que trabalham a tempo parcial são mulheres.
- Uma larga maioria das pessoas que trabalham em profissões não qualificadas são mulheres.
- As mulheres são minoritárias em profissões associadas a cargos de direção e gestão.
- As mulheres estão particularmente sobre representadas em empresas de pequena dimensão, com predominância do comércio e restauração e de salários baixos.

-
- Os homens estão particularmente sobre representados em empresas de maior dimensão, com predominância das atividades administrativas e financeiras e de salários elevados.
 - A remuneração base e o ganho são mais elevados em Lisboa do que no Continente, quer para homens quer para mulheres.
 - A desigualdade salarial entre homens e mulheres em Lisboa é superior àquela que se regista no Continente.
 - A desigualdade salarial entre homens e mulheres em Lisboa aumenta com o nível de escolaridade e com o nível de qualificação.
 - As trabalhadoras imigrantes apresentam vulnerabilidades acrescidas, tanto em termos salariais como de condições de trabalho.
 - As mulheres representam mais de metade das pessoas inscritas nos Centros de Emprego (e têm uma maior qualificação escolar do que os homens inscritos) mas representam menos de metade das pessoas colocadas em mercado de trabalho.
-

6. Usos do tempo e articulação da vida profissional, familiar e pessoal

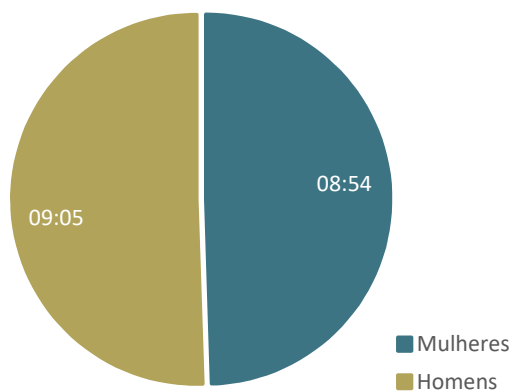
O modo como as mulheres e os homens usam o seu tempo é estruturante das suas vidas quotidianas mas também dos seus cursos de vida.

Os resultados do *Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres* (doravante designado, de forma abreviada, por *Inquérito Nacional aos Usos do Tempo 2015*)²⁰ permitem traçar um retrato, estatisticamente representativo, dos usos do tempo de mulheres e de homens na Área Metropolitana de Lisboa.²¹

Este é um retrato claramente assimétrico, em particular no que respeita ao trabalho não pago, doméstico e de cuidado.

Com efeito, no que respeita ao trabalho pago (isto é, às atividades profissionais remuneradas exercidas no contexto do mercado de trabalho), o diferencial de tempo afeto a mais pelos homens é de apenas 11 minutos (bem menor, portanto, do que aquele que se verifica para Portugal no seu conjunto, que se cifra em 27 minutos). Em média, por dia, na AML os homens despendem 9 horas e 5 minutos em trabalho pago e as mulheres 8 horas e 54 minutos.

Figura 51 | Tempo médio de trabalho pago, por sexo, na AML (horas:minutos)



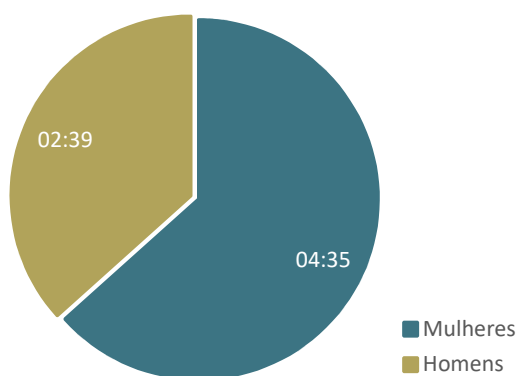
Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

²⁰ O Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres foi realizado no âmbito de um projeto desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, em parceria com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, EEA Grants, Área de Programa PT07 – Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada.

²¹ Para uma informação metodológica mais detalhada, bem como para uma comparação sistemática com os resultados obtidos a nível nacional, sugere-se a consulta de Perista *et al.*, 2016a e de Perista *et al.*, 2016b.

Em contrapartida, a assimetria entre mulheres e homens é muito mais significativa ao nível do tempo afeto por mulheres e homens com atividade profissional ao trabalho não pago (isto é, às tarefas e responsabilidades exercidas no contexto dos agregados domésticos, sem qualquer contrapartida monetária, ou seja, tarefas domésticas e trabalho de cuidado a pessoas - crianças, jovens ou adultas - que deles necessitam). O diferencial de tempo afeto a mais pelas mulheres ao trabalho não pago é de quase 2 horas (maior, portanto, do que aquele que se verifica para Portugal no seu conjunto, que se cifra em 1 hora e 40 minutos). Em média, por dia (útil), na AML as mulheres despendem 4 horas e 35 minutos em trabalho não pago e os homens 2 horas e 39 minutos.

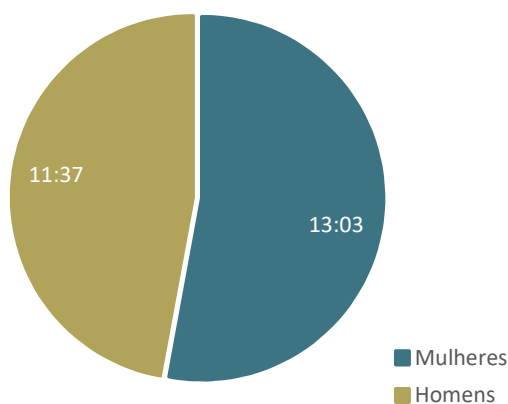
Figura 52 | Tempo médio de trabalho não pago no último dia útil, para as pessoas com atividade profissional, por sexo, na AML (horas:minutos)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Isto significa que a jornada total de trabalho (somando trabalho pago e trabalho não pago das pessoas com atividade profissional) das mulheres é superior à dos homens em 1 hora e 26 minutos.

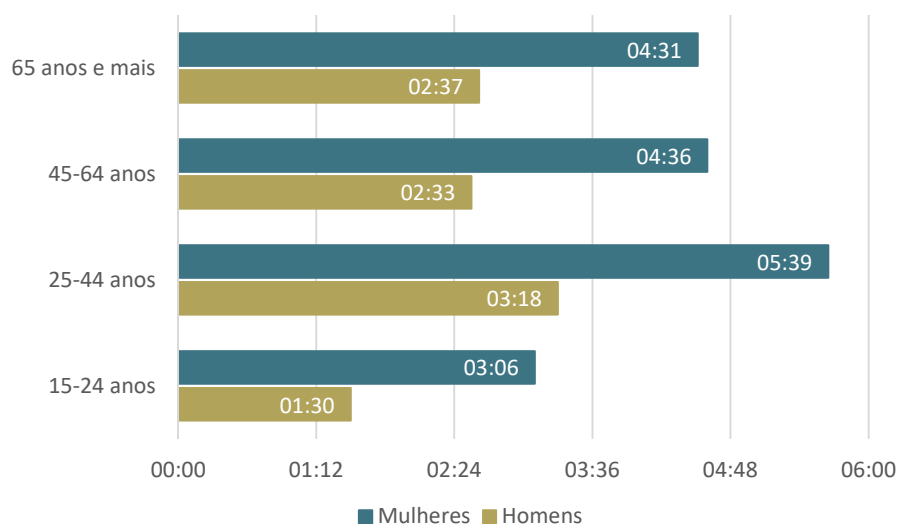
Figura 53 | Tempo médio diário de trabalho (pago e não pago) para pessoas com atividade profissional, por sexo, na AML (horas:minutos)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

A disparidade de gênero em relação ao trabalho não pago é particularmente evidente entre as mulheres e os homens que têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, atingindo neste grupo etário 2 horas e 21 minutos. Ora esta é a idade em que é mais provável a existência de crianças pequenas no agregado doméstico.

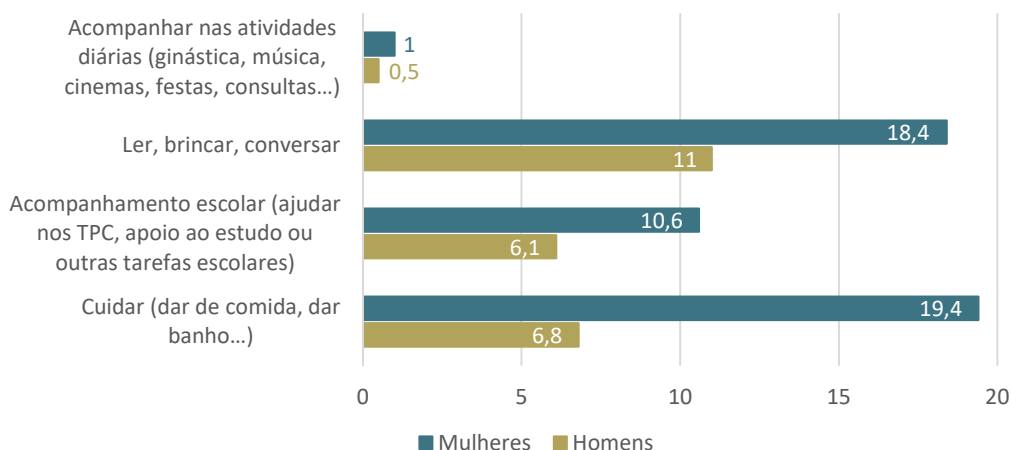
Figura 54 | Tempo médio de trabalho não pago no último dia útil, segundo o grupo etário, por sexo, na AML
(horas:minutos)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Atentando nas mulheres e nos homens que prestam cuidados a crianças (filhos/as, netos/as ou outras crianças a seu cargo) todos os dias durante pelo menos 1 hora, constata-se uma clara feminização desse trabalho de cuidado. Essa feminização é particularmente evidente ao nível da prestação de cuidados físicos às crianças – dar-lhes de comer, dar-lhes banho, etc. Em contrapartida, em atividades de natureza mais lúdica, tais como ler, conversar, brincar com as crianças, ou acompanhá-las a atividades (por ex. à música, à ginástica ou a uma festa), a disparidade entre mulheres e homens é menor.

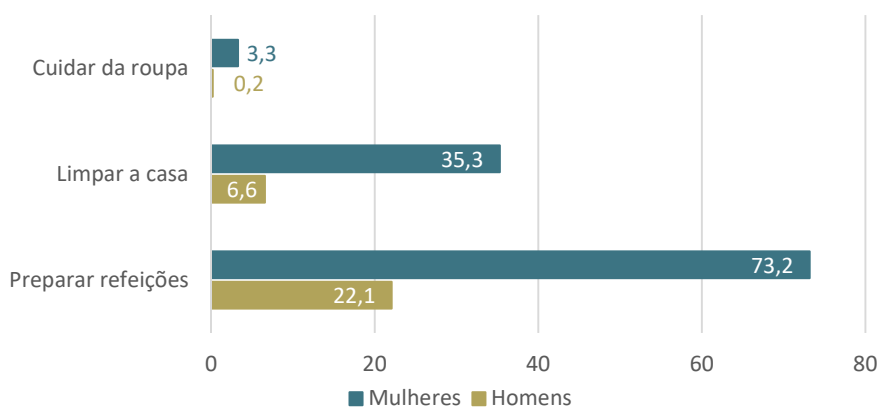
Figura 55 | Pessoas que prestam cuidados a crianças²² todos os dias durante uma hora ou mais, segundo o tipo de cuidado, por sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Também em relação às tarefas domésticas, e focando as tarefas mais rotineiras, confinadas ao interior da casa e mais exigentes de tempo no quotidiano, se constata que estas continuam a ser assumidas fundamentalmente por mulheres. Esta elevada feminização é particularmente evidente em relação ao cuidado da roupa (lavar, passar a ferro, etc.) e à limpeza da casa (arrumar, limpar o pó, fazer as camas, levar o lixo, etc.). Já a preparação de refeições (cozinhar mas também pôr a mesa, lavar a louça, etc.) ocupa pelo menos uma hora, todos os dias, a uma ampla maioria das mulheres (73,2%), face a apenas 22,1% dos homens.

Figura 56 | Pessoas que realizam tarefas domésticas rotineiras, todos os dias durante uma hora ou mais, por sexo, na AML (%)

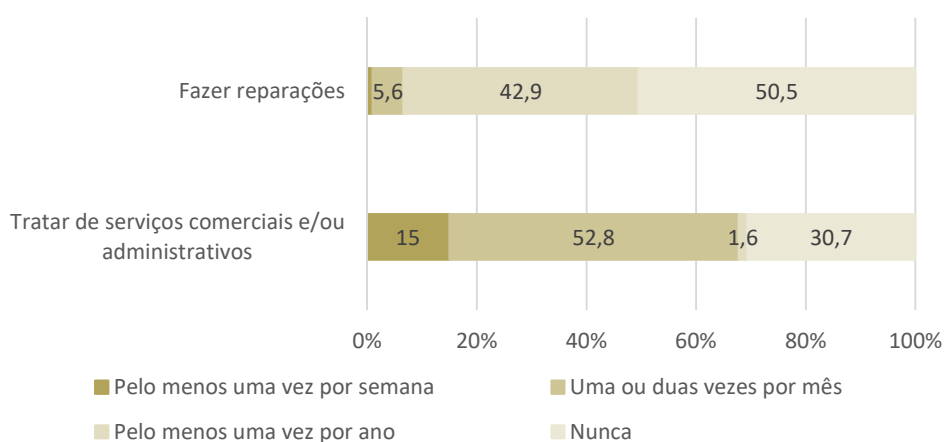


²² Pode incluir crianças cuja relação de parentesco com a pessoa respondente não seja a de filho/a (podem ser neto/a(s) ou outras crianças).

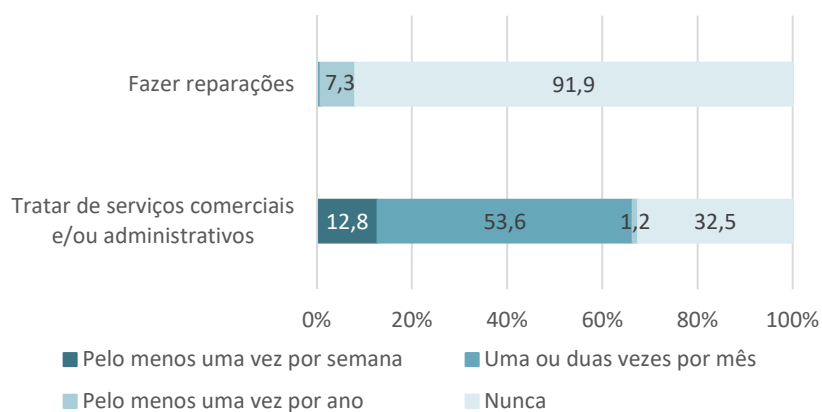
Em contrapartida, uma participação masculina mais elevada apenas se regista em tarefas domésticas de natureza esporádica. Este é o caso de atividades associadas a tratar de serviços comerciais e/ou administrativos (pagar as contas, seguros, bancos, pagar a renda, etc.) e, sobretudo, a fazer reparações em casa: 91,9% das mulheres dizem nunca o fazer, face a 50,5% dos homens que dão a mesma resposta.

Figura 57 | Frequência de realização de tarefas domésticas esporádicas, por sexo, na AML (%)

Homens



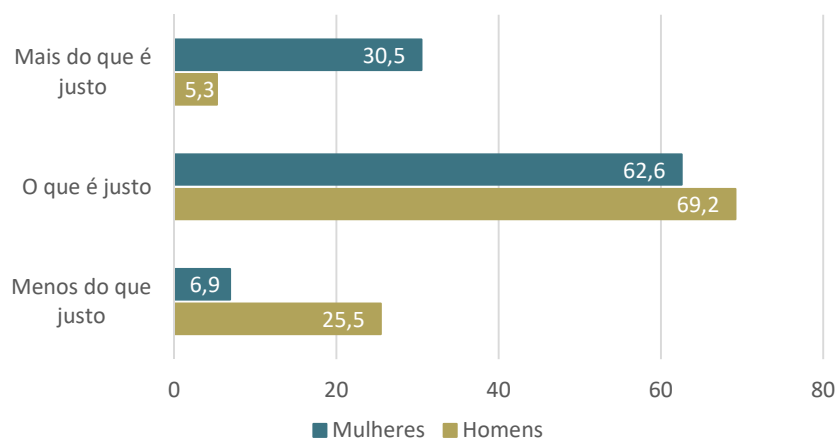
Mulheres



Contudo, apesar das assimetrias na partilha das tarefas domésticas, cerca de 63% das mulheres são de opinião de que a parte das tarefas domésticas realizada por si corresponde ao que é justo. Esta mesma opinião é mais prevalente entre os homens, uma vez que quase 70% destes a exprimem. Em contrapartida, 30,5% das mulheres, face a apenas 5,3% dos homens, consideram fazer mais do que é

justo. Por outro lado, 25,5% dos homens assumem ter consciência de que fazem menos do que é justo (face a 6,9% das mulheres que exprimem opinião semelhante).

Figura 58 | Perceção de justiça / injustiça em relação à parte das tarefas domésticas que realiza, por sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Ainda ao nível das perceções, apesar de o *Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género de Lisboa* (Lisboa, 2017) ter como objetivo a análise da violência, e que os valores de género serviram para enquadrar socialmente o fenómeno, é possível recuperar aqui alguns dos seus resultados como indicadores de perceções diferenciadas entre homens e mulheres.

Neste Inquérito Municipal observa-se globalmente, por um lado, uma tendência igualitária da população de Lisboa já que esta parece estar mais próxima de valores de género igualitários face à partilha de responsabilidades relativamente aos/às filhos/as, à capacidade semelhante de pais e de mães cuidarem dos/as filhos, ao dever de marido e mulher contribuírem para o rendimento do agregado familiar e, ainda, face ao facto de ter um emprego como a melhor maneira de tanto homens como mulheres serem independentes.

Por outro lado, apesar do comportamento destes indicadores sugerirem atitudes tendencialmente igualitárias face aos papéis sociais de género, outros indiciam alguma resistência e a persistência de valores mais conservadores, nomeadamente em relação ao valor central para as mulheres do trabalho doméstico e de ter um lar e filhos/as, bem como ao impacto negativo do trabalho da mãe fora de casa nos/as filhos/as.

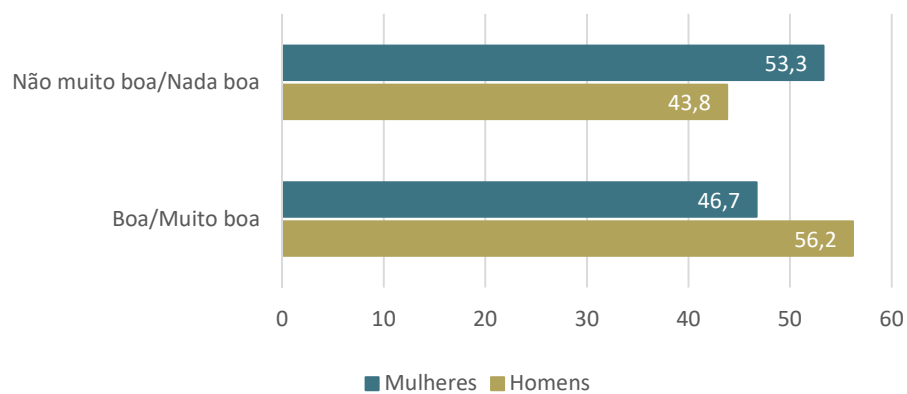
A análise destes indicadores em função do sexo da pessoa inquirida permitiu à equipa responsável por este estudo concluir que, se as mulheres se aproximam mais de uma posição de igualdade de género nos papéis sociais do que os homens, a análise de outras variáveis “revela claramente que os estereótipos estão enraizados tanto nos homens como nas mulheres, talvez até de forma mais

profunda nas mulheres no que diz respeito à parentalidade, patente na exacerbação do seu papel de mães” (Lisboa, 2017: 188).

Retomando a análise dos resultados do Inquérito Nacional aos Usos do Tempo 2015, conclui-se que existe uma forte interpenetração entre trabalho pago e vida pessoal e familiar, que é manifesta nas vidas das mulheres e dos homens na AML, também quando posta em confronto com a média nacional.

Quase cinco em cada dez pessoas, 53,3% das mulheres e 43,8% dos homens (face a 38,5% das mulheres e 36,9% dos homens no total do país), consideram que o seu horário de trabalho não se adapta muito bem ou mesmo nada bem aos compromissos familiares, pessoais ou sociais que têm fora do seu trabalho.

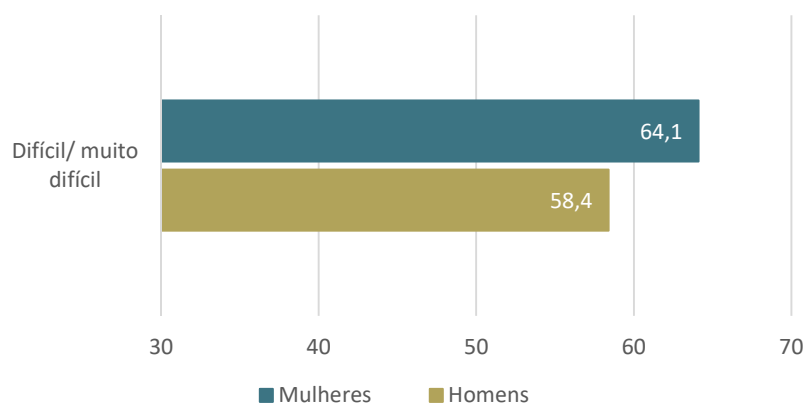
Figura 59 | Perceção sobre a adaptação do horário de trabalho aos compromissos familiares, pessoais ou sociais, segundo o sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Por outro lado, a maioria sobretudo das mulheres, 64,1%, mas também dos homens, 58,4%, consideram ser difícil ou mesmo muito difícil (resposta que foi dada por cerca de metade das mulheres e dos homens no total do país), tirar uma ou duas horas durante o horário de trabalho para tratar de assuntos pessoais ou familiares.

Figura 60 | Percepção sobre o grau de facilidade em tirar uma ou duas horas durante o horário de trabalho para tratar de assuntos pessoais ou familiares, por sexo e por grupo etário (%)

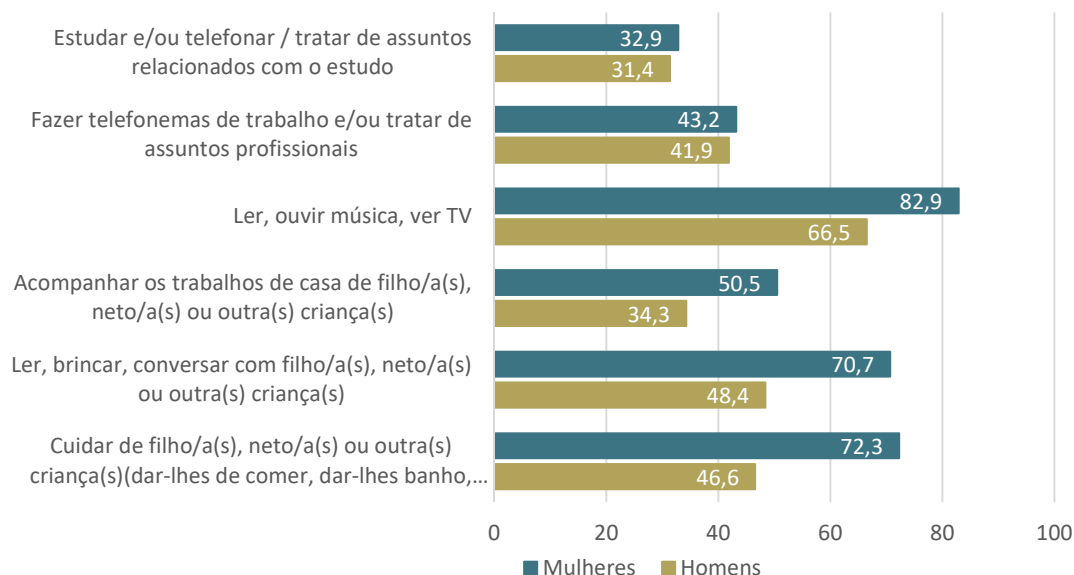


Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

É também para as mulheres que o trabalho pago tem maiores implicações em termos familiares e pessoais.

Os tempos em casa são vividos no exercício simultâneo de diferentes atividades e tarefas, sobretudo pelas mulheres. São elas quem mais realiza atividades simultâneas às tarefas domésticas, numa polivalência de tempos e funções.

Figura 61 | Pessoas que realizam outras atividades enquanto tratam das tarefas domésticas, segundo o tipo de atividade simultânea e por sexo, na AML (%)

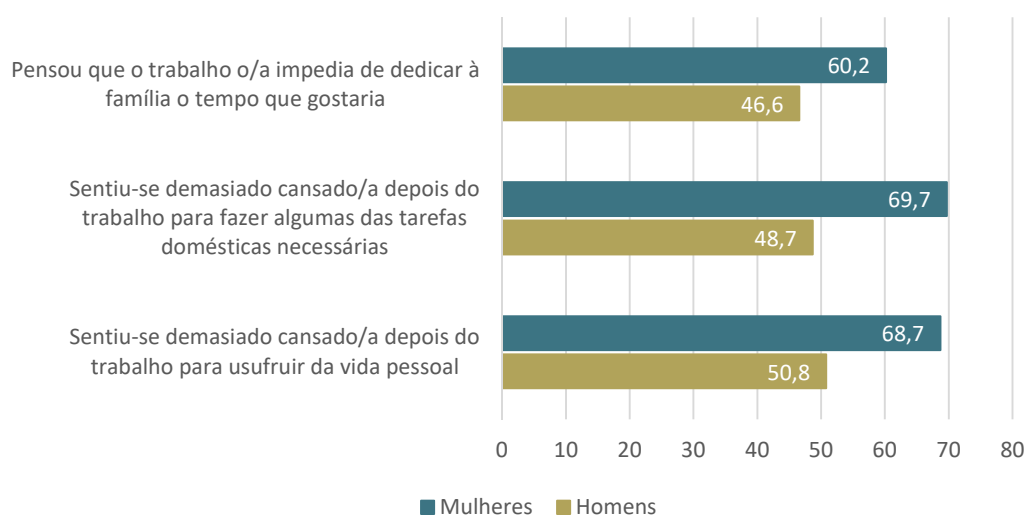


Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

São, ainda, sobretudo as mulheres (e em maiores proporções na AML do que no total do país) que referem ter-se sentido, pelo menos algumas vezes, nos últimos 12 meses, demasiado cansadas após o

trabalho para realizarem algumas tarefas domésticas (69,7%, face a 48,7% dos homens) ou para usufruírem da sua vida pessoal (68,7%, face a 50,8% dos homens). É igualmente para as mulheres que o trabalho pago representa, em maior proporção (60,2%, face a 46,6% dos homens), um impedimento para dedicar à família o tempo que gostariam.

Figura 62 | Pessoas que consideram que o trabalho pago teve implicações na sua vida pessoal e familiar, nos últimos 12 meses, segundo o tipo de implicação, por sexo, na AML (%)²³

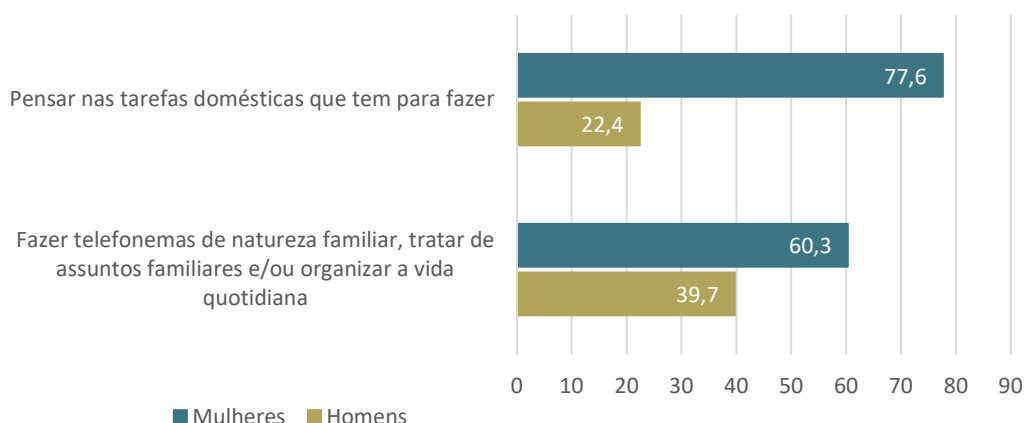


Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

A interpenetração da vida familiar na vida profissional é, também, mais evidente entre as mulheres, em particular na AML. São elas quem, muito mais frequentemente, quando estão no seu local de trabalho, pensa nas tarefas domésticas que têm de realizar, por exemplo o que fazer para o jantar (77,6%, face a apenas 22,4% dos homens) e/ou resolve questões relacionadas com a sua vida de família ou com o organização do seu quotidiano (embora, a este nível, as diferenças em função do género sejam significativamente menores, 60,3% das mulheres face a 39,7% dos homens).

²³ Estas percentagens resultam da agregação das seguintes categorias de resposta: 'sempre', 'a maior parte das vezes', 'algumas vezes'.

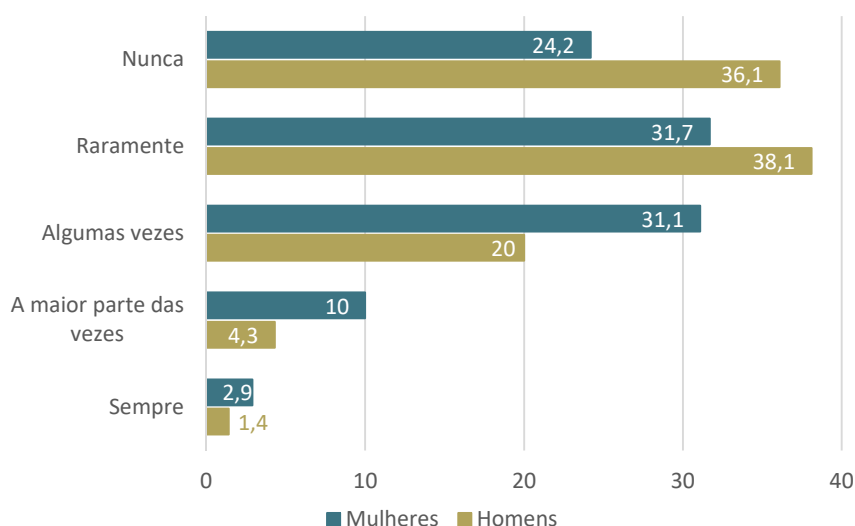
Figura 63 | Pessoas que costumam realizar atividades simultâneas, de natureza familiar e doméstica, quando estão no seu local de trabalho, por sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

A maioria das pessoas respondentes (que têm atividade profissional) declara não ter dificuldades em se concentrar no trabalho pago devido às suas responsabilidades familiares: são sobretudo os homens (74,2%, face a 55,9% das mulheres) que dizem raramente ou nunca terem sentido esta dificuldade, nos 12 meses anteriores à data da inquirição. Em contrapartida, 44% das mulheres (face a 25,7% dos homens) teve, pelo menos algumas vezes, no mesmo período, dificuldades em se concentrar no trabalho pago devido às suas responsabilidades familiares.

Figura 64 | Frequência com que, nos últimos 12 meses, as pessoas tiveram dificuldade em se concentrar no trabalho pago devido às suas responsabilidades familiares, por sexo, na AML (%)

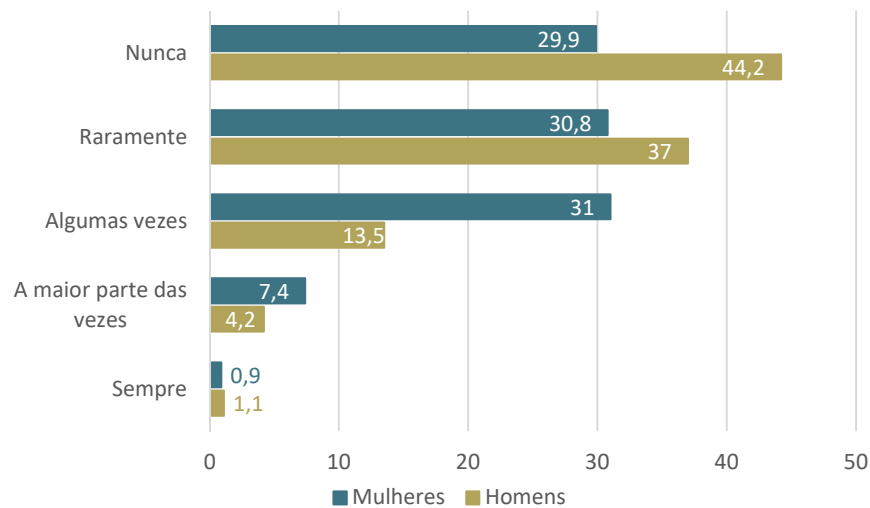


Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

São também as mulheres quem mais considera que as suas responsabilidades familiares as impedem de dedicar o tempo necessário ao trabalho pago (tomando igualmente os últimos 12 meses como

período de referência): o diferencial é superior a 20 p.p. entre as mulheres e os homens que dizem ter tido essa percepção pelo menos algumas vezes (diferencial este que é na ordem dos 10 p.p. no total do país).

Figura 65 | Frequência com que, nos últimos 12 meses, as pessoas pensaram que as suas responsabilidades familiares as impediam de dedicar o tempo necessário ao trabalho pago, por sexo, na AML (%)



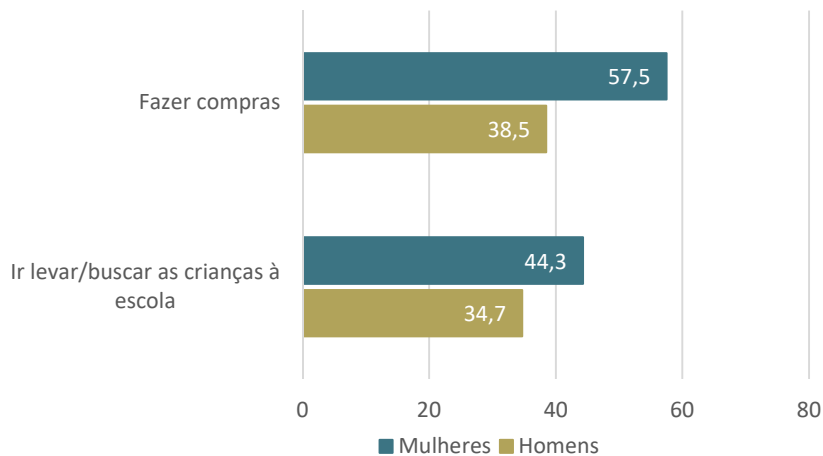
Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Os usos do tempo de mulheres e de homens têm, efetivamente, de ser pensados à luz dos respetivos contextos territoriais de residência. Viver numa área metropolitana, em particular na AML, impõe constrangimentos específicos, desde logo, ao nível da distância geográfica e/ou dos tempos de deslocação entre os diferentes espaços em torno dos quais se estruturam as vidas quotidianas.

O tempo que se demora habitualmente no percurso de casa para o trabalho e do trabalho para casa (considerando, naturalmente, apenas as pessoas que têm uma atividade profissional) é particularmente elevado na AML, tanto para mulheres como, sobretudo, para homens. Nesta região, uma análise por quartis revela que 25% das pessoas demora mais de 45 minutos a fazer este percurso; o tempo médio de deslocação é de 38 minutos para os homens e de 36 minutos para as mulheres. Considerando o país no seu conjunto, em média, os homens gastam 26 minutos e as mulheres gastam 25 minutos na deslocação casa-trabalho-casa.

Mais para as mulheres do que para os homens, os percursos entre a casa e o trabalho e, no regresso, entre o trabalho e a casa são habitualmente aproveitados para a realização de outras tarefas: sobretudo ir às compras e/ou ir levar/buscar crianças (filho/a(s), neto/a(s) ou outras crianças) à creche/infantário/escola.

Figura 66 | Principais atividades realizadas no percurso casa-trabalho-casa, segundo o sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

A análise dos resultados do Inquérito Nacional aos Usos do Tempo 2015 pode ser complementada, a respeito das deslocações de mulheres e de homens em geral, pelos dados relativos à Área Metropolitana de Lisboa do Inquérito à Mobilidade 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018a)). Estes dados revelam que, apesar da população masculina apresentar maior proporção de população móvel (82,5%) face à população feminina (78,4%), as mulheres registam um maior número de deslocações, correspondendo a 52% do total. Por outro lado, quando se considera o tipo de transporte principal, constata-se que as mulheres são quem mais utiliza transportes coletivos: o peso relativo das deslocações realizadas com recurso a transportes coletivos situa-se em 18% para as mulheres e 12,8% para os homens.

No âmbito de uma investigação levada a cabo por Ana Isabel Martins sobre mobilidade urbana na AML (Martins, 2019), reforça-se a ideia de que os transportes públicos são mais frequentados por mulheres e, em particular, por aquelas que se integram em agregados familiares com rendimentos mais baixos, bem como da existência de padrões de viagem diferentes entre homens e mulheres, verificando-se uma maior propensão para as mulheres realizarem viagens mais curtas e dispersas durante o dia, em boa parte motivadas pelo cuidado à família.

Esta investigação aponta, por outro lado, um conjunto de pontos fracos em relação à rede de transportes públicos que se referem, entre outros aspetos, ao défice de cobertura em algumas zonas e uma oferta não adaptada às necessidades de mobilidade da população. Este tipo de problema, associado a dificuldades em relação a horários e a número de veículos dos transportes públicos, foi igualmente enunciado num dos contributos do Conselho Municipal para a Igualdade para este diagnóstico.

Num estudo levado a cabo pela Quarternaire sobre novas dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas no centro histórico de Lisboa (Quarternaire, 2017) as dificuldades com os transportes públicos naquela zona da cidade, e independentemente da existência de um serviço de transporte “porta-a-porta” assegurado pelas juntas de freguesia, surgem associadas a uma carência de ligações transversais entre vários pontos da cidade. Por outro lado, o incremento da utilização dos transportes, por parte de turistas, conduz a longas filas de espera que, se toleradas por quem visita, se tornam incompatíveis com as exigências profissionais e quotidianas de quem vive em permanência no centro da cidade. Este foi um aspeto salientado também nos *workshops* participativos para a elaboração do presente diagnóstico.

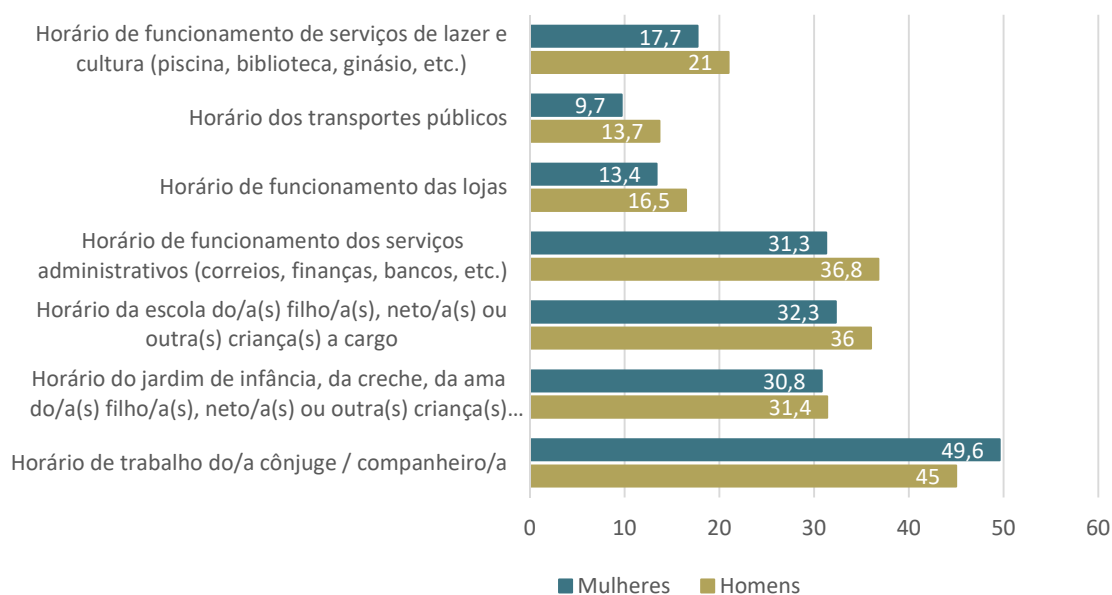
Retomando os resultados do Inquérito Nacional aos Usos do Tempo 2015, verifica-se que a AML se destaca também como o território onde uma maior proporção de pessoas sente dificuldades na relação entre as ocupações diárias (emprego, tarefas domésticas, cuidados às crianças, etc.) e os horários do contexto envolvente, sendo estas realidades que entram frequentemente em ‘choque’.

O ‘choque’ referido por mais pessoas residentes na AML, sobretudo pelos mulheres, diz respeito à relação com o horário de trabalho do/a cônjuge / companheiro/a.

Dificuldades de compatibilização das ocupações diárias com os horários de funcionamento das escolas e outros equipamentos de apoio à infância merecem, também, referência particular, sobretudo por parte dos homens, no que respeita ao horário das escolas, e sem grande diferença de género em relação a equipamentos de apoio à infância. Refira-se, ainda, que este foi um aspeto amplamente discutido num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico, sobretudo pensando nos trabalhadores e nas trabalhadoras com horários atípicos e antissociais de trabalho.

São também os homens, em particular na AML, que mais mencionam o horário de funcionamento de serviços de lazer e cultura (tais como piscina, biblioteca, ginásio) como entrando em ‘choque’ com as suas próprias ocupações.

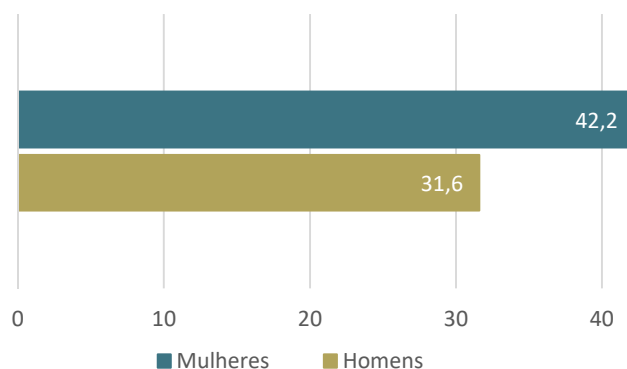
Figura 67 | Pessoas que consideram que, num dia normal, as suas ocupações diárias entram ‘em choque’ com o horário do/a cônjuge/a / companheiro/a e/ou o horário de serviços vários, segundo o sexo, na AML (%)



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

Apesar de, genericamente, como referido acima, serem as mulheres que mais tendem para a prática de atividades simultâneas, são também as mulheres que mais concordam com a afirmação ‘Na minha vida do dia-a-dia, raramente tenho tempo para fazer as coisas de que realmente gosto’. Uma vez mais, são as mulheres residentes na AML quem mais expressa esta dissociação entre o tempo e a possibilidade de o usar em atividades que lhes dão prazer e gratificação: mais de 42 em cada 100 mulheres residentes na AML consideram que raramente têm tempo para fazer as coisas de que realmente gostam.

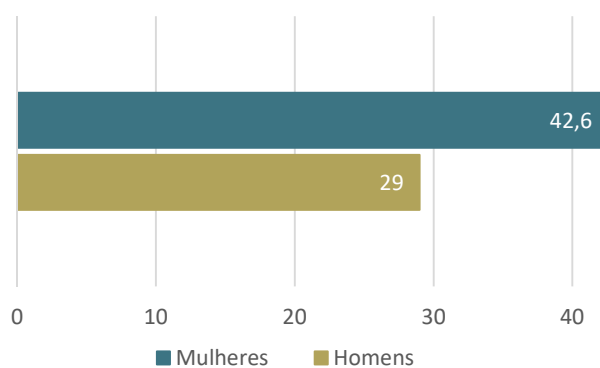
Figura 68 | Pessoas que concordam com a frase ‘Na minha vida do dia-a-dia, raramente tenho tempo para fazer as coisas de que realmente gosto’, segundo o sexo, na AML (%)²⁴



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

As dificuldades de gestão dos tempos terão como corolário situações de *stress*, expressas, nomeadamente, através de um sentimento de ‘pressa’. São muito mais as mulheres que verbalizam o facto de normalmente (todos os dias ou com frequência) andarem apressadas: quase 43% face a 29% dos homens.

Figura 69 | Pessoas que sentem que andam apressadas todos os dias ou com frequência, segundo o sexo, no total do país, na AML (%)²⁵



Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015.

A pressa, o *stress*, o quotidiano acelerado, por vezes vertiginoso, surgem assim associados ao sentimento de falta de tempo, em particular de falta de tempo para si próprias, sentimento este vivido sobretudo pelas mulheres, e de forma particular na AML.

²⁴ Estas percentagens resultam da agregação de dois níveis da escala: ‘concordo totalmente’ e ‘concordo’.

²⁵ Estas percentagens resultam da agregação de dois níveis da escala: ‘todos os dias’ e ‘com frequência’.

Destaques

- A assimetria entre o tempo afeto por homens e mulheres ao trabalho pago na Área Metropolitana de Lisboa (AML) é reduzida, e muito menor do que a que se verifica a nível nacional.
- A assimetria entre o tempo afeto por mulheres e homens ao trabalho não pago doméstico e de cuidado na AML é elevada, e maior do que a que se verifica a nível nacional.
- A disparidade de género em relação ao trabalho não pago é particularmente elevada entre as mulheres e os homens que têm idades entre os 25 e os 44 anos.
- A feminização do trabalho não pago é particularmente evidente ao nível da prestação de cuidados físicos às crianças e da realização de tarefas domésticas rotineiras.
- Quase metade das pessoas residentes na AML, mais mulheres do que homens (e com maior expressão do que no total do país), considera que o seu horário de trabalho não se adapta muito bem ou mesmo nada bem aos seus compromissos familiares, pessoais ou sociais.
- A maioria, sobretudo das mulheres mas também dos homens, considera ser difícil, ou muito difícil, tirar uma ou duas horas durante o horário de trabalho para tratar de assuntos pessoais ou familiares.
- São sobretudo as mulheres (e em maior proporção do que no total do país) que se sentem demasiado cansadas após o trabalho, nomeadamente para usufruírem da sua vida pessoal.
- Um quarto das pessoas residentes na AML que têm uma atividade profissional demoram mais de 45 minutos no percurso casa-trabalho-casa. Este tempo de deslocação é superior ao registado no país.
- Apesar de a população masculina apresentar maior proporção de população móvel, as mulheres registam um maior número de deslocações e são quem mais utiliza transportes coletivos.
- Horários dos transportes públicos e número de veículos desajustados às necessidades.
- Horários de funcionamento das escolas e outros equipamentos de apoio à infância desajustados às necessidades, nomeadamente de trabalhadores e trabalhadoras com horários de trabalho atípicos e antissociais.
- Horários de funcionamento de serviços de lazer e cultura e de serviços administrativos desajustados às necessidades.

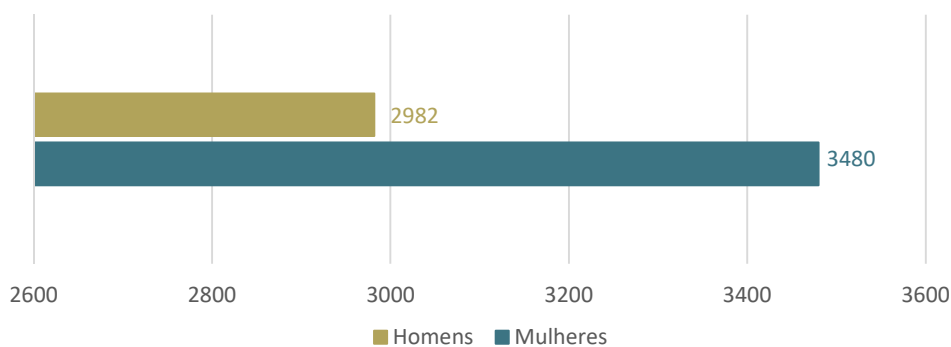
7. Proteção social

Proteção no desemprego

O desemprego pode configurar uma das situações de maior vulnerabilidade na vida das mulheres e dos homens, nomeadamente pela quebra de rendimentos que acarreta.

Como se pode ver pelo gráfico abaixo há, na cidade de Lisboa, mais mulheres do que homens como beneficiárias do subsídio de desemprego, em 2018, o que está de acordo com o facto de, e tal como se analisou anteriormente, existirem mais mulheres do que homens inscritas nos Centros de Emprego.

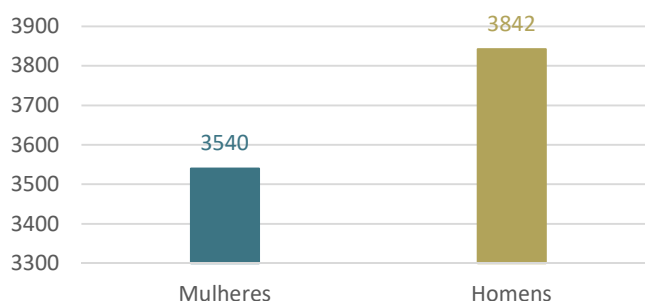
Figura 70 | Pessoas beneficiárias de subsídios de desemprego da Segurança Social, por sexo - 2018



Fontes: MTSSS, PORDATA

Também quando atendemos ao subsídio social de desemprego (subsídio subsequente ao subsídio de desemprego) se verifica uma sobre representação das mulheres: 56,4% das pessoas beneficiárias são do sexo feminino.

Figura 71 | Valor médio anual do subsídio de desemprego, por sexo – 2017



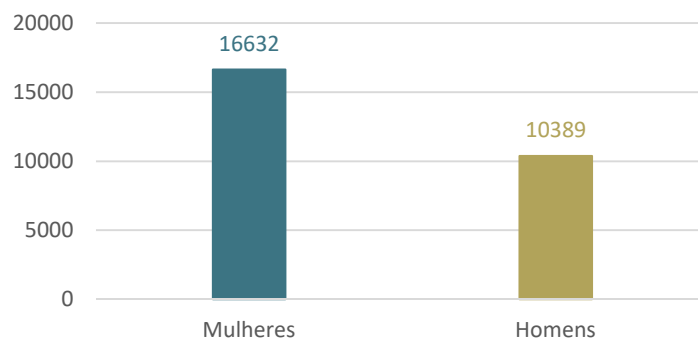
Fonte: INE Anuário Estatístico 2017.

Por outro lado, quando se analisa os valores médios anuais dos subsídios de desemprego pagos a homens e a mulheres regista-se que são pagos aos homens montantes mais elevados, facto que não é alheio aos vencimentos mais elevados genericamente auferidos pela população masculina.

Proteção na doença

De acordo com os dados disponíveis no PORDATA, as mulheres representam 61,6% do total de pessoas beneficiárias do subsídio de doença no concelho de Lisboa, no ano de 2018. Estes números poderão, entre outros aspetos, constituir uma manifestação de diferentes atitudes face à doença por parte de homens e de mulheres. Tal como sublinhado num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico, os homens estarão menos conscientes para os alertas de doença.

Figura 72 | Subsídios por doença da Segurança Social, por sexo – 2018



Fontes: MTSSS, PORDATA.

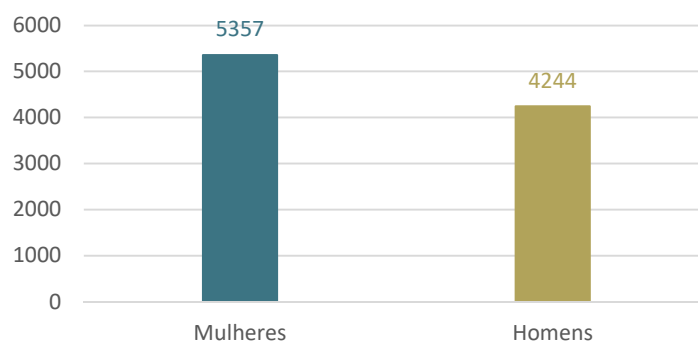
Proteção na parentalidade

O subsídio parental é um subsídio atribuído ao pai e ou à mãe, com vista a substituir o rendimento de trabalho perdido, durante o período de licença por nascimento de filho/a. Recorde-se que, em relação aos homens, o número de dias de gozo obrigatório no âmbito da licença parental inicial exclusiva do pai é de 15 dias; e que a duração total da licença parental inicial exclusiva do pai é de 25 dias úteis, dos quais 15 são de gozo obrigatório e os outros 10 de gozo facultativo. Refira-se, ainda, que a duração legal da licença é de 180 dias se a mãe e o pai gozarem cada um/a, em exclusivo, pelo menos 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo obrigatório pela mãe de seis semanas) de licença parental inicial.

Este enquadramento do subsídio parental inicial permite dizer que entre as pessoas beneficiárias deveria haver um equilíbrio entre homens e mulheres. No entanto, para a cidade de Lisboa, em 2017, as mulheres representam a maioria - 55,8% - das pessoas beneficiárias deste subsídio, ainda que esta

percentagem tenha vindo a diminuir: em 2014, a percentagem de mulheres era de 58% (correspondendo a um total de 4 921 mulheres num universo de pessoas beneficiárias para o concelho de Lisboa de 8 479).²⁶

Figura 73 | Pessoas beneficiárias do subsídio parental inicial da Segurança Social, por sexo – 2017

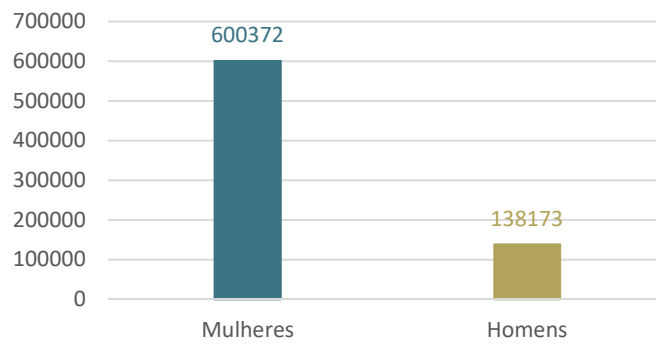


Fonte: INE Anuário Estatístico 2017.

Se olharmos para os dias processados do subsídio parental inicial, podemos dizer que, em 2017, os homens gozaram, em média, cerca de 33 dias de licença parental inicial; os dias gozados pelas mulheres foram de 112. Tal significa que os homens estão longe de atingir o máximo de dias que lhes são permitidos (138 dias) e que as mulheres ultrapassam em muito o número de dias que correspondem obrigatoriamente ao período do seu recobro físico após parto (6 semanas). Parece haver, porém, uma evolução positiva (inserindo-se Lisboa na tendência nacional), já que o número médio de dias processados do subsídio parental inicial, tendo homens como beneficiários, em 2015, era de 28.

²⁶ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2014.

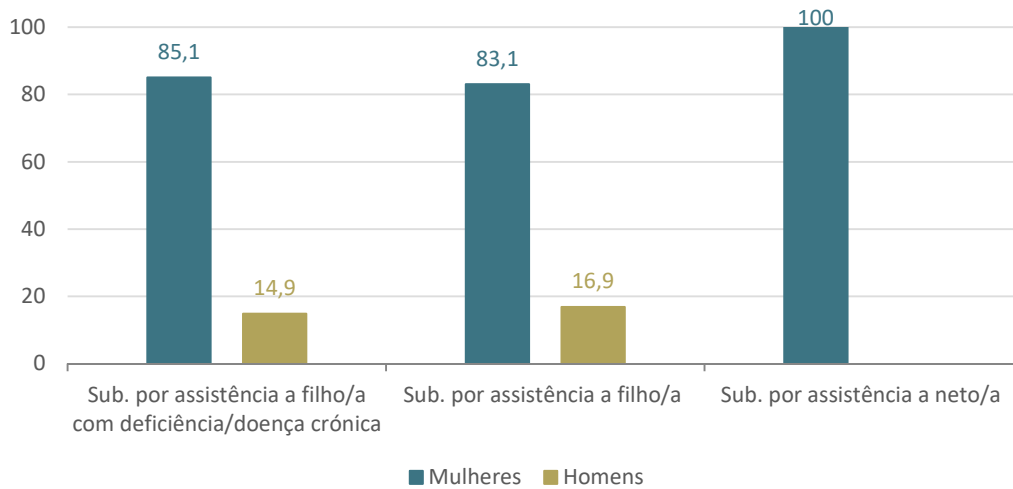
Figura 74 | Dias processadas do subsídio parental inicial da Segurança Social, por sexo – 2017



Fonte: INE, Anuário Estatístico 2017.

São igualmente as mulheres quem, maioritariamente, beneficia de subsídios por assistência a filhos/as, sendo essa percentagem ligeiramente superior quando se trata de filhos/as com deficiência e/ou doença crónica. Já a prestação por assistência a neto/a não regista nenhum homem enquanto beneficiário.

Figura 75 | Beneficiárias/os de subsídio por assistência a filhos/as e/ou netos/as, por sexo (%) – 2018



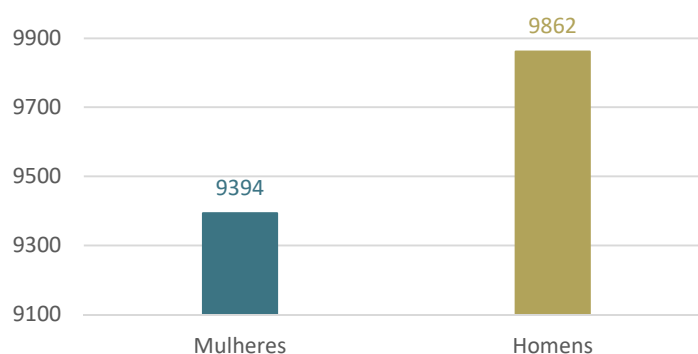
Fonte: ISS, IP / Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Proteção na carência económica

A prestação Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida que visa a autonomia económica de pessoas e famílias que temporariamente careçam de um rendimento que permita a sua subsistência. Com esse objetivo, o RSI tem vindo a ser considerado como um fator de redução da intensidade da pobreza em Portugal (cf. Farinha Rodrigues, 2016).

Em Lisboa, no ano de 2018, existiam 9 862 homens beneficiários de RSI, valor ligeiramente superior ao das mulheres, que é de 9 394.

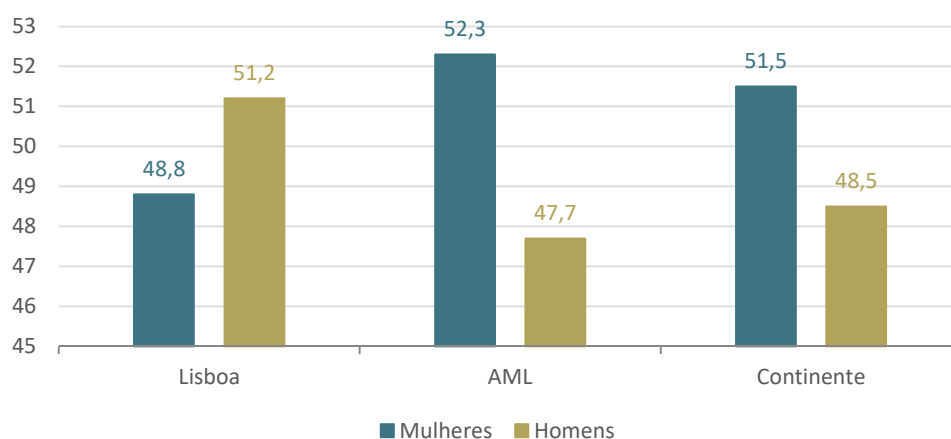
Figura 76 | Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, por sexo – 2018



Fontes/Entidades: MTSSS, PORDATA.

Esta maior presença de elementos do sexo masculino entre as pessoas beneficiárias de RSI no concelho de Lisboa é uma dimensão que distingue a cidade das tendências verificadas tanto na AML como no Continente.

Figura 77 | Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, em Lisboa, AML e Continente, por sexo (%) – 2018



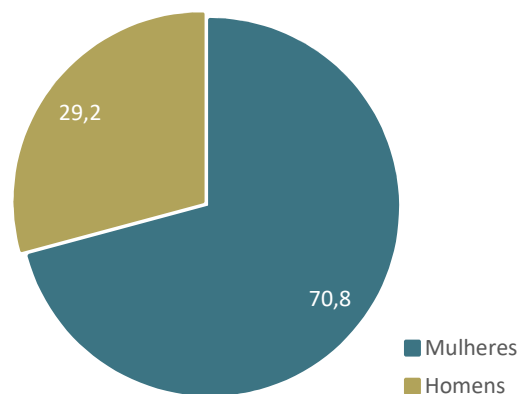
Fontes/Entidades: MTSSS, PORDATA

Em metade das freguesias de Lisboa, a população beneficiária de RSI tem um peso inferior a 2,5%. São as freguesias que se localizam nos limites do território do concelho, excetuando o Parque das Nações e Belém, e as do prolongamento da zona oriental para o centro histórico as que concentram maior número de pessoas beneficiárias. “Destacam-se as freguesias de Marvila e Santa Clara com proporções superiores a 10%, às quais se associa a freguesia dos Olivais, com valor entre os 7,5% e 10%.” (Capucha, coord. 2018: 181)

Tendo como referência as prestações de RSI processadas pelo Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, o valor médio da prestação, por pessoa beneficiária, em dezembro de 2018, era de 117,89€, valor ligeiramente superior ao verificado para o país – 115,17€.

Ao contrário do RSI, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação paga pela Segurança Social a pessoas idosas (com mais de 65 anos) de baixos recursos. Em 2018, no concelho de Lisboa, existiam 6 609 pessoas beneficiárias desta prestação, sendo que 71.4% eram do sexo feminino, o que está em coerência com a presença mais acentuada de mulheres entre a população idosas e com os rendimentos mais baixos da população feminina mais velha.

Figura 78 | Pessoas beneficiárias do Complemento Solidário para Idosos, por sexo (%) – 2018



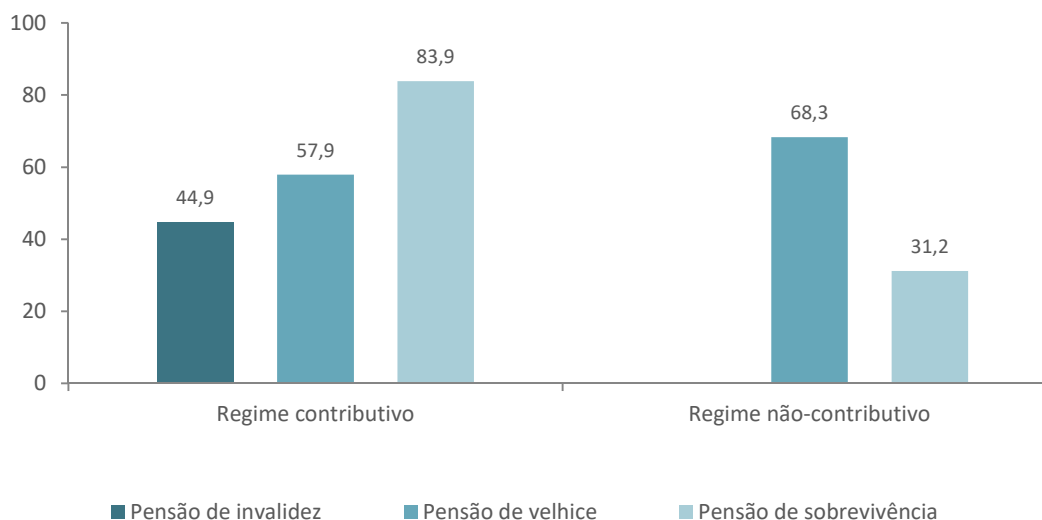
Fonte: MTSSS, Estatística da Segurança Social.

Proteção na transição do mercado de trabalho para a reforma e na viuvez

Segundo o sistema de estatística da Segurança Social, em 2018, e para o concelho de Lisboa, havia um total de 158 248 pessoas beneficiárias do sistema de pensões, das quais 63.9% são do sexo feminino, sobretudo no regime não contributivo (onde a percentagem se situa nos 67.8%).

Ainda de referir, o peso significativo que as mulheres assumem no regime não contributivo de pensões (67.8%) e que refletirá uma ausente ou fraca carreira contributiva.

Figura 79 – Percentagem de mulheres no sistema de pensões, por tipo de pensão – 2018



Fonte: ISS, IP / Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Contudo, é conhecida a sobre representação das mulheres em pensões às quais corresponde um menor montante, o que gera um elevado diferencial nas pensões de homens e de mulheres, dando pois uma continuidade agravada ao diferencial nos salários de homens e de mulheres. Tal como sublinhado num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico, se a segurança social não discrimina à partida, acaba por garantir níveis de proteção diferentes a mulheres e a homens ao longo do curso de vida, e nomeadamente na velhice.

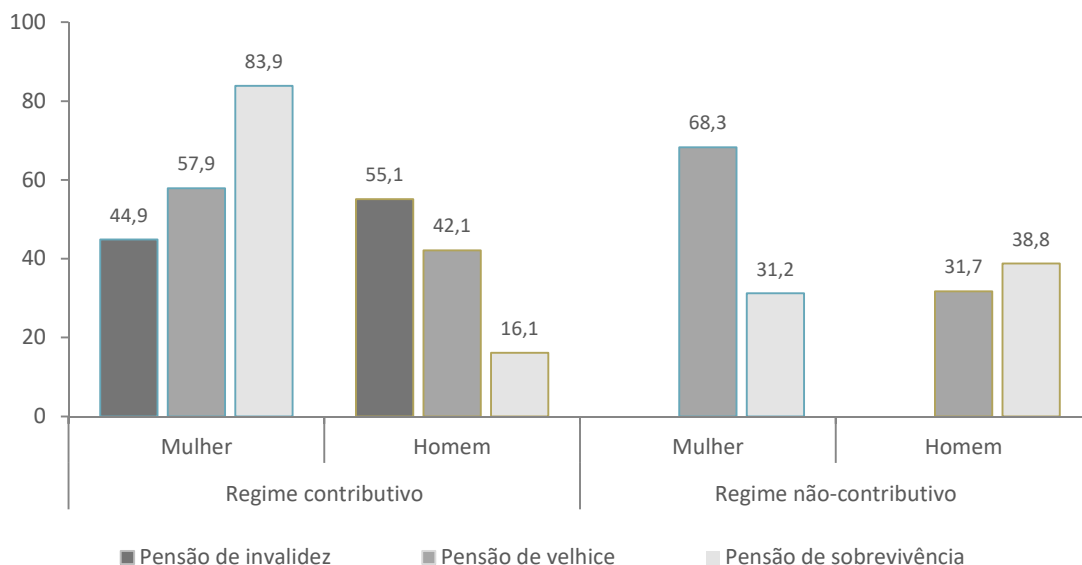
Como se pode verificar através do gráfico anterior, as mulheres têm uma presença dominante na pensão de velhice e na pensão de sobrevivência (e sobretudo nesta última). Excecionalmente, são menos de 45% entre as pessoas beneficiárias da pensão de invalidez²⁷, o que significará que os riscos associados às atividades profissionais que maioritariamente desempenham serão menos propensos à geração de condições conducentes a uma reforma por invalidez. A percentagem tão mais elevada de mulheres na pensão de sobrevivência remete para a sua maior longevidade e maior experiência da viuvez.

A importância da pensão de sobrevivência entre as mulheres do concelho de Lisboa reflete-se, também, quando se analisa a distribuição de mulheres e de homens por tipo de pensão. Ou seja, as mulheres representam 82,3% das pessoas beneficiárias de pensão de sobrevivência o que corresponde a 32,1% do total de mulheres pensionistas.

²⁷ A pensão de invalidez do regime não contributivo está integrada na Prestação Social para a Inclusão, deixando de ser possível a sua análise neste contexto.

Ainda que com percentagens distintas, importa ressaltar que, tal como para os homens, a pensão de velhice é a que abrange uma maior percentagem de mulheres pensionistas – 57.9%. Note-se, ainda, que esta percentagem aumentou desde 2010, ano em que pouco ultrapassava os 60%. Este aumento relaciona-se, certamente, com a crescente participação das mulheres no mercado e, também, com a quebra acentuada das pensões de invalidez, muito provavelmente como consequência das condições mais rígidas de acesso às mesmas que se têm vindo a fazer sentir.

Figura 80 | Pensionistas por regime contributivo, por tipo de pensão e sexo (%) – 2018



Fonte: ISS, IP / Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Rede de equipamentos e respostas sociais

Segundo o Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, e tendo por base os dados da Carta Social 2014, em Lisboa existe uma rede de mais de 800 respostas sociais que, na grande maioria dos casos (mais de 80%), se inscreve na chamada rede solidária. Daquele universo de respostas sociais, 47,4% destina-se a uma população adulta; 38,1% à infância e juventude.²⁸

No domínio das respostas sociais dirigidas à infância e juventude, destaque-se a importância das creches, não só pelo papel que desempenham no desenvolvimento integral das crianças mas porque representam, também, equipamentos fundamentais em matéria de conciliação entre a vida profissional e familiar.

²⁸ As restantes respostas sociais enquadram-se na categoria de Família e Comunidade (14,1%) e Grupo Fechado (0,5%).

Os dados disponíveis na Carta Social do Ministério do Trabalho e Segurança Social para 2018²⁹ referem a existência de 192 creches o que corresponde a 10 188 lugares para um total de 9 146 crianças utentes (89,8% de taxa de ocupação).

Tendo como referência a situação descrita no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, pouco menos de 65% das creches seriam da rede solidária, o que representa uma percentagem mais baixa do que a relativa ao total das respostas sociais.

Esta forte presença do setor lucrativo é considerada no mapeamento de equipamentos sociais, realizado pela CCDRLVT (CCDRLVT, 2017), como um fator de diferenciação negativa pelas mensalidades praticadas, o que significará dificuldades acrescidas no acesso a esta resposta social.

Em 2009, o Município de Lisboa aprovou Orientações Estratégicas para os Equipamentos Sociais para a Infância, visando a constituição estruturada de uma rede de creches, não lucrativas e de acesso não restrito, identificando e quantificando as carências, e definindo soluções para uma cobertura de 50% da população.

A este nível, e tal como realçado no documento da Câmara Municipal de Lisboa (CML, 2018), com vista à preparação de um novo Programa de Desenvolvimento da Rede de Creches de Lisboa, importará não ignorar que a taxa de cobertura mede a capacidade existente por relação ao número de crianças até aos 3 anos residentes no concelho. Ora, a procura deste tipo de equipamentos em Lisboa é influenciada pelos movimentos pendulares das populações que, não residindo no concelho, aqui exercem a sua atividade profissional, procurando aqui também resposta para as necessidades de acolhimento, socialização e desenvolvimento dos seus filhos e das suas filhas mais pequenos/as. Por exemplo, na freguesia de Campolide cerca de 35% das crianças que frequentam as creches da rede não lucrativa residem fora de Lisboa (70% na Amadora e em Sintra, ao que não será alheia a proximidade destes concelhos com a freguesia dada a passagem da via férrea).

Considerando a situação das diferentes freguesias, Lumiar e Alvalade serão aquelas onde há mais lugares em creche (lucrativas e não lucrativas). Ao contrário, é no Beato que existe menor capacidade. No Parque das Nações existem apenas respostas da rede lucrativa. Lumiar, Marvila, Alvalade, Campo de Ourique; Santa Clara e Estrela são as freguesias onde há mais lugares em creche na rede solidária.

²⁹ Disponível em:

http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=11&cod_concelho=06&cod_freguesia=0&cod_area=11&cod_valencia=1103&nome=&localpostal=&temCert=false. Consultada em 12.07.2019.

Ainda de acordo com o documento da CML acima identificado, considerando a meta de 50% de cobertura, definida desde 2009, cerca de metade das freguesias (13) ainda não atingiram esse valor, apresentando quatro destas freguesias (Beato, Parque das Nações, Olivais e Areeiro) taxas de cobertura abaixo dos 24%. Note-se, ainda, que freguesias com grande potencial de crescimento populacional como Lumiar e Santa Clara têm taxas de cobertura da rede de creches não lucrativas e de acesso não restrito inferiores aos 50% estabelecidos.

No contexto das respostas sociais para a população adulta, e retomando a informação do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) distribuem-se equitativamente pela rede solidária e pela rede de respostas lucrativas. É, no entanto, a rede solidária que apresenta mais lugares (65% do total).

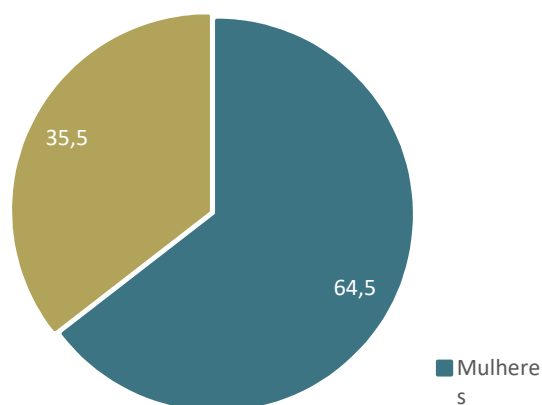
Já a Carta Social 2018³⁰ identifica a existência de 115 equipamentos desta natureza, os quais têm capacidade para um total de 4 569 pessoas e têm 3 988 utentes, o que significa uma taxa de utilização de 87,3%. Os preços praticados pelos equipamentos na sua relação com os rendimentos disponíveis das pessoas podem explicar esta taxa de utilização inferior a 90%. Note-se que, de acordo com o mapeamento da CCDRLVT, a taxa de cobertura desta resposta social situa-se, no concelho de Lisboa, entre os 4,2% e 8,4%. A média nacional é de 12,6%.

Procurando conhecer a população utente destas respostas destinadas à população mais idosa, e não havendo outra informação disponível, consideramos, como referência, as características da população utente dos “lares” geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), que correspondem, em abril de 2019, a um total de 380 pessoas.

³⁰ Carta Social. Disponível em:

http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=11&cod_concelho=06&cod_freguesia=0&cod_area=21&cod_valencia=2107&nome=&localpostal=&temCert=false, consultada em 12.07.2019.

Figura 81 | População utente das ERPI da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por sexo (%) – 2019

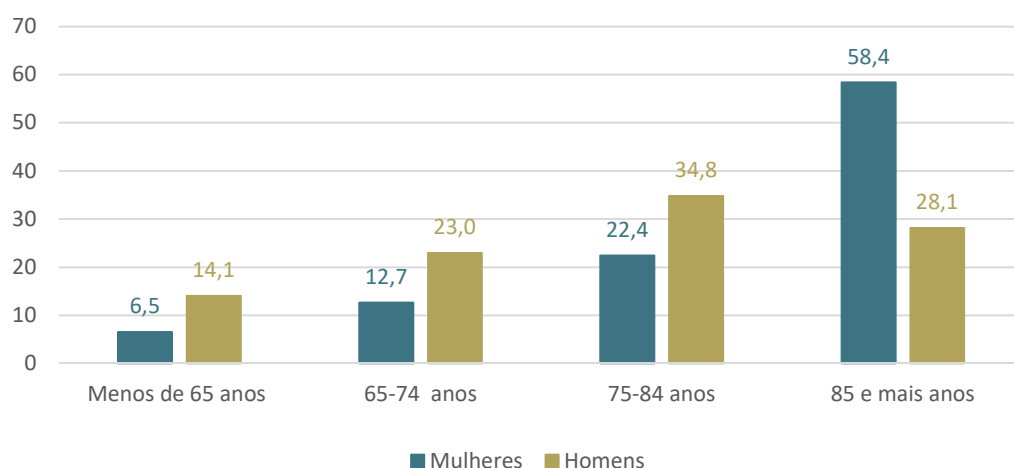


Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Comparando a estrutura etária de homens e de mulheres, utentes das ERPIs da SCML, verificam-se algumas diferenças. As mulheres apresentam-se mais velhas – 58,4% tem 85 anos e mais; e o número de mulheres utentes aumenta à medida que aumenta a idade. Em relação aos homens há uma distribuição um pouco mais equilibrada entre as diferentes faixas etárias; o número de homens utentes aumenta até ao grupo dos 75-84 anos e depois decresce. A diferença de idades poderá enunciar que serão as mulheres as que, tendencialmente, viverão situações de menor autonomia, no próprio contexto das instituições.

Seria importante conhecer outras variáveis de caracterização da população utilizadora da resposta social ERPI já que, como vimos anteriormente, há mudanças no perfil das mulheres idosas e dos homens idosos que necessariamente se refletirão nos serviços a prestar e na definição das estratégias destes equipamentos para o futuro.

Figura 82 | População utente das ERPI da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por sexo e idade (%) – 2019



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

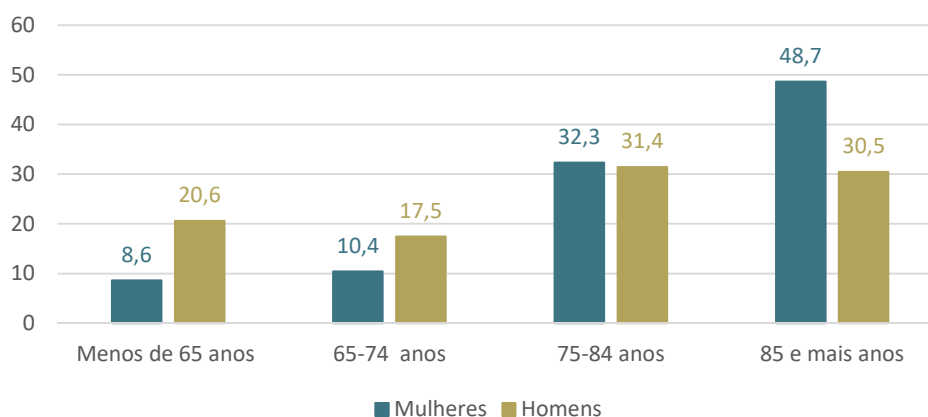
No que se refere ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a Carta Social dá conta da existência de 103 respostas em Lisboa. Estas respostas correspondem a uma capacidade para servir 8 679 pessoas, tendo, no entanto, como utentes 5 815 pessoas (67%).³¹ Limitações associadas aos serviços prestados no âmbito do SAD (como por exemplo os horários), dificuldades económicas de pessoas e famílias e, ainda, um certo desconhecimento da existência deste serviço são fatores que certamente contribuem para explicar a baixa taxa de utilização.

Considerando os/as utentes do SAD da SCML – 3 655 pessoas -, verifica-se que as percentagens de homens e de mulheres são muito idênticas às das pessoas utentes de “lares” (65,5% e 34,5% de mulheres e homens, respetivamente).

³¹ Carta Social. Disponível em:

http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=11&cod_concelho=06&cod_freguesia=0&cod_area=21&cod_valencia=2101&nome=&localpostal=&temCert=false. Consultada em 12.07.2019.

Figura 83 | População utente do SAD da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por sexo e idade (%) – 2019



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A estrutura etária da população utente de SAD revela que, mais cedo do que as mulheres, os homens começam a receber os serviços de apoio domiciliário, o que denotará a menor autonomia dos homens na sua vida pessoal, tal como sublinhado num dos *workshops* de auscultação / discussão em torno deste diagnóstico. Por outro lado, há proporcionalmente mais homens e menos mulheres com 85 e mais anos utentes do SAD.

Finalmente, Lisboa, na Carta Social,³² apresenta 71 Centros de Dia, com uma capacidade para 3 892 pessoas e 2 693 utentes (69%). A situação de crescente dependência das pessoas que recorrem a esta resposta social e as alterações do perfil das próprias pessoas idosas, em geral, são elementos que se constituem, certamente, como grandes desafios à atividade dos Centros de Dia.

Na cidade de Lisboa existe apenas um Centro de Noite com capacidade para 10 pessoas.

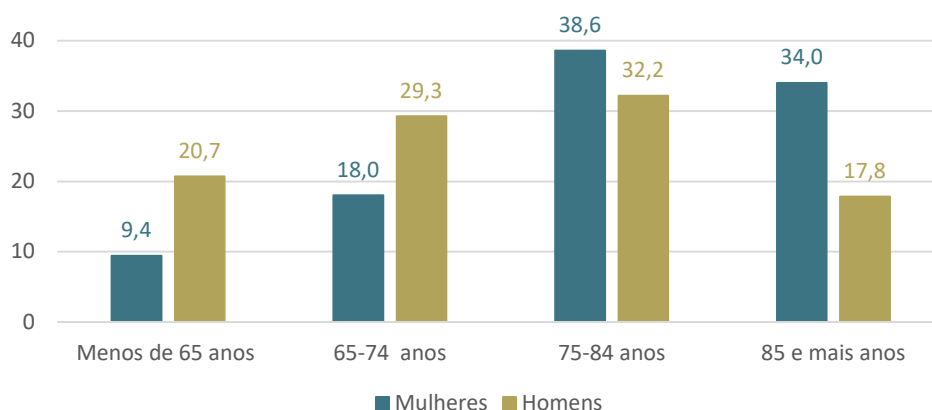
Na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, as pessoas que utilizam os Centros de Dia são 1 644, das quais 66,5% são do sexo feminino.

Como seria de esperar, as pessoas utilizadoras dos Centros de Dia revelam uma estrutura etária um pouco mais jovem, mantendo-se as tendências anteriores para, ainda assim, as mulheres serem utentes mais envelhecidas.

³² Carta Social. Disponível em:

http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=11&cod_concelho=06&cod_freguesia=0&cod_area=21&cod_valencia=2103&nome=&localpostal=&temCert=false. Consultada em 12.07.2019.

Figura 84 | População utente dos Centros de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por sexo e idade (%) – 2019



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Nos *workshops* com mulheres e homens munícipes, dinamizados no âmbito do I Plano Municipal para a Igualdade de Género, foram mencionados alguns obstáculos ao acesso às respostas sociais dirigidas à população idosa. Para além dos elevados preços praticados (sem que tivesse havido distinção entre o que se passa no setor privado lucrativo e no solidário), por relação à capacidade financeira da maior parte das pessoas, já aqui mencionados, foram referidas a existência de listas de espera que fazem com que a resposta não seja dada, logo quando se torna necessária. Segundo as pessoas participantes, e ainda que de uma forma não generalizada, verificam-se algumas práticas não inclusivas e pouco respeitadoras da dignidade das pessoas mais velhas, em particular no setor lucrativo, como seja a dificuldade para que um casal de pessoas idosas, aquando da entrada numa ERPI, seja alojado no mesmo quarto.

Por outro lado, os “lares” mantêm uma imagem socialmente negativa, e muito associada a situações de fim de linha, consubstanciada pela existência de equipamentos “verdadeiramente deprimentes” que mantêm um funcionamento como há dezenas de anos atrás, sem considerarem que a sociedade, em geral, é hoje mais escolarizada, mais informada e mais exigente. Por seu turno, o SAD, menos conhecido, é visto (pela população e por profissionais) como uma “segunda escolha” em caso de necessidade e menos como uma resposta que pode mais facilmente manter uma autonomia (ainda que relativa) das pessoas que precisam de apoio na sua vida quotidiana.

Destaques

- Mais de metade das pessoas beneficiárias do subsídio social de desemprego é do sexo feminino.
- Os valores médios anuais dos subsídios de desemprego pagos a homens são mais elevados do que aqueles que são pagos a mulheres.
- As mulheres representam mais de 60% do total de pessoas beneficiárias do subsídio de doença.
- Mais homens do que mulheres são beneficiários de Rendimento Social de Inserção.
- Mais de 70% das pessoas beneficiárias do Complemento Solidário para Idosos são do sexo feminino.
- As mulheres predominam entre as pessoas que recebem pensão de velhice e pensão de sobrevivência.
- Cerca de metade das freguesias de Lisboa ainda não atingiram a meta de 50% de cobertura de creches por parte da rede não lucrativa, definida desde 2009, nas Orientações Estratégicas para os Equipamentos Sociais para a Infância.
- As mulheres são a maior parte das pessoas em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em Serviço de Apoio Domiciliário e em Centro de Dia, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

8. Saúde

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença. Neste sentido, a saúde não é apenas um bem para cada uma das pessoas mas é um valor coletivo. Por outro lado, a saúde assume-se não somente como uma questão biológica mas também como social sendo que as causas para alguns problemas de saúde residem, precisamente, no contexto social. Neste sentido, alguns dos aspetos anteriormente discutidos neste documento constituem-se já como fatores determinantes da saúde. Este capítulo, para além de enunciar outros condicionantes da saúde, apresentará dados sobre a “saúde que temos”, partindo, fundamentalmente da informação constante no no Perfil de Saúde da cidade de Lisboa 2013 e no Perfil de Saúde e Seus Determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2015, elaborados pela Administração Regional e Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Fatores condicionantes da saúde

Alimentação

- Em Portugal, 6,7% dos/as jovens nunca tomam o pequeno-almoço durante a semana, sendo que esta tendência é mais acentuada nas raparigas do que nos rapazes, de todas as idades. Os e as jovens da Região de Lisboa são quem apresenta pior situação, já que apenas 76,8% tomam o pequeno-almoço todos os dias. (Tavares, Candoso e Quitério, coord., 2013: 48)
- Ainda na Região de Lisboa, 7,8% dos/as jovens raramente ou nunca come fruta. São mais as raparigas, do que os rapazes, que, a este nível, adotam um comportamento saudável. (Tavares, Candoso e Quitério, coord., 2013: 49)

Massa corporal

- Segundo o Inquérito Nacional de Saúde de 2014, 40,3% dos homens e 31,4% das mulheres da Região de Lisboa e Vale do Tejo tinham excesso de peso. Os valores passam para 14,8% e 15,7%, respetivamente para homens e para mulheres, quando se trata da obesidade.
- O excesso de peso está diagnosticado em 9,4% dos homens e 9,8% das mulheres inscritas/os no ACES de Lisboa Norte e Lisboa Centro, em 2016.

Comportamento sexual e reprodutivo

- 57,4% dos homens universitários, face a 21,7% das mulheres universitárias, referem ter relações sexuais com parceiras/os ocasionais algumas vezes; e destes homens, 4,7% muito frequentemente. (Tavares, Candoso e Quitério, coord., 2013: 53)
- O estudo PREVIH em Lisboa verificou que, de um total de 397 pessoas que realizam trabalho sexual [sic] em contexto de apartamento (em 2011-2012), na Grande Lisboa, 49% são do sexo feminino, 30% do sexo masculino e 21% transgénero. Apenas 27% têm a nacionalidade portuguesa. A nível nacional cerca de 7% desta população é seropositiva, sendo que é maior a incidência nas mulheres. (Tavares, Candoso e Quitério, coord., 2013: 53)
- O “Perfil de saúde e seus determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo” (Tavares, coord., 2016: 182) refere que a prostituição [sic] condiciona múltiplos problemas de saúde, de que se destacam as doenças sexualmente transmissíveis (DST), bem como uma maior dificuldade num uso eficaz de métodos contraceptivos. Refere ainda que “a violência física é uma constante na vida das prostitutas, protagonizada pelos clientes, proxenetas e outros cidadãos e mesmo pela polícia. A intensidade e a frequência de práticas agressivas que permanecem impunes contribuem para que a violência seja considerada pelas prostitutas como o maior risco diário da sua profissão, agravado pelo facto de não terem recurso perante a lei”. (Tavares, coord., 2016: 182)
- A percentagem de nascimentos em mulheres com idades inferiores a 20 anos é de 2,7% no ACES de Lisboa Central e de 3% no ACES de Lisboa Norte, para o triénio 2014-2016. Estes números inscrevem-se numa tendência de decréscimo – no triénio 2004-2006 a percentagem, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, era de 4,6%.

Consumo de tabaco

- Em 2014, o Inquérito Nacional de Saúde aponta para que 21,5% da população residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, com 10 ou mais anos, fuma. Essa percentagem é de 16,2% para o sexo feminino e de 27,6% para o sexo masculino. Quando se considera ex-fumadores/as, as percentagens são de 32% e 15,7%, respetivamente para homens e mulheres.³³ Entre os elementos do sexo masculino, as idades com maior incidência de fumadores são os 25-34 anos e os 45-44 anos; entre as mulheres, os grupos de idade mais críticos são os 25-34 anos e os 35-44 anos.³⁴
- O abuso de tabaco está diagnosticado em 14% dos homens e 13,4% das mulheres inscritas nos ACES de Lisboa Norte e Lisboa Central.³⁵

³³ Observatório Regional de Saúde.

³⁴ Observatório Regional de Saúde.

³⁵ Perfil Regional de Saúde, 2017.

Consumo de álcool

- O uso crónico de álcool está diagnosticado em 2,8% dos homens inscritos no ACES de Lisboa Norte e Lisboa Central, em 2016. A percentagem é de 0,4% para as mulheres.
- Em 2015, na Região de Lisboa e Vale do Tejo registaram-se 9 283 internamentos hospitalares relacionados com o consumo de álcool. A nível nacional 87% deste tipo de internamentos são por parte de indivíduos do sexo masculino. (SICAD, 2016: 72)
- Em 2014, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a taxa bruta de mortalidade padronizada por doenças atribuíveis ao álcool, por 100 000 habitantes, é de 30,2% para os homens e de 6,5% para as mulheres (para Portugal, as percentagens são de 38,5% e 8,1%, respetivamente).

Consumo de drogas

- No estudo sobre consumos de álcool, tabaco, drogas e outros comportamentos aditivos e dependências – 2015, realizado junto de alunos/as do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos, 13% das raparigas da Região de Lisboa e Vale do Tejo afirmam vir a consumir drogas ao longo das suas vidas. (Feijão, 2017)
- O abuso de drogas está diagnosticado em 1,2% dos homens inscritos no ACES de Lisboa Norte e Lisboa Central, em 2016. A percentagem é de 0,5% para as mulheres.

Morbilidade

Em fevereiro de 2019 estavam inscritas 549 739 pessoas³⁶ nos Centros de Saúde de Lisboa Central e Lisboa Norte³⁷ das quais 12% não têm médico/a de família atribuído/a.³⁸

Ainda que não se disponha de informação oficial sobre a distribuição por sexo das pessoas utentes dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) de Lisboa, os *workshops* com a população, dinamizados no âmbito do I PMIG, salientam atitudes diferentes de homens e de mulheres face à saúde sendo as mulheres quem mais procura os serviços de saúde e os homens a sentirem mais dificuldades na sua relação com a doença, entendida como vulnerabilidade, e menor apetência para o uso de uma medicina preventiva.

Ao nível das doenças apresentadas pelas/os utentes existem também diferenças. Como se pode verificar nas figuras seguintes, homens e mulheres inscritos/as nos dois ACES apresentam a

³⁶ Não existe informação por sexo.

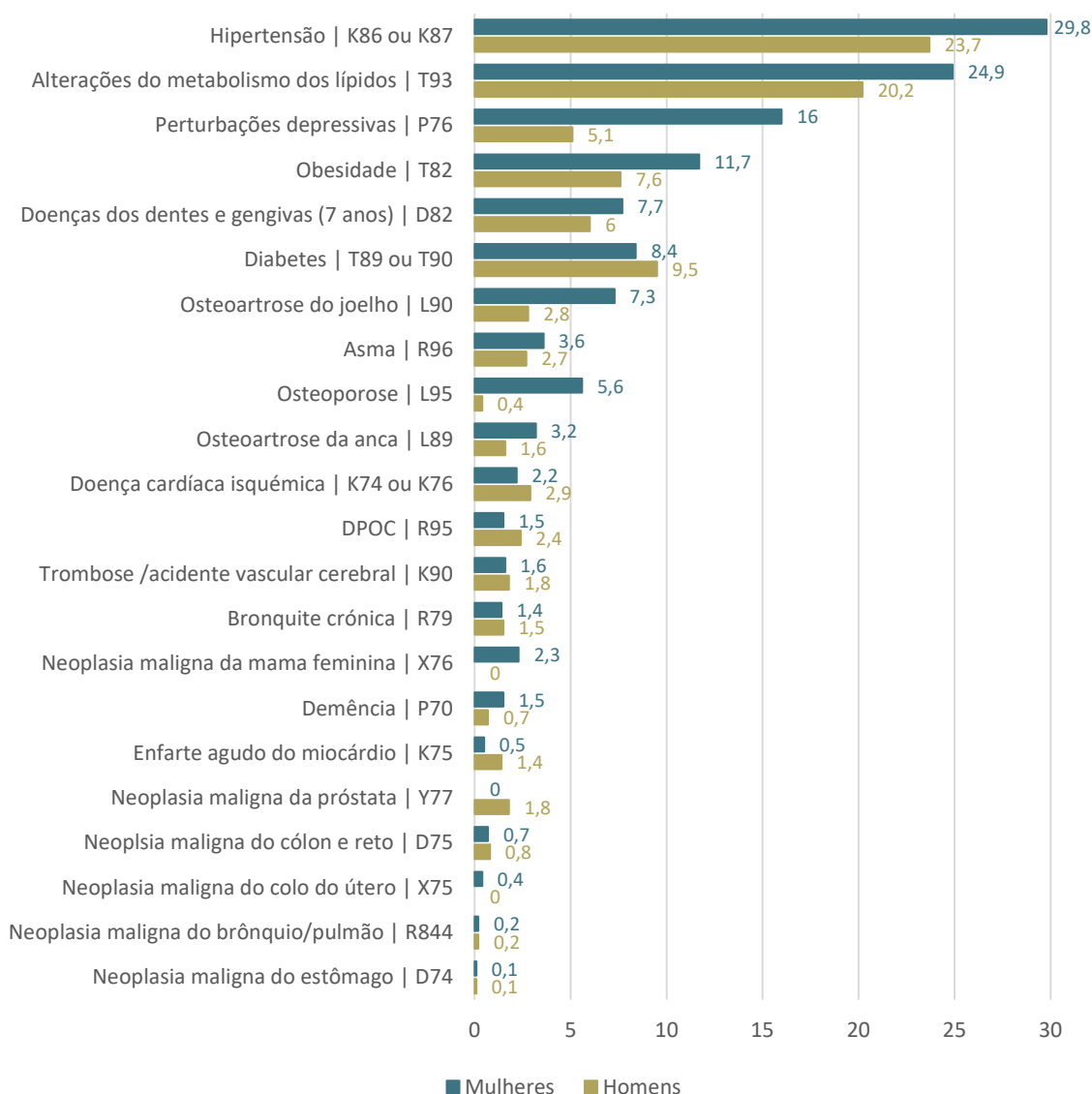
³⁷ Não foi considerado o Centro de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras.

³⁸ Informação disponível em: <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?disjunctive.ars&disjunctive.aces&sort=aces&refine.ars=ARS+Lisboa+e+Vale+do+Tejo>.

hipertensão e as alterações do metabolismo dos lípidos como as duas principais doenças que os e as afetam. Doenças como a diabetes e a obesidade surgem também entre as mais frequentes, tanto para homens como para mulheres, ainda que a obesidade afete sobretudo estas últimas.

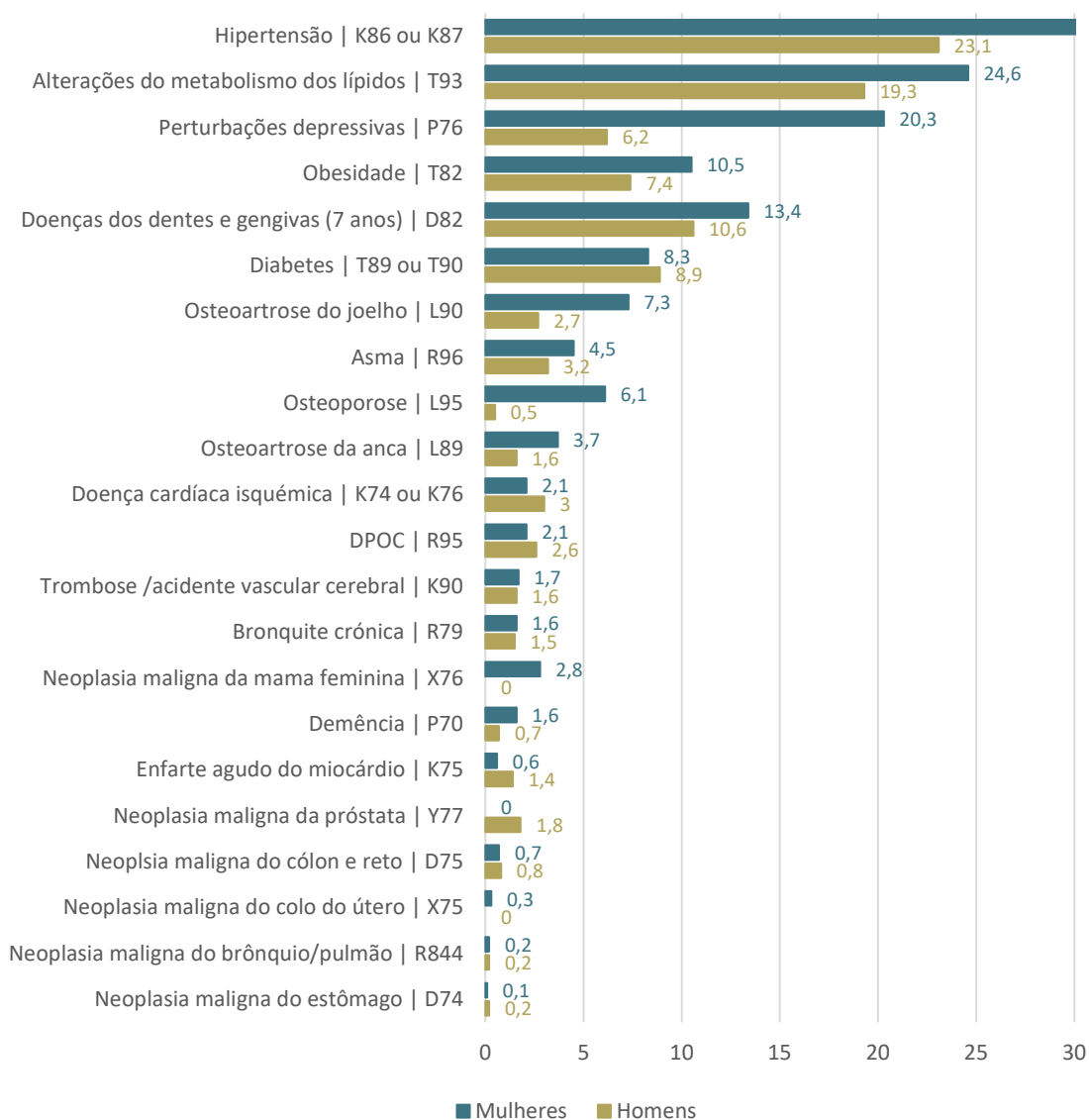
Mas a diferença mais marcante parece estar na incidência das perturbações depressivas que se faz sentir muito mais intensamente entre as mulheres - 20,3% no ACES de Lisboa Norte e 16% no ACES de Lisboa Central -, sendo que as percentagens equivalentes para os homens são de 6,2% e 5,1%, respetivamente. Ainda que com menor incidência, a demência surge, igualmente, com uma presença mais forte entre as mulheres – 1,6% no ACES de Lisboa Norte e 1,5% no ACES de Lisboa Central (a percentagem de homens é de 0,7% em ambos os ACES).

Figura 85 | Pessoas inscritas por diagnóstico ativo no ACES Lisboa Central, por sexo – dezembro 2016 (%)



Fonte: Observatórios regionais de saúde

Figura 86 | Pessoas inscritas por diagnóstico ativo no ACES Lisboa Norte, por sexo – dezembro 2016 (%)



Fonte: Observatórios regionais de saúde

Tomando como referência informação constante no Diagnóstico Social de Lisboa, verifica-se a mesma tendência. Em 2014, no ACES de Lisboa Central, na maior parte das problemáticas relacionadas com a saúde mental dos/as utentes dos ACES de Lisboa, o número de mulheres era superior aos homens, particularmente no que diz respeito a psicose afetiva, neurastenia, distúrbio ansioso, anorexia ou bulimia, para além da já mencionada perturbação depressiva. Algumas destas doenças estão claramente associadas à maior esperança de vida e longevidade das mulheres, outras relacionar-se-ão com uma maior exposição, por parte das mulheres, a situações de *stress* e angústia no seu quotidiano profissional, pessoal e familiar.

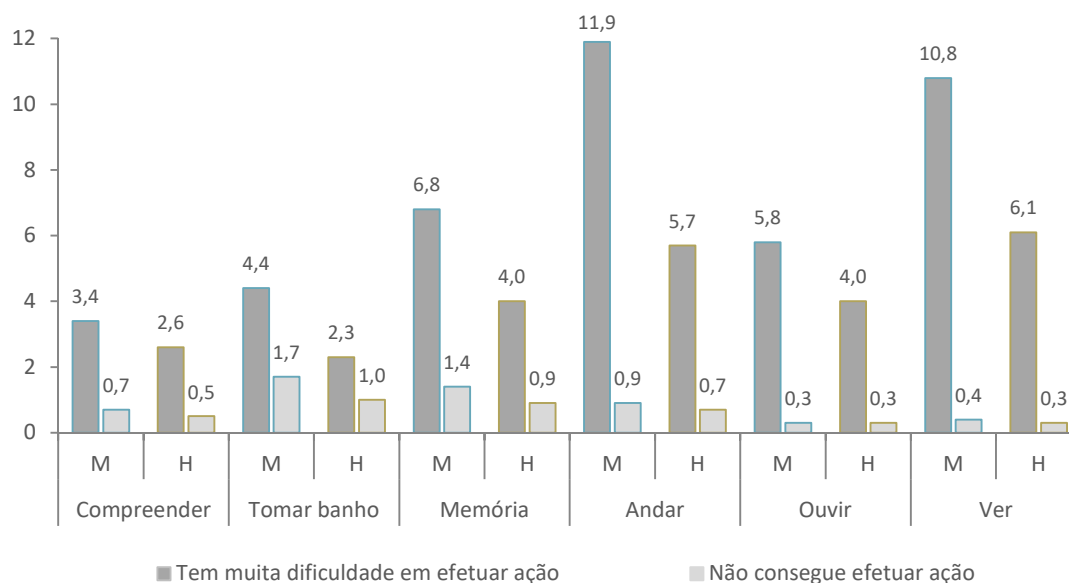
Note-se que a falta de respostas na área da demência é uma das lacunas identificadas no Diagnóstico Social de Lisboa – 2015.

Incapacidades

No Censo de 2011, as incapacidades das pessoas são caracterizadas em função dos seguintes critérios: ver; ouvir; andar ou subir degraus; memorizar ou concentrar-se; tomar banho e vestir-se; compreender e fazer-se compreender.

Como se pode perceber através da figura seguinte, são as mulheres que, regra geral, em maior percentagem, apresentam muitas dificuldades, ou estão mesmo incapacitadas, para a realização das ações identificadas. As piores situações³⁹ dizem respeito à capacidade para andar ou subir degraus (13,2%); ver (11,2%) e ter memória ou capacidade de concentração (8,1%). Para os homens as percentagens mais elevadas verificam-se no ver (6,4%) e andar ou subir escadas (6,4%). Não deixa de ser curioso que é nestas duas ações que se regista um maior diferencial de género em desfavor das mulheres.

Figura 87 | Pessoas com muita dificuldade ou incapacitadas para realizar as ações, por sexo (%) - 2011



Fonte: INE, Censo 2011.

³⁹ As percentagens mencionadas no texto dizem respeito à soma entre “tem muita dificuldade em efetuar a ação” e “Não consegue efetuar a ação”.

Segundo o Diagnóstico Social de Lisboa, verifica-se, como seria de esperar, uma tendência para uma maior prevalência das dificuldades, qualquer que seja o seu tipo, nas idades mais avançadas. Todas as dificuldades atingem o valor máximo no grupo etário das pessoas maiores de 80 anos.

Considerando, uma vez mais, a maior presença de mulheres nas faixas etárias mais velhas, estes dados estão em conformidade com o facto de serem sobretudo as mulheres a viverem um processo de envelhecimento durante o qual se confrontam com mais limitações e incapacidades.

Ainda segundo o Censo de 2011, mas olhando para a existência de múltiplas dificuldades/incapacidades, verifica-se que as freguesias onde se “registra um maior peso de população com pelo menos uma dificuldade são as mais envelhecidas e com mais perdas populacionais entre momentos censitários. Em algumas dessas freguesias, a população com essas características representa 1/5 ou mais do conjunto da população. Para além disso as mulheres apresentam-se claramente maioritárias na identificação de pelo menos uma dificuldade no último recenseamento, em todas as freguesias. A relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade revela que, na generalidade das freguesias, as mulheres nesta condição são cerca do dobro dos homens”. (Capucha, coord., 2018: 105)

Práticas tradicionais nefastas

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes dá conta de algumas práticas tradicionais nefastas entre a população imigrante.

Este é o caso da Mutilação Genital Feminina (MGF), mantida com fundamentos culturais e religiosos, nomeadamente para controlo da sexualidade feminina, aceitação social e, como tal, requisito para casamento e honra da família. Esta prática que, como o nome o explicita, tem única e exclusivamente as mulheres como destinatárias pode causar consequências adversas para a saúde física e emocional das meninas. Sendo praticada na infância, os seus efeitos prolongam-se na adolescência e vida adulta. “As complicações a longo prazo e tardias incluem a formação de quistos e fístulas, micção dolorosa, infeções urinárias recorrentes e incontinência, frigidez e infertilidade, oferecendo ainda riscos para a gravidez e parto, assim como para os recém-nascidos. Igualmente nefastos são os danos psicológicos, podendo originar problemas de saúde mental e psicossociais, incluindo depressão, ansiedade e disfunção sexual.” (CML, Pelouro dos Direitos Sociais, s.d.: 91).

Não esquecer que, sendo um país que recebe pessoas oriundas de locais onde esta prática é comum, Portugal é considerado, pela OMS, como um país de risco, no que diz respeito à prática de MGF.

Um estudo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, desenvolvido em parceria com a UMR, estimou que vivem no concelho de Lisboa cerca de 483 raparigas /mulheres submetidas a MGF. (Lisboa, 2015)⁴⁰

A saúde das pessoas imigrantes

Há que ter em conta que a maior parte das pessoas imigrantes encontra-se em idade reprodutiva, o que, associado ao facto de terem as suas origens em culturas onde a maternidade / paternidade são mais precoces do que na Europa ocidental e de se encontrarem num país diferente sem a mesma retaguarda familiar que nos seus países de nascimento, se pode constituir como uma dimensão de vulnerabilidade. Acresce que, para algumas comunidades, o facto de não ser garantido o atendimento das mulheres por profissionais do mesmo sexo pode ser um fator que limita o acesso à saúde.

No “Perfil de saúde e seus determinantes da RLVT” (Tavares, coord., 2016) refere-se uma fraca adesão da população imigrante nomeadamente aos programas da vigilância da criança e da mulher em idade fértil. Em consequência, e tendencialmente, registam-se nas crianças mais baixas taxas de cobertura vacinal.

Do mesmo modo, relativamente às mulheres, há uma menor adesão ao planeamento familiar e dificuldades no cumprimento de programas de rastreio, como é o caso do cancro do colo do útero.

Já no que respeita aos homens, é de salientar o facto de estes estarem expostos a riscos para a saúde que advêm do exercício de funções profissionais de maior perigosidade, como é o caso do setor da construção civil, e onde nem sempre são respeitadas as normas de higiene e segurança no trabalho.

⁴⁰ Importa referir que as questões relativas a práticas tradicionais nefastas, incluindo a MGF, são objeto do II Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

Destaques

- Verificam-se comportamentos menos saudáveis por parte de pessoas do sexo masculino em relação a diferentes fatores condicionantes da saúde, tais como a alimentação, a atividade física, o comportamento sexual e reprodutivo, o consumo de tabaco, o consumo de álcool e o consumo de drogas.
- As perturbações depressivas e as demências afetam mais mulheres do que homens.
- São as mulheres que, em maior percentagem, apresentam muitas dificuldades ou estão mesmo incapacitadas para executar ações como andar ou subir degraus, ver e ter memória ou capacidade de concentração.
- Subsistem práticas tradicionais nefastas, nomeadamente de mutilação genital feminina, entre a população imigrante.

9. Desporto e cultura

No já citado retrato da saúde de Lisboa (Tavares, 2013) aponta-se para um certo sedentarismo da população de Lisboa e, muito particularmente, para os adolescentes do sexo masculino:

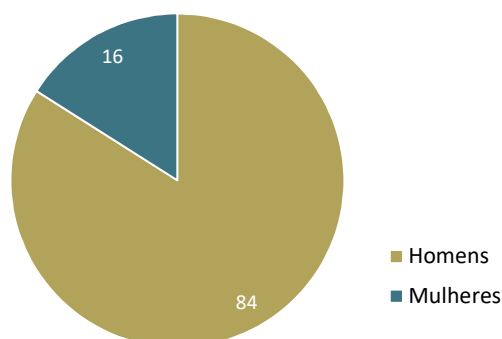
- A atividade física diária só é praticada por 19% dos/as adolescentes, e em menor percentagem pelos adolescentes do sexo masculino.
- São os rapazes que passam mais tempo no computador, em jogos ou nas redes sociais.

No entanto, os dados de 2019 revelam que, nos programas da iniciativa do Departamento de Atividade Física e Desporto (DAFD) / Divisão de Projetos Desportivos da Câmara Municipal de Lisboa (CML), tanto nos programas desportivos e de educação física dirigidos a crianças e jovens, como nas ofertas em espaços municipais, há um certo equilíbrio na participação de rapazes e raparigas.

Um estudo de uma equipa do INDEG/ISCTE, realizado no âmbito do *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Desporto em Lisboa, 2018-2012* (INDEG/ISCTE, 2017), revela diferentes motivações e condicionantes à prática do desporto opcional nas escolas, por parte de rapazes e de raparigas. Assim, na infância privilegiam-se as relações sociais que se estabelecem na sequência da sua participação em atividades desportivas, mas a partir dos 6 anos são os rapazes que mais começam a revelar o gosto pela competição. Talvez por isso, quando se considera os clubes com atividades desportivas federadas, a participação masculina seja maior.

A Carta Desportiva de Lisboa 2009 regista a existência de 207 clubes em atividade, no ano de 2008. Estes clubes abrangiam um total de 18 578 atletas federados/as sendo que a participação de elementos do sexo masculino ultrapassa os 80%. (Guimarães *et al.*, 2009)

Figura 88 | Atletas federados/as nos clubes de Lisboa, por sexo (%) - 2008



Fonte: Carta Desportiva de Lisboa 2009.

Para além desta fraca participação feminina no desporto federado salienta-se uma concentração das praticantes do sexo feminino em algumas modalidades: Hipismo (27%); Judo (16,2%); Ténis (13,4%); Atletismo (5,9%) e Natação (5,8%). O Voleibol atrai 14% das atletas e é uma das modalidades coletivas em que as praticantes do sexo feminino estão em maioria (80%).

De acordo com informação disponibilizada pela CML, na cedência de espaços das Instalações Desportivas Municipais para Entidades e Instituições, é dada prioridade na cedência, tanto nos escalões de formação como nos escalões Seniores, às equipas femininas. Note-se, por outro lado, que o Município tem feito uma aposta no fomento da participação das mulheres no desporto, atribuindo, no que concerne ao apoio financeiro a eventos, uma majoração às entidades que promovem atividades/eventos destinadas ou que incluam participantes do sexo feminino. Por outro lado, o DAFD obriga as entidades que organizam provas desportivas com atribuição de prémios, que esses mesmos prémios sejam de valor igual para as atletas femininas e os atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e posterior legislação regulamentar sobre esta matéria.

Tendo, uma vez mais, como referência o anteriormente citado estudo do INDEG/ISCTE, podem considerar-se algumas condicionantes enunciadas por mulheres entrevistadas à prática de atividade física. Salienta-se, em primeiro lugar, as questões de gestão do tempo, relacionadas com a existência de filhos/as em idade escolar e/ou com o tempo de deslocação para a prática da atividade, sendo que esta última questão deixa de ter relevância para as mulheres com mais de 55 anos. Não deixa de ser curioso que, quando os homens enunciam dificuldades na gestão do tempo como fator inibidor ou limitativo da prática de uma atividade física, tais dificuldades advêm não das suas responsabilidades familiares mas sim do exercício de “cargos profissionais de responsabilidade”. Ainda para as mulheres, o facto de “ser casada” é uma limitação apontada que, por seu turno, não tem expressão entre os homens. (INDEG/ISCTE, 2017)

No retrato da saúde de Lisboa, as mulheres com mais de 35 anos são consideradas mais ativas do que as mulheres mais novas e do que os homens de diferentes idades (Tavares, Candoso e Quitério, coord., 2013: 50).

Quando se olha para as pessoas que participam no Programa +55, programa municipal regular de atividade física e saúde, dirigido a todas as pessoas residentes em Lisboa com 55 ou mais anos, verifica-se a presença maioritária de mulheres no total de participantes (82%). Importa não esquecer que para as mulheres mais velhas a atividade física é considerada uma forma de “contrariar os efeitos da idade”. (INDEG/ISCTE, 2017)

De acordo com o debate realizado nos *workshops* com mulheres e homens munícipes, realizados no âmbito do I PMIG, as mulheres surgem como mais participativas, procurando mais as coletividades e

os serviços que estas prestam, enquanto os homens procuram mais os cafés e os pequenos grupos de rua, não organizados. No entanto, quando se considera a sua participação no movimento associativo (de âmbito desportivo ou cultural), enquanto dirigentes, a sua presença volta a ficar oculta. Numa entrevista com o Presidente da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa foi referido que, ainda que não havendo elementos estatísticos, poder-se-á afirmar que em menos de 10% dos casos há mulheres nas direções das associações. Foi apenas identificado um clube desportivo tendo uma mulher como presidente. O papel social atribuído às mulheres foi identificado como uma grande limitação: “Dizer às mulheres para virem para as direções das associações é acrescentar-lhes trabalho. Por outro lado, há muitos homens [maridos] que não veem com bons olhos a presença das mulheres nas direções das associações”.⁴¹

Em relação a outros bens e serviços, de natureza cultural, prestados pela autarquia, as mulheres surgem, de novo, como as suas principais consumidoras.

A partir da avaliação da satisfação com o atendimento e serviços prestados da Rede de Bibliotecas de Lisboa - Rede BLX (Mendes *et al.*, 2018), constata-se que, em 2015 e 2016, os homens representam entre 56% e 50% das pessoas utilizadoras; em 2017 a posição inverte-se sendo que as mulheres passam a significar 52% do universo de pessoas utilizadoras da Rede BLX.

Também a Agenda Cultural encontra eco sobretudo num público feminino – cerca de dois terços das pessoas que a leem são mulheres. E, talvez por isso, sejam igualmente as mulheres a estarem em maioria no inquérito aplicado aos públicos da EGEAC, entre 2012-2014 – a percentagem oscila entre 51% e 68% do total de visitantes, variando em função da categoria de evento. (DINAMIA’CET/IUL, 2017)

Destaques

⁴¹ Entrevista realizada em 14 de maio 2019.

- Nos programas desportivos e de educação física da responsabilidade da CML há um certo equilíbrio na participação de rapazes e raparigas.
- Entre os/as federados/as a participação de elementos do sexo masculino ultrapassa os 80%.
- Entre as mulheres, os condicionantes à prática de atividade física relacionam-se com questões de gestão do tempo, relacionadas com a existência de filhos/as em idade escolar e/ou com o tempo de deslocação para a prática da atividade.
- Os homens também enunciam dificuldades na gestão do tempo, como condicionantes da prática de atividade física, mas devido ao exercício de “cargos profissionais de responsabilidade”.
- A presença de mulheres nas direções das coletividades do concelho de Lisboa é muito pouco expressiva.

10. Segurança e criminalidade

Criminalidade registada

A criminalidade registada pelas autoridades policiais no município de Lisboa, no ano de 2018, aponta para um total de 38 251 crimes.⁴²

Os homens constituem 76,4% das pessoas agentes / suspeitas identificadas em relação ao total de crimes registados, face a 23,6% de mulheres. Por outro lado, as mulheres predominam ligeiramente entre as pessoas lesadas /ofendidas identificadas em relação ao total de crimes registados: 50,5%, face a 49,5% de homens.

A maioria dos crimes registados são crimes contra o património, 21 913 dos quais crimes contra a propriedade. Os homens constituem 67,2% dos/as agentes / suspeitos/as identificados/as em crimes contra o património, face a 32,8% de mulheres. Por outro lado, os homens predominam também ligeiramente entre as pessoas lesadas /ofendidas identificadas em relação a este tipo de crime: 51,4%, face a 48,6% de mulheres.

Merecem destaque, pela sua relevância em matéria de igualdade entre mulheres e homens, dois outros tipos de crime que revelam contornos evidentes de violência de género contra as mulheres: os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e os crimes de violência doméstica.

Quanto aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual (nos quais se inclui o delito de importunação sexual), foram registados um total de 237 crimes. Uma ampla maioria, mais de nove em cada dez, ou seja 92,6% das pessoas agentes / suspeitas identificadas em relação aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual são homens, face a 7,4% de mulheres. Por outro lado, as mulheres predominam claramente entre as pessoas lesadas /ofendidas identificadas em relação a este tipo de crime: 86%, face a 14% de homens.

Em relação aos crimes de violência doméstica, num total de 1 640 registos, quase oito em cada dez, ou seja 78,2% das pessoas agentes / suspeitas identificadas em relação a este tipo de crime são homens, face a 21,8% de mulheres. Em contrapartida, as mulheres predominam claramente entre as pessoas lesadas /ofendidas identificadas em relação aos crimes de violência doméstica: 70,4%, face a 29,6% de homens.

O Relatório Anual de Segurança Interna 2018 divulga alguma informação complementar sobre o crime de violência doméstica, mas ao nível do distrito de Lisboa. De acordo com esta fonte, em 2018 foram

⁴² A fonte deste e dos dados incluídos nos parágrafos seguintes relativos a criminalidade registada é a seguinte: DGPJ, Estatísticas da Justiça, 2018.

registadas pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia de Segurança Pública no distrito de Lisboa 5 981 ocorrências de violência doméstica, das quais 4 979 violência doméstica contra cônjuges ou análogos. A taxa de incidência do crime registado de violência doméstica (considerando o número de ocorrências por 1 000 habitantes) é de 2,65 no distrito de Lisboa (taxa esta que é superior à média nacional – 2,57 e, sobretudo, à taxa média no Continente – 2,5).

O crime de burla contra mulheres idosas e homens idosos foi referido, nos *workshops* participativos realizados com mulheres e homens munícipes de Lisboa, como um receio e uma preocupação. Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna 2018 sobre os crimes participados nesse ano no distrito de Lisboa, classificados como “outras burlas”, apontam para um total de 2 892 participações.

Prevalência da violência doméstica e de género, percepção de (in)segurança e relação com o espaço público

O *Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género de Lisboa* (Lisboa, 2017), promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Lisboa, apresenta resultados estatisticamente representativos das pessoas com 18 ou mais anos residentes no concelho de Lisboa, sobre a violência interpessoal doméstica e de género para homens e mulheres.

O apuramento dos resultados deste inquérito revela que existe uma elevada prevalência (auto reportada) de violência física/psicológica/sexual, no último ano e nos anos anteriores, quer contra as mulheres (50,3%), quer contra os homens (62%), mas com padrões e características diferentes.

A violência contra as mulheres revelada por este estudo é uma violência marcadamente de género, que acontece maioritariamente no âmbito das relações domésticas e de intimidade e perpetrada essencialmente por homens.

Com exceção da violência sexual, todos os outros tipos de violências específicas (psicológica, física, económica) acontecem, sobretudo, no quadro das relações com parceiros/as ou ex-parceiros/as. É no espaço privado, sobretudo da casa, que as mulheres continuam a sofrer mais atos de violência, apesar dos dados revelarem também uma percentagem crescente de atos ocorridos nos espaços públicos.

A violência contra os homens apresenta, neste mesmo estudo, um padrão muito diferente da violência contra as mulheres. A prevalência da vitimação física/psicológica/sexual dos homens, encontrada neste Inquérito é particularmente elevada. No entanto, na análise das violências específicas, observa-se que, apenas na violência física, os homens revelam um valor mais elevado do que as mulheres. Contudo, o peso da violência doméstica nos homens acontece sobretudo por via parental, e muito

menos por via das relações de intimidade/conjugalidade, existindo uma elevada percentagem de atos ocorridos durante a infância e adolescência, e em que os principais agressores são os pais homens.

O estudo conclui, por outro lado, que a vitimação das mulheres está estatisticamente associada à preocupação e ao medo em circular à noite no espaço público, mesmo quando este é próximo da sua residência. Num espaço público que é percecionado como inseguro e discriminatório, nomeadamente por via do assédio e da importunação sexual.

Nota-se ainda um efeito significativo da idade na perceção de (in)segurança no bairro à noite: são as pessoas mais velhas (homens ou mulheres) aquelas que surgem mais associadas a comportamentos como não caminhar sozinhas na rua à noite e a não fazê-lo por medo.

Refira-se, ainda, a este respeito, que esta foi uma preocupação manifesta nos contributos para este diagnóstico do Conselho Municipal para a Igualdade, que apontam por exemplo para a existência de falhas de iluminação e segurança em algumas áreas de Lisboa que serão impeditivas de uma maior fruição do espaço público, em especial pelas mulheres. Também nos *workshops* realizados foi abordada e discutida a perceção de insegurança no espaço público, sobretudo após o anoitecer, experimentada sobretudo por mulheres, mas também por homens, mais velhas/os.

Jovens em conflito com a lei

Dados facultados especificamente para este diagnóstico pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais permitem caracterizar uma realidade específica: a dos e a das jovens internados/as nos Centros Educativos da região de Lisboa, a 31 de março de 2019 (fonte: SIRS, abril 2019, dados provisórios).

O número total destes e destas jovens é de 80, dos/as quais 70 são do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

Entre as raparigas, cinco têm 17 anos, quatro têm 16 anos e uma tem 15 anos. As idades dos rapazes situam-se entre os 14 e os 19 anos; destes, 28 têm 17 anos e 18 têm 16 anos.

Quanto à tipologia de crime registado:

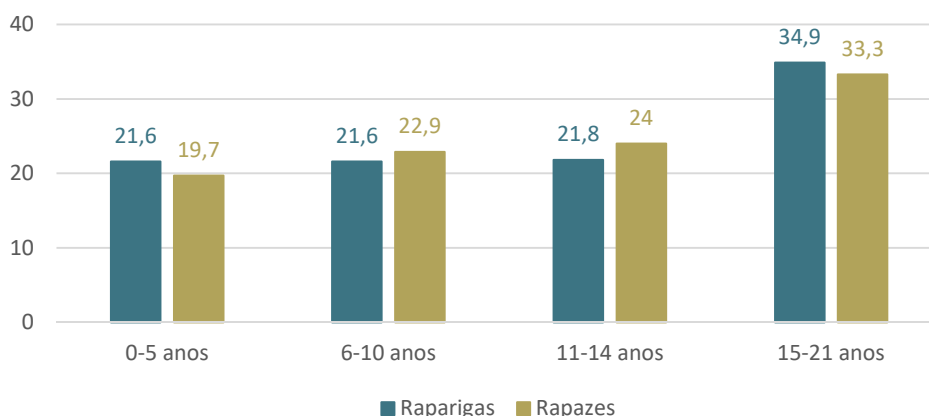
- Os crimes contra as pessoas são os mais prevalentes, tanto entre os rapazes como entre as raparigas: 56,1% e 55,6%, respetivamente. Dentro dos crimes contra as pessoas, o crime de ofensa à integridade física voluntária grave é aquele que é registado com maior frequência, representando 24,2% do total de crimes registados em relação aos rapazes e 33,3% do total de crimes registados em relação às raparigas.

- Os crimes contra o património constituem 40,9% dos crimes registados em relação aos rapazes (sobretudo roubos) e 44,4% do total de crimes registados em relação às raparigas (sobretudo furtos).

Crianças e jovens em perigo

Em 2018, contabilizavam-se 4 536 crianças com processo nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho de Lisboa. Mais de metade destas crianças (55,9%)⁴³ é do sexo masculino. Em termos etários, observa-se uma prevalência de crianças/jovens com idade superior a 14 anos. Olhando as idades em função do sexo, verifica-se que as meninas estão mais representadas nos extremos etários. Ou seja, elas são mais do que os rapazes no grupo dos 0-5 anos (contrariando até o efeito demográfico que faz com que, nestas idades, haja mais crianças do sexo masculino) e no grupo etário mais velho (15-21 anos).

Figura 89 | Crianças e jovens com processo na CPJC Lisboa, por sexo e idade (%) – 2018⁴⁴



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

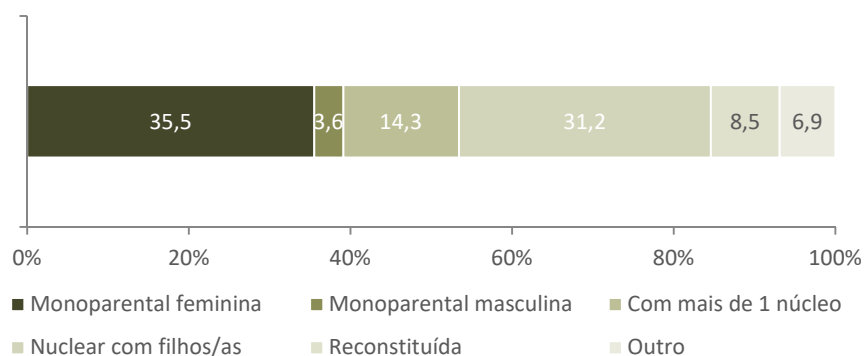
37 destas crianças foram identificadas como tendo algum tipo de deficiência ou incapacidade, na sua maioria rapazes (64,9%).

As famílias monoparentais representam 39% do total de agregados nos quais as crianças com processo nas CPCJ do concelho de Lisboa se integram. Estas são também maioritariamente famílias cuja pessoa responsável é do sexo feminino.

⁴³ CPCJ Lisboa corresponde a dados para as CPCJ de Lisboa Centro, Lisboa Norte, Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental.

⁴⁴ Não foram consideradas as situações em que a idade é desconhecida.

Figura 90 | Caracterização dos agregados familiares de crianças com processo nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Lisboa (%) – 2018⁴⁵



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

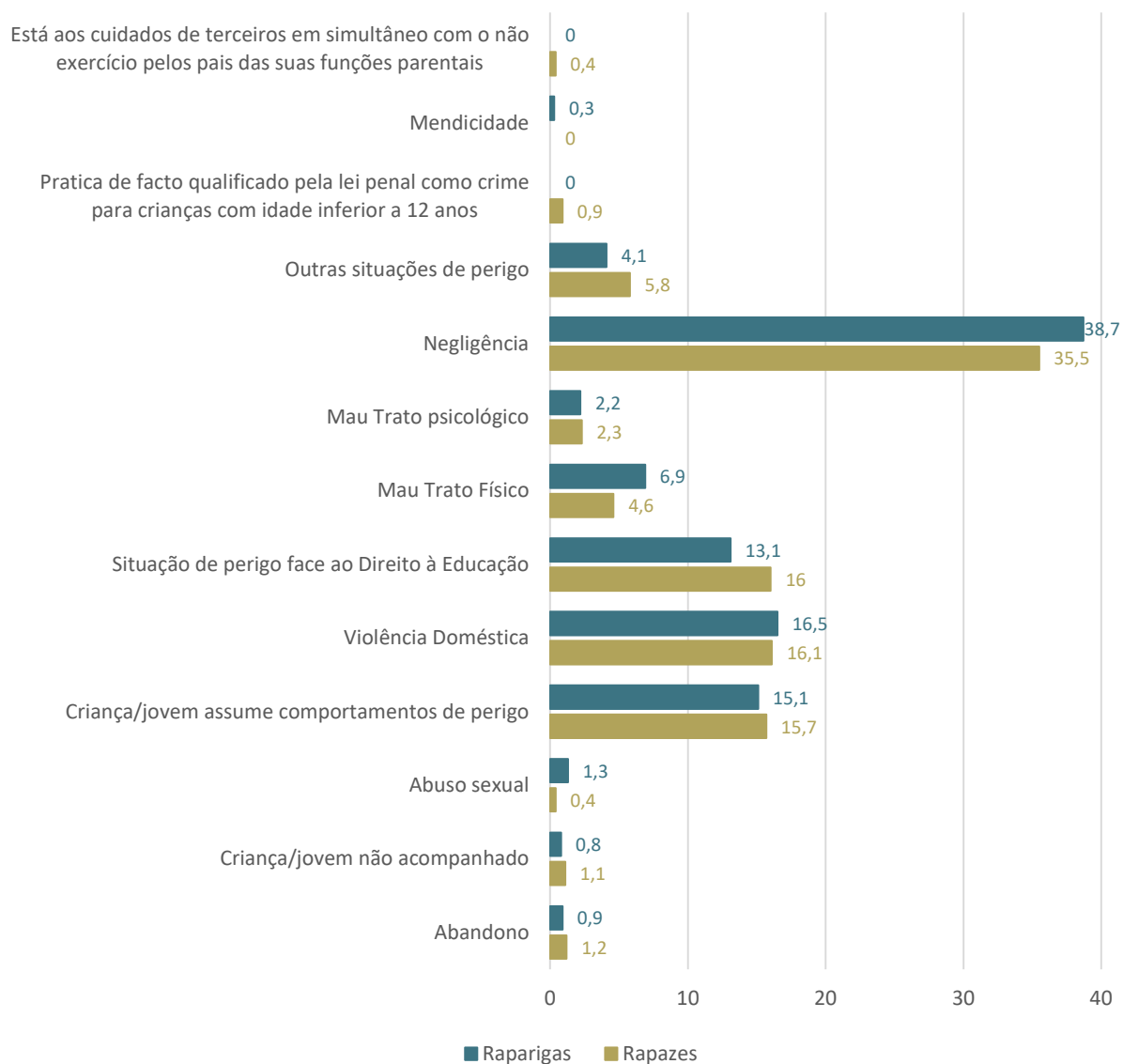
As principais problemáticas diagnosticadas são: 1) negligência, que representa 37% do total de situações diagnosticadas; 2) exposição a situações de violência doméstica (16.3%); 3) comportamentos de perigo na infância e juventude (15.4%)⁴⁶; 4) situações de perigo que colocam em causa o direito à educação (14.6%). Meninas e raparigas surgem como mais vulneráveis às situações de negligência; os rapazes são mais vulneráveis às situações que colocam em perigo o seu direito à educação. A exposição à violência doméstica e a adoção de comportamentos de perigo sem que a família consiga uma interferência positiva são situações que atingem quase tanto rapazes como raparigas.

Embora com uma menor relevância no conjunto das situações diagnosticadas, importa referir que as situações de maus tratos físicos e as de abuso sexual têm como principais vítimas meninas e/ou raparigas.

⁴⁵ Não foram consideradas as situações em que a idade é desconhecida.

⁴⁶ Incluem-se aqui, nomeadamente, o consumo de estupefaciente, consumo de bebidas alcoólicas e situações de *bullying*.

Figura 91 | Crianças com processo nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Lisboa, segundo a problemática diagnosticada, por sexo - 2018 (%)



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Destaques

- São mais os rapazes do que as raparigas com processos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Lisboa. As raparigas são mais vulneráveis a problemas de negligência, maus tratos físicos e psicológicos e abuso sexual. Os rapazes apresentam uma maior incidência de situações de perigo face ao direito à educação.
- Uma larga maioria dos e das jovens internados/as nos Centros Educativos da região de Lisboa é do sexo masculino.
- Assiste-se a uma elevada masculinização da população prisional; contudo, as mulheres surgem relativamente sobre representadas em prisões de alta segurança.
- Os homens predominam claramente entre as pessoas agentes/suspeitas identificadas em relação aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. As mulheres predominam claramente entre as pessoas lesadas/ofendidas identificadas em relação a este tipo de crime.
- Os homens predominam claramente entre as pessoas agentes/suspeitas identificadas em relação aos crimes de violência doméstica. As mulheres predominam claramente entre as pessoas lesadas/ofendidas identificadas em relação a este tipo de crime.
- Regista-se dificuldades de fruição do espaço público e de acesso à cidadania urbana, em especial pelas mulheres, nomeadamente devidas a iluminação e condições de segurança deficientes.
- Há um sentimento de medo, por parte das mulheres, em circular à noite no espaço público, mesmo quando este é próximo da sua residência.

11. Pobreza e exclusão social

Seguindo critérios definidos a nível europeu, a partir da informação recolhida pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2018 sobre rendimentos do ano anterior, é estabelecida uma linha de pobreza que corresponde a 5 610€ anuais (ou 468€ por mês). A taxa de risco de pobreza corresponde, pois, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores ao valor anteriormente referido. Assim, na Área Metropolitana de Lisboa⁴⁷ 12,3% das pessoas residentes estavam em risco de pobreza, em 2017. Este é um valor inferior ao verificado a nível nacional – 17,3%.

No entanto, quando calculada uma linha de pobreza regional,⁴⁸ o seu valor para a AML aumenta para 6 566€, por ano, aumentando também a taxa de pobreza para 18,9%. A AML passa, assim, a ser a terceira região do país (a seguir à Região Autónoma da Madeira e do Açores) com maior percentagem de pessoas em risco de pobreza.

Infelizmente não existe informação mais detalhada por região mas, ainda assim, importará referir alguns dados que, sendo de âmbito nacional, ressaltam a tendência crescente para uma feminização da pobreza que, certamente, se verificará também em Lisboa (INE, 2018b):

- Considerando o total da população residente, a taxa de pobreza para as mulheres é de 19,7%; para os homens é de 14,9%. Note-se que, em 2017, agravou-se a diferença entre homens e mulheres: + 4,8 pp para as mulheres; em 2016 a diferença era de 3,1 pp.
- Também entre homens e mulheres reformadas se verifica um acentuar do *gap*. Em 2017 a taxa de risco de pobreza é de 16,9% para as mulheres reformadas e 14,3% para os homens reformados (+2,6 pp); em 2016 era de 15,6% e 14,5%, respetivamente para mulheres e homens (+1,1).
- Apesar de o trabalho ser um fator de proteção à pobreza, 9,7% das pessoas com emprego são pobres. Esta taxa é mais elevada entre os homens (10,4%) do que entre as mulheres com emprego (9%).
- Uma das taxas de risco de pobreza mais elevadas, tendo em conta a idade, situa-se entre a população com 65 e mais anos (17,7%). Ora tanto, a nível nacional como na cidade de Lisboa, as mulheres estão presentes em maior número neste grupo. Por outro lado, quando é considerado o sexo da população com 65 e mais anos, encontra-se uma taxa de risco de pobreza de 19,7% para as mulheres e de 14,9%, para os homens.

⁴⁷ Não existe informação para o concelho de Lisboa.

⁴⁸ Calculada em função de 60% da mediana dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes na AML.

- Nas famílias monoparentais e unipessoais, as taxas de risco de pobreza são 28,2% e 26,1%, respetivamente. Ora, como se viu anteriormente, no que diz respeito à cidade de Lisboa, as mulheres, também nestas tipologias de família, estão em maioria.
- Finalmente, cabe referir que a privação material⁴⁹ é igualmente mais elevada nas mulheres do que nos homens. Ou seja, para 19,2% das mulheres, a sua capacidade económica não lhes permite o acesso a pelo menos três dos itens considerados; a percentagem desce para 13,2% entre os elementos do sexo masculino.

Mas, como é sabido, a pobreza não é apenas uma questão monetária; ela é, antes sim, um fenómeno multidimensional que conjuga vulnerabilidades em vários domínios: educação, qualificação e emprego, saúde, habitação, acesso à justiça, acesso aos serviços, em geral. E é este carácter multidimensional que torna a pobreza num fator determinante nos processos de exclusão social, conduzindo a uma não verificação de direitos de cidadania, a uma violação dos direitos humanos, tal como proclamado pela Assembleia da República em 2008.

Mulheres e homens em situação de carência habitacional

Os estudos são unânimes na consideração das condições de habitação, ou da impossibilidade de acesso a uma habitação no mercado normal, como um indicador de pobreza.

Segundo o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, realizado pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, 2018), na AML residem mais de 50% do total de famílias em carência habitacional. Mais especificamente, no município de Lisboa há mais de 2 867 famílias para realojar.

Se considerarmos que das 20 376 pessoas⁵⁰ atualmente titulares de habitação municipal na cidade de Lisboa, 51,7% são mulheres, podemos inferir que as necessidades de novas respostas sociais de alojamento serão também mais sentidas um pouco mais por mulheres do que por homens.

Os dados das candidaturas, submetidas e classificadas em 2018, ao Regime de Acesso a uma Habitação Municipal (RAHM), referidos na Estratégia Local de Habitação 2019-2024 (DMHDL,2019) apontam nesse mesmo sentido: 70% das pessoas candidatas são do sexo feminino. Para além disso, a informação disponível aponta para que 35,1% dos agregados candidatos são famílias monoparentais,

⁴⁹ Segundo o INE, na esteira do EUROSTAT, é indicador geral de privação material a inexistência de acesso, devido a dificuldades económicas, a pelo menos três dos nove itens que se seguem: Capacidade para fazer uma semana de férias, por ano, fora de casa; Pagamento imediato de uma despesa sem fazer recurso a empréstimo; Capacidade para manter a casa aquecida; Pagamento de renda e encargos, ou despesas correntes, sem atrasos; Disponibilidade de automóvel; Capacidade para fazer uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; Capacidade para ter máquina de lavar; Capacidade para ter telefone.

⁵⁰ Informação cedida pela GEBALIS, especificamente para este diagnóstico.

o que significará que parte significativa das mulheres procurará uma solução habitacional para si e para os seus/suas filhos/as.

Apesar de a habitação social ser uma solução para condições menos dignas de alojamento, o realojamento, com frequência, não tem sido fator de inclusão social das populações com maiores carências económicas. Pelo contrário, os bairros de realojamento mantêm-se como territórios socialmente vulneráveis e a população que neles reside é vista, pela cidade, na sua diferença negativa. Na visibilidade dessa diferença, as mulheres são grandes protagonistas: porque são elas que mais frequentam os serviços e equipamentos - seja para levar e trazer as crianças de creches e escolas; seja porque são as principais utentes dos equipamentos de apoio a pessoas idosas - porque estão mais pelo bairro já que são, também elas, as mais afetadas pelo desemprego ou subemprego.

São as mulheres residentes nos bairros municipais de Lisboa que, em 2012, expressam uma menor satisfação residencial: 59,5% das mulheres, face a 64,5% dos homens, recomendariam o bairro a uma pessoa amiga para viver. (GEBALIS, 2015)

São também as mulheres que, no quotidiano, mais se confrontam com as limitações financeiras das suas famílias que, regra geral, são elas que gerem. Dados apresentados no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 referem que, em 2011, a população residente nos bairros municipais a auferir o Rendimento Social de Inserção (12,1%) é quatro vezes superior à da AML (3,4%). Os meios de vida das pessoas residentes com idade igual ou superior a 25 anos revelavam um peso muito elevado de apoios e transferências sociais (50,9%), para o que as reformas e pensões contribuíram em 36,5%, vivendo apenas um terço desta população dos rendimentos do trabalho. Aquelas que não tinham quaisquer fontes de rendimentos e que dependiam da família representavam uma parte significativa da população com idade igual ou superior a 25 anos (17,2%). Saliente-se, ainda, que esta situação de precariedade económica extrema é mais penalizadora para as mulheres, uma vez que a diferença entre homens e mulheres com mais de 25 anos que se encontravam “a cargo da família” é relevante: 45,9% eram do sexo masculino e 54,1% do sexo feminino.

Apesar das medidas tomadas pela autarquia, numa cidade como Lisboa as dificuldades de acesso à habitação através do mercado privado de arrendamento não podem deixar de estar relacionadas com os elevados custos da habitação e o respetivo peso no orçamento familiar.

Segundo as Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019), o valor mediano das rendas, por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no 2º trimestre de 2018, foi de 11,16€. Note-se que o valor para o país é de 4,80€ e que, sendo Cascais e Oeiras os dois concelhos que se seguem com preços mais elevados, os valores aí praticados são 9,71€ e 9,38€, respetivamente.

Em Lisboa, os valores medianos mais altos surgem nas freguesias de St. António (14,10€), Misericórdia (13,38€) e Parque das Nações (13,20€).

Considerando as candidaturas entradas em 2018, no âmbito do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA), criado em 2013, verifica-se que também aqui há uma predominância dos elementos do sexo feminino (77%); as famílias monoparentais constituem a tipologia de família mais frequente (28%). O desemprego e uma redução de rendimentos são os principais motivos para a procura de apoio.

Mulheres e homens sem-abrigo

De acordo com o retrato da situação atual constante do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2021 (CML, s.d.), em 2018, estavam na condição de sem casa 1 967 pessoas e sem teto 361 pessoas na cidade de Lisboa (152 destas últimas correspondem a novos casos na cidade de Lisboa). É estimado, nesta fonte, que o número total de pessoas em situação de sem abrigo na cidade seja de 2 473.⁵¹

Estima, por outro lado, que as mulheres representem 10% das pessoas em situação de sem teto na cidade. Relativamente ao comportamento das mulheres sem teto, o referido Plano refere que as mulheres desaparecem da rua ao fim do dia e trocam de lugar de pernoita com frequência.

No conjunto das pessoas em situação de sem abrigo sinalizadas pelas Equipas Técnicas de Rua e pela Equipa Técnica de Acompanhamento e Gestão dos Cacifos, a maioria dos casos foi sinalizada na zona histórica (38,7%) seguida da zona centro (25,6%), da zona ocidental (19,8%) e da zona norte oriental (10,3%); em relação aos contactos por freguesia constata-se que as freguesias onde os contactos tiveram maior significância foram: Santa Maria maior (24,2%), Arroios (16,3%) e S.Vicente (115) (CML, s.d.).

Com um enfoque específico na situação das mulheres sem-abrigo em Lisboa, Ana Ferreira Martins (Martins, 2017) salienta aspetos desta realidade que apontam, também, para algumas diferenças entre a forma como homens e mulheres estão numa mesma condição.⁵²

Assim, as mulheres sem-abrigo são:

- Jovens, e mais jovens do que os homens.

⁵¹ O texto do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2021 esclarece que este número corresponde ao somatório dos valores anteriores, acrescido de 5% de margem de erro.

⁵² O estudo baseia-se em entrevistas a mulheres sem-abrigo (num total de 56) que recorreram a dois centros sociais da AMI em Lisboa, o Centro Porta Amiga das Olaias e de Chelas, desde 1 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006. Complementarmente, a autora recorreu aos dados referentes às entrevistas realizadas a homens sem-abrigo (num total de 252), nos mesmos centros e no mesmo período de tempo, constantes na base de dados da AMI.

- Possuidoras de uma baixa escolaridade, e mais baixa do que a dos homens: as mulheres sem qualquer grau de escolaridade são o triplo dos homens na mesma situação. Refira-se, porém, que, apesar de representarem uma pequena minoria, as mulheres com ensino médio/superior são 9 vezes mais do que os homens.
- Solteiras, embora haja uma muito maior proporção de mulheres, por relação à de homens, casadas/em união de facto ou viúvas.
- Têm como local de pernoita, na maior parte dos casos, e tal como os homens, a rua. Contudo, muito menos do que os homens pernoitam em albergues; e mais do que os homens, pernoitam em casa de amigos/as, pensões, barracas, prédios abandonados, carros.

As mulheres escondem-se mais do que os homens, elas têm a necessidade de se esconderem. (M. J. 1, 29 anos, união de facto, uma filha) (Martins, 2017: 123)

- Tendem a recorrer mais cedo aos serviços do que os homens.
- Vivem, muitas vezes, sozinhas. Mas, com muito maior frequência do que os homens, vivem com um companheiro.
- Tendem a recorrer mais a familiares do que os homens.
- Na sua larga maioria (contrariamente aos homens), têm filhos/as. Mas, na maioria dos casos, encontram-se separadas dos filhos e/ou das filhas (estando estes/as entregues a familiares ou a instituições).
- Uma ampla maioria está desempregada. Porém, mais do que os homens, mantêm uma atividade profissional, nomeadamente em limpezas de escadas e/ou de casas.
- Não possuem formação profissional, numa proporção muito superior à de homens.
- Mais de um terço vive da mendicidade (proporção que é muito inferior à dos homens). Muito mais do que os homens vivem do apoio de pessoas amigas/familiares.
- Não fizeram descontos para a segurança social, em maior proporção do que os homens.
- 16 em cada 100, mais do que os homens, dizem ter contraído HIV.
- Mais de quatro em cada 10, menos do que os homens, referem consumir substâncias aditivas.
- Os principais motivos de procura de apoio, semelhantes aos dos homens, são o desemprego e a precariedade financeira, o desalojamento, problemas familiares e relacionais e a toxicodependência.
- Verbalizam, em vários casos, vivências de violência doméstica, que por vezes foram o motivo para terem ficado sem habitação digna e estável:

Vivia com o marido e quatro filhos numa barraca, devido a maus tratos por parte do marido e por este ter uma nova companheira, pô-la fora de casa. Está na casa de uma senhora amiga, temporariamente, com uma filha, os

outros 3 estão com a sogra. (Isabel 11, separada, 49 anos, quatro filhos) (Martins, 2017: 106)

(...) pernoita em casa de amigos. Saiu de casa porque o marido exerceu sobre ela violência doméstica durante 20 anos e não aguentou mais. (Maria 9, separada, 49 anos, três filhos) (Martins, 2017: 154)

- As principais necessidades a nível da inserção/reinserção expressas são: terem trabalho, alojamento próprio e apoio financeiro (esta última mais verbalizada por mulheres).

O trabalho faz falta para viver e uma casa também. Essas duas coisas são mesmo necessárias para quem tem filhos. (...) Se eu tivesse uma casa era uma mulher feliz. (Paula, solteira, 25 anos, duas filhas) (Martins, 2017: 142)

Mulheres ciganas

A par do que acontece noutros países europeus, as pessoas ciganas em Portugal continuam a ser particularmente vulneráveis à pobreza e aos processos de exclusão social. Num inquérito realizado em 2011 pela Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA, 2016) em 11 países-membros, 80% das pessoas ciganas inquiridas pertenciam a agregados familiares em risco de pobreza, sendo que os níveis mais elevados foram registados em Portugal (quase 100%), Itália e França. A existência de uma grande percentagem de pessoas ciganas que vivem em situação de pobreza extrema em Portugal foi, por outro lado, um dos problemas identificados no estudo nacional sobre as comunidades ciganas, realizado em 2014.

Dados do estudo de “Caraterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal” (Ferreira, 2018), referem que Lisboa é onde existe maior concentração de indivíduos de etnia cigana – 3 293 pessoas, que correspondem a 760 famílias. Todas estas famílias residem em habitação social o que, por si só, é indicador de dificuldades económicas de acesso ao mercado de habitação e/ou existência de fatores de discriminação por parte dos agentes imobiliários que impedem, ou pelo menos dificultam, o acesso destas pessoas ao aluguer ou compra de casa fora do contexto da habitação social. A Ameixoeira, Olivais e Marvila são as freguesias de maior concentração de elementos destas comunidades.

Ainda que não existam dados para a cidade de Lisboa, importa referir, no entanto, alguns aspetos que evidenciam que as mulheres ciganas apresentam vulnerabilidades específicas à pobreza e à exclusão social.

Com efeito, apesar de as mulheres desempenharem um importante papel, tanto na continuidade das tradições – na verdade, são elas o garante da honra e do respeito, enquanto valores fundamentais –

como a nível económico, já que são elas que “governam a casa” e que, na venda, têm um desempenho mais ativo, as mulheres ciganas carecem de uma identidade própria: “quando nascemos como filhas de...; quando casamos são as mulheres de..., quando morremos somos as viúvas de...” (Mulher cigana, mediadora).

Por outro lado, o seu estatuto na comunidade só se constroi com o casamento e a maternidade, o que faz com que estes sejam acontecimentos tenham lugar, na maior parte dos casos, em idades mais precoces do que na sociedade maioritária, limitando, assim, as opções das raparigas ciganas em relação ao seu futuro.

As mulheres ciganas têm, em geral, níveis de instrução mais baixos do que os homens ciganos – a sua saída da escola faz-se mais precocemente como estratégia de garante da honra e de um casamento endogâmico, numa cultura onde não há lugar ao namoro.

No estudo nacional sobre as comunidades ciganas refere-se que, na sua maioria, as mulheres ciganas não ultrapassam a barreira do 1º ciclo do ensino básico e a participação das mulheres em cursos de alfabetização e processos de RVCC “ainda enfrentam grandes resistências por parte dos companheiros que as controlam de muito perto” (Ferreira, 2018: 273).

Os seus mais baixos níveis de instrução e a conceção tradicional de que à mulher não compete trabalhar fora de casa (com exceção da venda, em família), pois o seu espaço deve ser sobretudo o da esfera doméstica, fazem com que as mulheres ciganas estejam numa grande dependência económica em relação aos homens, o que se pode agravar em caso de viuvez.

Esta dependência e subalternidade em relação aos homens revelam-se, ainda, nos seguintes aspetos de que dá conta o estudo nacional sobre as comunidades ciganas (Ferreira, 2018):

- A maioria das pessoas ciganas entrevistadas concorda que ‘as mulheres de vergonha não devem frequentar determinados sítios sem os maridos (41,9%) e que cabe aos homens tomarem as decisões familiares mais importantes (34,8%)’.
- 21,6% concordam que as mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião.
- Um pouco mais de 30% concordam que uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo.
- 30% concordam que os meninos devem andar na escola até mais tarde do que as meninas.

Mulheres e homens com deficiência

Os dados do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento relativos a 2016 revelam que o risco de pobreza ou de exclusão social em Portugal é consideravelmente mais elevado entre as pessoas com deficiência do que entre pessoas sem deficiência, nos diferentes grupos etários. Entre homens e mulheres com deficiência os dados não revelam, porém, diferenças expressivas. No entanto, no relatório “Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de Direitos Humanos 2018” (Pinto & Pinto, 2018) as autoras identificam algumas assimetrias. Ainda que a informação disponível seja para o país, o enunciado de tais assimetrias podem apoiar um aprofundamento do conhecimento da situação de homens e mulheres com deficiência na cidade de Lisboa.

Assim:

- Verifica-se uma sub-representação das raparigas com deficiência no ensino regular, público e privado. Esta sub-representação é ainda maior quando se consideram estudantes que frequentam o ensino especial (72% de rapazes e 28% de raparigas com deficiência, a nível nacional) (Pinto & Pinto, 2018: 14).
- A taxa de atividade das mulheres com deficiência em Portugal é inferior à dos homens com deficiência (-2,3 p.p.) (Pinto & Pinto, 2018: 26).
- Prevalecem mais homens com deficiência registados como desempregados, embora a diferença tenha vindo a diminuir (Pinto & Pinto, 2018: 30).
- Entre as mulheres com deficiência a trabalhar no setor privado os níveis de habilitações são mais elevados (Pinto & Pinto, 2018: 40).
- No setor público, os homens com deficiência estão sobre representados na administração local; as mulheres com deficiência estão sobre representadas na administração central.

No domínio da intervenção da Câmara Municipal de Lisboa junto de pessoas com deficiência, sobressai a Operação de Emprego para Pessoas com Deficiência (OED) que resulta de um protocolo, estabelecido em 1990, entre a atual Fundação LIGA, a Câmara Municipal de Lisboa (CML), e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). No ano de 2018, a OED abrangeu 288 pessoas com deficiência, sendo a maioria do sexo masculino, representando os homens 64% do total, e os restantes 36% do sexo feminino. Em termos de idade, estas pessoas enquadram-se, genericamente, na faixa etária dos 25 aos 44 anos. Quando se considera as pessoas com deficiência colocadas profissionalmente, através do OED, verifica-se que 20% dos elementos do sexo masculino foram colocados; essa percentagem desce para 13,5% quando se considera as mulheres com deficiência, o que significará dificuldades acrescidas para as mulheres com deficiência ao nível da sua integração profissional.

Refira-se, ainda, a existência do Balcão da Inclusão que (ao abrigo de um protocolo entre a CML e o Instituto Nacional de Reabilitação I.P.) presta um serviço de atendimento especializado no domínio da deficiência/incapacidade. Este serviço tem como destinatárias pessoas com deficiência/incapacidade, mas também seus/suas familiares e público em geral. No ano de 2018 foram atendidas pelo Balcão da Inclusão 102 mulheres e 50 homens.

Mulheres e homens em estabelecimentos prisionais

A população reclusa em Portugal tem vindo a aumentar e a percentagem de mulheres no total da população prisional tem aumentado também. Em 2010 as estatísticas da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais dão conta de 11 459 pessoas reclusas, representando as mulheres 5,3%; em Dezembro de 2018 era 12 869 o número de pessoas na prisão, sendo que a percentagem de mulheres correspondia a 6,4% (828 mulheres). A 31 de Dezembro de 2018, 76,4% dos homens e 87,7% das mulheres encontravam-se em estabelecimentos prisionais de risco elevado.⁵³

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), Lisboa é o distrito que concentra maior volume de criminalidade geral participada. Em 2016 existiam 3 629 pessoas – 3 471 homens e 158 mulheres - com residência no distrito de Lisboa em estabelecimentos prisionais, sendo que cerca de 88% se encontravam em prisões localizadas no próprio distrito de residência, havendo uma maior tendência para serem as mulheres a ficarem em estabelecimentos prisionais localizados no seu distrito de residência (94%). A grande maioria da população prisional é de origem portuguesa; entre os homens reclusos a percentagem de estrangeiros é superior (26,7% face a 21,5% de estrangeiras entre as mulheres reclusas). (Ministério da Justiça, 2018)

No livro “Ala Feminina” de Vanessa Oliveira, a autora refere que a maioria dos crimes cometidos por mulheres são atos praticados por desespero e/ou necessidade (Oliveira, 2018). Por seu turno, Catarina Frois (Frois, 2017) verifica que há entre a maioria das mulheres reclusas histórias de pobreza e de institucionalização anteriores ao momento da prisão: *“a sensação com que nós ficamos é que aquelas mulheres estavam já presas a um ciclo de pobreza, de violência e de exclusão social muito anterior ao momento de encarceramento.”*⁵⁴

Um dos elementos salientados num dos *workshops* realizados no âmbito do I PMIG foi o de que o papel de cuidado tradicionalmente assumido pelas mulheres faz com que, quando uma mulher é presa, haja

⁵³ Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas. Disponível em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Est%C3%A1tisticas/%C3%81rea%20Prisional/Quinzenais/2019/1q01-2019-sexpen.pdf?ver=2019-01-16-112807-970>. Consulta em 30/07/19.

⁵⁴ Citação em: <http://www.jornalmapa.pt/2018/01/08/jornadas-as-prisoas-as-mulheres/>. Última consulta em 25/07/2019.

uma maior desestruturação do seu agregado familiar, que penaliza essencialmente as crianças, havendo um também maior estigma social recaindo sobre as mulheres reclusas e sobre os/as seus/suas familiares e, em particular, sobre os seus filhos e filhas.

Pensar sobre as pessoas reclusas implica pensar também nas pessoas que as visitam nas prisões. Ainda que não se disponha de dados estatísticos sobre as visitas aos estabelecimentos prisionais, e tal como salientado nos *workshops*, são as mulheres que mais assumem esse papel e que, como tal, mais se expõem aos olhares públicos nas, com frequência, longas filas de espera, na rua, para a visita a familiares na prisão. Ainda segundo participantes num dos *workshops*, esta é também uma situação com graves consequências para as crianças que ficam desprovidas de supervisão parental com consequências, nomeadamente, no seu rendimento escolar.

Mulheres idosas no centro histórico de Lisboa

O fenómeno da feminização do envelhecimento reflete-se particularmente nas freguesias do centro histórico de Lisboa, onde o parque habitacional apresenta características desajustadas das necessidades de uma população em envelhecimento, como a ausência de elevador, por exemplo, condicionando a mobilidade e fomentando o isolamento das pessoas mais velhas. Elementos participantes nos *workshops* realizados reportam tais situações de isolamento dando conta de casos de pessoas, sobretudo, de mulheres que não saem à rua por não conseguirem descer e subir as escadas dos prédios onde moram. São situações em que, em caso de necessidade, a própria prestação de cuidados no domicílio pode ficar prejudicada. Também a inexistência de casas de banho no interior das casas devidamente adequadas às necessidades das pessoas mais velhas pode constituir um problema – “a mim foi a Junta de Freguesia que realizou obras na casa de banho e colocou um *poliban*. Se não fosse isso agora não podia tomar banho” (participante num dos *workshops*).

Outra dimensão a ter em conta prende-se com a gentrificação turística que se vive no centro histórico. Com efeito, esta é uma zona em profunda transformação emergindo atualmente como local de turismo e de consumo essencialmente voltada para o/a turista. Verifica-se uma expansão da função de recreação, das atividades de lazer ou do alojamento turístico/arrendamento de curta duração, que começam a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente e o comércio local tradicional de proximidade.

As mercearias antigas e lojas de bairro vão sendo substituídas por restaurantes e cafés destinados aos/às visitantes e por lojas de *souvenirs* – “não temos onde comprar um pacote de manteiga aqui no bairro” (participante num dos *workshops*) - limitando, assim, se não mesmo anulando as possibilidades de fazer compras nas imediações da residência. Por outro lado, os cafés como locais de convívio são

quase inexistentes já que se direcionam pela decoração, clientela, produtos e preços praticado para um outro tipo de população.

O incremento de pessoas e de movimento nas ruas, se tem os seus lados positivos, revela-se por vezes, pouco profícuo para moradores e moradoras – “O Castelo de São Jorge, que é o equipamento municipal mais rentável, não contribui para a qualidade de vida dos moradores do bairro. Durante o dia está cheio de gente. À noite fecham todos os estabelecimentos e o clube desportivo é o único local de encontro... A população deixou de poder usar o Castelo como espaço público de acesso livre.” (Quartenaire, 2017: 72)

Importará ainda não ignorar o surgimento de “novos agentes” na via pública – *tuc tuc*, bicicletas, *scooters*, *segways* e *troleys* – que impõem novos cuidados nas deslocações: “Eu cá para mim acho que devia ser proibido aos turistas andarem com os *troleys* na rua. Nós não conseguimos passar” (participante num dos *workshops*).

Por outro lado, o aumento do turismo reflete-se também na utilização dos transportes públicos e, apesar da existência do serviço de transporte “porta-a-porta”, tal significa uma outra dificuldade acrescida para as/os residentes que têm que enfrentar longas filas de espera e meios de transporte cada vez mais cheios, o que coloca questões acrescidas de segurança para as pessoas mais velhas e, uma vez mais, para as mulheres em particular.

Para além das limitações na vida quotidiana estas são, sem dúvida, questões que conflituam com o sentimento de pertença e identificação de mulheres e de homens com o espaço onde residem.

Outros grupos com vulnerabilidades específicas

Num estudo levado a cabo pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa (Castro, 2012) são definidos cinco perfis de pobreza: Trabalhadores/as pobres; Desafiliados/as; Pessoas desempregadas; Cuidadores/as informais; Pessoas incapacitadas para o trabalho por motivos de doença; Pessoas idosas. Ainda que o estudo realizado seja de natureza qualitativa, pode dizer-se que os dois primeiros grupos são predominantemente masculinos e os restantes três são fundamentalmente compostos por mulheres.

Outros grupos de mulheres e de homens foram, também, identificados ao longo deste trabalho de diagnóstico como apresentando vulnerabilidades específicas no município de Lisboa, nomeadamente: mulheres e homens sem-abrigo; mulheres e homens com deficiência; mulheres e homens imigrantes, e em particular africanas/os e afrodescendentes; pessoas na prostituição / que fazem trabalho sexual; mulheres responsáveis por famílias monoparentais; mulheres idosas sós; mulheres cuidadoras informais; pessoas LGBTI+.

A produção de conhecimento sensível ao género em relação a estes grupos, a nível municipal, seria fundamental para uma melhor compreensão dos processos e dinâmicas de vulnerabilidade a eles associados na cidade de Lisboa.

Destaques

- Tendência para uma maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza e à privação material, nomeadamente na velhice e em famílias monoparentais e unipessoais.
- As mulheres ciganas são particularmente vulneráveis aos processos de pobreza e de exclusão social, nomeadamente devido a: níveis de escolaridade mais baixos; casamento e maternidade precoces; dependência económica e subalternidade em relação aos homens ciganos.
- Apesar das pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa serem, na sua maioria homens, as mulheres sem-abrigo apresentam um conjunto de especificidades que carecem de ser devidamente equacionadas.
- As mulheres idosas residentes no Centro Histórico de Lisboa tendem a viver em prédios sem elevador, o que dificulta a sua mobilidade e sociabilidade.
- A turistificação da cidade estará a contribuir para a fragilização das redes tradicionais de entre ajuda e para o desaparecimento de comércio de proximidade nas zonas históricas de Lisboa, o que contribui para o crescente isolamento das mulheres idosas que nelas residem no seu quotidiano.
- Insuficiente produção de conhecimento sensível ao género sobre a situação de mulheres e homens no município, em particular das e dos que pertencem a grupos com vulnerabilidades específicas.

II. I Plano Municipal para a Igualdade de Género | PMIG

Visão

Promoção da igualdade entre homens e mulheres no Município de Lisboa.

Enquadramento

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2018, “o XXI Governo Constitucional reconhece a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos. Neste âmbito, tem priorizado a intervenção ao nível do mercado do trabalho e da educação, da prevenção e combate à violência doméstica e de género, e do combate à discriminação com base na orientação sexual, identidade de género, e características sexuais, orientado pelos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa) e pela promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma das tarefas fundamentais do Estado (alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa)”.

No âmbito das suas competências cabe também às autarquias a definição de objetivos em matéria de igualdade entre mulheres e homens, enquanto domínio estratégico de promoção dos direitos humanos e de cidadania e de construção de uma sociedade mais justa, como aliás se enuncia na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, documento com intuito profundamente transformador, ao ter em vista a eliminação de todos os obstáculos estruturais à igualdade entre mulheres e homens.

Como refere a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal + Igual, “do ponto de vista da ação estratégica, o *mainstreaming* nas diferentes áreas de política da administração local deverá consubstanciar-se na elaboração de planos municipais para a igualdade que traduzam, à escala local, a estrutura da ENIND e respetiva articulação e concretização em planos setoriais locais, salvaguardando a autonomia das autarquias e a especificidade regional”.

A nível autárquico a elaboração do I Plano Municipal para a Igualdade de Género – PMIG, enquadra-se, igualmente, nas Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa 2018-2021, nomeadamente no seu Eixo B – Combater Exclusões, Defender Direitos que enuncia, entre outras medidas, a promoção, apoio e participação em programas/iniciativas de defesa da igualdade de género e a aprovação do Plano Municipal de Igualdade. Em consonância com a ENIND, a orientação municipal *LX Igualdade + I Cidade Promotora da*

Igualdade, contra a Violência e a Discriminação, assume-se como um instrumento de coordenação das políticas do Município de Lisboa, designadamente, para as questões da desigualdade de género.

Linhas transversais – princípios orientadores

Participação

Numa lógica de corresponsabilização, partilha de práticas e de conhecimento e otimização de meios, privilegia-se a participação ativa, na implementação e acompanhamento do I PMIG, de diferentes entidades (públicas e privadas) que integram, nomeadamente, o Conselho Municipal para a Igualdade e o Conselho Local de Ação Social.

Territorialização

O I PMIG assume a territorialização como um dos seus princípios. Estabelece medidas que se devem adequar às características e necessidades dos diferentes territórios da cidade.

Interseccionalidade

A perspetiva da interseccionalidade revela que a discriminação resulta da interseção de múltiplos fatores. Assim, a implementação das medidas inscritas em Plano devem ter em conta o cruzamento do sexo com outros fatores de discriminação, entre os quais a idade, a origem étnica, a deficiência e a orientação sexual.

Articulação com outras estratégias, planos e programas locais e nacionais

Dando cumprimento à orientação municipal *LX Igualdade + 1 Cidade Promotora da Igualdade, contra a Violência e a Discriminação*, o I PMIG assume como princípio orientador a articulação com outras estratégias e planos locais, como seja o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, a Estratégia Integrada de Intervenção com Crianças e Jovens na Cidade de Lisboa, a Estratégia Local de Habitação e o Plano de Desenvolvimento Social. Assume, ainda, a necessária articulação com programas nacionais, tais como: a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, o Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Abordagem dupla e complementar do I PMIG

A execução do Plano de Ação do I PMIG assenta numa abordagem dupla e complementar:

- *Mainstreaming* do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens nos diferentes documentos e instrumentos de planeamento da Câmara Municipal de Lisboa.
- Ações específicas/medidas de ação positiva, de carácter transitório, que em cada área procuram corrigir as desvantagens estruturais de grupos que enfrentam discriminações específicas, assim concretizando o princípio da igualdade e não discriminação.

Síntese do diagnóstico – problemas priorizados

O diagnóstico de Lisboa, em matéria de igualdade de género, foi realizado a partir da recolha, sistematização e interpretação de um conjunto de informação de natureza diversificada. O texto que daí resulta constitui a primeira parte deste documento. O confronto entre uma análise de natureza documental com as questões que se evidenciaram nos *workshops* realizados com entidades que intervêm no concelho de Lisboa e com municípios deu origem ao destaque de alguns problemas. As medidas dirigidas à resolução de tais problemas foram seleccionadas, considerando dois principais critérios: o tempo de execução do I PMIG e os recursos disponíveis para a respetiva implementação. Este processo deu, então, origem à priorização dos problemas que de seguida se enunciam.

Educação

Persistência de dificuldades de acesso à educação por parte de meninas ciganas.

Dados publicados pelo Ministério da Educação revelam que a percentagem de abandono escolar entre alunas/os da comunidade cigana no ensino básico, na AML, é de 11,1% para as meninas e de 6,8% para os meninos. No 3º ciclo do ensino básico essas percentagens sobem para 25,1% e 9,2%, respetivamente.

Taxas de retenção e desistência mais elevadas entre os rapazes em todos os ciclos de estudo do ensino básico.

Os rapazes apresentam taxas de retenção e desistência elevadas ao longo de todos os ciclos de estudos do ensino básico: 3,5% no 1º ciclo; 10,5% no 2º ciclo; 10,8% no 3º ciclo face a 3,1%; 7,2% e 8,8% entre as raparigas nos 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico, respetivamente. A mesma tendência manifesta-se nas diferentes áreas de orientação curricular do ensino secundário. A área na qual tanto rapazes como raparigas apresentam taxas de retenção e desistência mais elevadas, para o total dos anos de escolaridade, é a dos cursos científico-humanísticos gerais (22,6% para rapazes; 16,3% para raparigas) mas o pior desempenho verifica-se no 12º ano dos cursos técnico-profissionais onde a taxa de retenção e desistência é, para os rapazes, de 40,3% e, para as raparigas, de 24,7%.

Emprego

Uma larga maioria das pessoas que trabalham em profissões não qualificadas são mulheres

As mulheres constituem 66,4% de trabalhadores/as não qualificados/as; 62,5% do pessoal administrativo; 56,2% dos/as trabalhadores/as dos serviços pessoais, segurança e vendedores/as.

As mulheres são minoritárias em profissões associadas a cargos de direção e gestão.

A presença de mulheres entre representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as é metade da dos homens.

As mulheres estão particularmente sobre representadas em empresas de pequena dimensão, com predominância do comércio e restauração e de salários baixos.

No *cluster* onde predominam as empresas de pequena dimensão, o comércio e a restauração e salários baixos, as mulheres representam 55,8% da população trabalhadora (note-se que as mulheres constituem 51,2% do total de trabalhadoras/es na cidade de Lisboa).

Os homens estão particularmente sobre representados em empresas de maior dimensão, com predominância das atividades administrativas e financeiras e de salários elevados.

No *cluster* onde predominam empresas de maior dimensão, atividades administrativas e financeiras e salários elevados, os homens representam 49,7% (note-se que os homens constituem 48,8% do total de trabalhadoras/es na cidade de Lisboa).

As mulheres estão sub-representadas entre as pessoas empregadoras.

As mulheres representam cerca de um terço das pessoas empregadoras na cidade de Lisboa.

Usos do tempo e articulação do trabalho pago com o trabalho não pago

A assimetria entre o tempo afeto por homens e mulheres ao trabalho pago na AML é reduzida, e muito menor do que a que se verifica a nível nacional.

Segundo dados do Inquérito Nacional aos Usos do Tempo 2015, em média, por dia, na AML os homens despendem 9 horas e 5 minutos em trabalho pago e as mulheres 8 horas e 54 minutos. Os dados para Portugal apontam para um diferencial de tempo diário afeto ao trabalho pago de 27 minutos a mais para os homens.

A assimetria entre o tempo afeto por mulheres e homens ao trabalho não pago doméstico e de cuidado na AML é elevada, e maior do que a que se verifica a nível nacional.

Em média, por dia (útil), na AML as mulheres despendem 4 horas e 35 minutos em trabalho não pago e os homens 2 horas e 39 minutos. O diferencial de tempo afeto a mais pelas mulheres ao trabalho não pago é, pois, de quase 2 horas. Considerando Portugal no seu conjunto, este diferencial cifra-se em 1 hora e 40 minutos.

A feminização do trabalho não pago é particularmente evidente ao nível da prestação de cuidados físicos às crianças e da realização de tarefas domésticas rotineiras.

Na AML, todos os dias, durante 1 hora ou mais, 3,3% das mulheres cuidam da roupa, 35,3% limpam a casa e 73,2% preparam refeições. As percentagens para os homens são de 0,2%, 6,6% e 22,1%, respetivamente.

São sobretudo as mulheres (e em maior proporção do que no total do país) que se sentem demasiado cansadas após o trabalho, nomeadamente para usufruírem da sua vida pessoal.

São sobretudo as mulheres (e em maiores proporções na AML do que no total do país) que referem ter-se sentido, pelo menos algumas vezes, nos últimos 12 meses, demasiado cansadas após o trabalho para realizarem algumas tarefas domésticas (69,7%, face a 48,7% dos homens) ou para usufruírem da sua vida pessoal (68,7%, face a 50,8% dos homens).

Baixas taxas de cobertura da rede de creches não lucrativas e de acesso não restrito.

De acordo com as Orientações Estratégicas para os Equipamentos Sociais para a Infância, e considerando a meta de 50% de cobertura de creches por parte da rede não lucrativa, definida desde 2009, cerca de metade das freguesias de Lisboa (13) ainda não atingiram esse valor, apresentando quatro destas freguesias (Beato, Parque das Nações, Olivais e Areeiro) taxas de cobertura abaixo dos 24%. As freguesias com grande potencial de crescimento populacional como Lumiar e Santa Clara têm taxas de cobertura da rede de creches não lucrativas e de acesso não restrito inferiores aos 50% estabelecidos.

Cidadania

Dificuldades de fruição do espaço público e de acesso à cidadania urbana.

Elementos do Conselho Municipal para a Igualdade apontam iluminação e condições de segurança deficientes em certas zonas da cidade.

Medo, por parte das mulheres, em circular à noite no espaço público, mesmo quando este é próximo da sua residência.

O Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género de Lisboa conclui que a vitimação das mulheres está estatisticamente associada à preocupação e ao medo em circular à noite no espaço público, mesmo quando este é próximo da sua residência. Num espaço público que é percecionado como inseguro e discriminatório, nomeadamente por via do assédio e da importunação sexual.

Insuficiente produção de conhecimento sensível ao género sobre a situação de mulheres e homens no município, em particular das e dos que pertencem a grupos com vulnerabilidades específicas.

Para além de outras lacunas a este nível, o diagnóstico revela que muitos documentos, incluindo documentos estratégicos, produzidos no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa não apresentam informação desagregada por sexo.

Eixos prioritários de intervenção, objetivos e públicos estratégicos

O I PMIG estrutura-se em torno de quatro eixos prioritários de intervenção: Educação, Emprego, Usos do Tempo e Articulação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal e Cidadania.

Os nove objetivos estratégicos são os seguintes:

1. Garantir a participação de meninas e raparigas ciganas no sistema educativo
2. Diminuir as taxas de retenção e desistência, em particular entre os rapazes, em todos os ciclos de estudo
3. Contribuir para a dessegregação sexual do mercado de trabalho
4. Promover o acesso das mulheres à criação de empresas e de emprego
5. Promover a participação dos homens no trabalho não pago doméstico e de cuidado
6. Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado
7. Dotar a cidade com uma moderna e acessível rede de creches, não lucrativa e de acesso não restrito
8. Promover a cidadania urbana de mulheres e de homens
9. Produzir conhecimento, regularmente atualizado, sobre a situação de mulheres e de homens no município

A estes nove objetivos estratégicos correspondem 22 objetivos específicos e 30 medidas.

Para dar cumprimento aos objetivos estabelecidos, o I PMIG identifica, como grupos destinatários das suas medidas os seguintes públicos estratégicos:

- Municipais
- Comunidade escolar
- Crianças e jovens
- Entidades empregadoras
- Técnicos/as de emprego
- Entidades com participação nas Comissões Sociais de Freguesia
- Profissionais da autarquia
- Pessoas beneficiárias de programas e iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa.

Plano de Ação janeiro 2020 - setembro 2021

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO I – EDUCAÇÃO

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
1. Garantir a participação de meninas e raparigas ciganas no sistema educativo	1.1. Promover e reforçar a capacidade das escolas para a integração e o sucesso educativo das crianças e jovens ciganas/os	1. Criação da figura de mediadora cigana para intervenção num agrupamento de escolas, a definir entre os que têm uma maior presença de crianças e jovens ciganas/os	Figura de mediadora cigana criada Nº de escolas que integram o agrupamento de escolas envolvido Nº de crianças e jovens ciganas/os que frequentam o agrupamento de escolas envolvido	1 mulher cigana mediadora 1 agrupamento de escolas	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Alto Comissariado para as Migrações (ACM) Associações de pessoas ciganas	1º semestre 2020
	1.2. Reforçar a capacitação das escolas no domínio da multiculturalidade e cultura cigana	2. Divulgação do Guião para as escolas, elaborado pela Direção Geral de Educação, “Promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas”	Nº de ações realizadas Nº de agrupamentos de escolas envolvidos Nº de pessoas abrangidas pelas ações, por sexo Nº de escolas que passaram a aplicar o Guião	1 ação junto dos 9 agrupamentos de escolas com maior presença de crianças e jovens ciganas/os 100 pessoas abrangidas 50% das escolas aplicam o Guião	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	MEdu / Direção Geral de Educação	Ao longo do período de vigência do I Plano Municipal para a Igualdade de Género (I PMIG)

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO I – EDUCAÇÃO (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
1. Garantir a participação de meninas e raparigas ciganas no sistema educativo	1.3. Valorizar a educação escolar em particular de meninas e raparigas ciganas	3. Campanha de promoção do sucesso das meninas e raparigas ciganas	Campanha lançada Nº e tipo de materiais criados Nº e tipo de materiais distribuídos/divulgados Nº e tipo de entidades onde foram distribuídos/divulgados os materiais Duração da campanha	1 campanha durante pelo menos 3 meses	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Alto Comissariado para as Migrações (ACM) Associações de pessoas ciganas Agrupamentos de escolas	2º semestre 2020
		4. Realização de encontros periódicos com pais e mães ciganos/as que têm filhos/as em idade escolar	Nº de sessões realizadas Nº de freguesias onde foram realizadas as sessões Nº de mães ciganas envolvidas Nº de pais ciganos envolvidos	3 sessões x 6 freguesias 50 pais/mães ciganos/as envolvidos/as	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Comissões Sociais de Freguesia Gebalis	1 sessão por semestre x 6 freguesias

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO I – EDUCAÇÃO (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
2. Diminuir as taxas de retenção e desistência, em particular entre os rapazes, em todos os ciclos de estudo	2.1. Promover uma reflexão sobre as desigualdades no acesso ao sucesso educativo de rapazes e raparigas na cidade de Lisboa	5. Produção de infografia sobre o (in)sucesso escolar de rapazes e raparigas	Infografia produzida Nº de iniciativas de reflexão / discussão realizadas Nº de participantes, por sexo	1 infografia 1 iniciativa de reflexão / discussão 20 participantes	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Conselho Municipal de Educação de Lisboa (CMEL)	1º trimestre 2020
	2.2. Valorizar percursos educativos de sucesso junto de rapazes e raparigas	6. Campanha nas redes sociais valorizando a escola como fator de sucesso	Campanha lançada Duração da campanha Nº de visualizações Nº de “gostos”	1 campanha durante pelo menos 3 meses	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Escolas de imagem e <i>design</i>	Ao longo do período de vigência do I PMIG
		7. Realização de sessões específicas sobre o direito à educação no Espaço Universo D	Nº de sessões realizadas Nº de crianças / jovens envolvidas/os, por sexo Nº de pessoas adultas envolvidas, por sexo	6 sessões 60 pessoas envolvidas (crianças, jovens, pessoas adultas)	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais CML / Espaço Universo D	Agrupamentos de escolas Juntas de Freguesia Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)	1 por trimestre
		8. Ações de desconstrução de estereótipos e papéis de género em estabelecimentos educativos da rede pública	Nº de sessões realizadas Nº de estabelecimentos envolvidos Nº de elementos da comunidade escolar abrangidos, por sexo	1 agrupamento de escolas x 3 sessões em cada estabelecimento 100 elementos da comunidade escolar	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Outras entidades relevantes da administração pública e/ou da sociedade civil	Ano letivo 2020/2021

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO II – EMPREGO

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
3. Contribuir para a dessegregação sexual do mercado de trabalho	3.1. Incluir uma perspetiva sensível ao género nos vários cursos de educação e formação de pessoas adultas promovidos pelo município	9. Consideração das diferentes necessidades, responsabilidades, recursos, experiências e perceções de mulheres e de homens nos vários cursos de educação e formação de pessoas adultas promovidos pelo município, com vista à dessegregação sexual do mercado de trabalho	Nº de cursos que usam linguagem inclusiva em função do género nos seus materiais de divulgação e apoio Nº de cursos que promovem a integração de mulheres em áreas de educação e formação em áreas tradicionalmente masculinas Nº de cursos que integram um módulo sobre igualdade entre mulheres e homens	Todos os cursos	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML / Pelouro de Recursos Humanos Departamento de Desenvolvimento e Formação	Ao longo do período de vigência do I PMIG
	3.2. Adequar os espaços físicos à presença de mulheres trabalhadoras em todas as estruturas do município de Lisboa	10. Adequar os espaços físicos, por exemplo instalações sanitárias, vestiários, etc. de todos os locais de trabalho da autarquia, à presença de mulheres, homens e outras expressões e identidades de género.	Nº e tipo de espaços físicos adaptados	Todos os espaços físicos do Regimento de Sapadores Bombeiros adaptados	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML / Pelouro da Higiene Urbana, Proteção Civil e Sapadores Bombeiros	Ao longo do período de vigência do I PMIG
	3.3. Promover boas práticas organizacionais em matéria de igualdade entre mulheres e homens, de promoção de masculinidades cuidadoras e da articulação da vida profissional, familiar e pessoal	11. Atribuição de um Selo Municipal IG a entidades empregadoras do concelho com práticas promotoras da igualdade entre mulheres e homens, de masculinidades cuidadoras e da articulação da vida profissional, familiar e pessoal	Selo Municipal IG criado Concurso lançado Nº de entidades empregadoras candidatas Nº de entidades empregadoras distinguidas	1 edição	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais		Ao longo do período de vigência do I PMIG

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO II – EMPREGO (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
	3.4. Sensibilizar mulheres e homens para a dessegregação sexual do mercado de trabalho	12. Campanhas nos transportes públicos, bem como em diferentes instituições da cidade, de desconstrução de estereótipos e papéis de género, que promovam a dessegregação sexual do mercado de trabalho	Campanha lançada Nº e tipo de materiais criados Nº e tipo de materiais distribuídos/divulgados Nº e tipo de entidades onde foram distribuídos/divulgados os materiais Duração da campanha	1 campanha	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Carris Metro CLAS	4º trimestre 2020
	3.5. Reforçar a capacitação de técnicos/as de emprego no município de Lisboa, no domínio da igualdade de género no mercado de trabalho	13. Ações de formação dirigidas a técnicos/as de emprego no município de Lisboa no domínio da igualdade de género no mercado de trabalho	Nº de sessões realizadas Nº de entidades envolvidas Nº de profissionais abrangidos/as, por sexo	2 ações X 12 técnicos/as de emprego	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CLAS	2º semestre 2019 e 1º semestre 2020

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO II – EMPREGO (CONT.)

4. Promover o acesso das mulheres à criação de empresas e de emprego	4.1. Incluir uma perspetiva sensível ao género nos vários programas de apoio ao empreendedorismo no município de Lisboa	14. Consideração das diferentes necessidades, responsabilidades, recursos, experiências e perceções de mulheres e de homens nos vários programas de apoio ao empreendedorismo no município de Lisboa	<p>Nº de programas que usam linguagem inclusiva em função do género nos seus materiais de divulgação e apoio</p> <p>Nº de programas que incentivam a integração de mulheres em áreas empresariais tradicionalmente masculinas</p> <p>Nº de programas que incentivam a integração de homens em áreas empresariais tradicionalmente femininas</p> <p>Nº de programas que na avaliação de candidaturas e/ou nas atividades desenvolvidas consideram as diferentes necessidades e expectativas de mulheres e de homens</p>	Todos os programas	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML/ Pelouro da Economia e Inovação	Ao longo do período de vigência do I PMIG
		15. Negociação com vista à adoção de majorações nos vários programas de apoio ao empreendedorismo no município de Lisboa para candidaturas apresentadas por mulheres e/ou em que as mulheres sejam maioritárias	Nº de programas de apoio ao empreendedorismo no município de Lisboa que têm majoração para candidaturas apresentadas por mulheres e/ou em que as mulheres sejam maioritárias	Todos os programas	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML/ Pelouro da Economia e Inovação	Ao longo do período de vigência do I PMIG

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO III - USOS DO TEMPO E ARTICULAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
5. Promover a participação dos homens no trabalho não pago doméstico e de cuidado	5.1. Desconstruir estereótipos e papéis de género valorizando as masculinidades cuidadoras, junto de crianças e jovens	16. Ações de desconstrução de estereótipos e papéis de género, recorrendo a exemplos positivos, que valorizem as masculinidades cuidadoras, nos estabelecimentos educativos da rede pública	Nº de sessões realizadas Nº de estabelecimentos envolvidos Nº de elementos da comunidade escolar abrangidos, por sexo	1 agrupamento de escolas x 3 sessões em cada estabelecimento 100 elementos da comunidade escolar	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Entidades relevantes da administração pública e/ou da sociedade civil	Ano letivo 2020/2021
	5.2. Desconstruir estereótipos e papéis de género valorizando as masculinidades cuidadoras, junto de mulheres e de homens que residem, estudam e/ou trabalham na cidade de Lisboa	17. Campanhas nos transportes públicos, bem como em diferentes instituições da cidade, de desconstrução de estereótipos e papéis de género, recorrendo a exemplos positivos, que valorizem as masculinidades cuidadoras	Campanha lançada Nº e tipo de materiais criados Nº e tipo de materiais distribuídos/divulgados Nº e tipo de entidades onde foram distribuídos/divulgados os materiais Duração da campanha	1 campanha	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Carris Metro CLAS	1º trimestre 2021
	5.3. Reforçar a capacitação de homens e mulheres para a realização de tarefas de cuidado e domésticas	18. Ações de sensibilização para o trabalho de cuidado e doméstico, que valorizem as masculinidades cuidadoras	Nº de ações realizadas Nº de participantes, por sexo Nº de freguesias envolvidas	20 ações 100 pessoas	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Comissões Sociais de Freguesia Unidades de Cuidados na Comunidade	Ao longo do período de vigência do I PMIG

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO III - USOS DO TEMPO E ARTICULAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
6. Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado	6.1. Apoiar mulheres e homens cuidadoras/es	19. Realização de estudo municipal sobre mulheres e homens cuidadoras/es e consequente elaboração de recomendações de política municipal	Estudo realizado Recomendações propostas	1 estudo	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais		2º semestre 2020
7. Dotar a cidade com uma moderna e acessível rede de creches, não lucrativa e de acesso não restrito	7.1. Alargar a cobertura de rede de creches não lucrativa e de acesso não restrito	20. Aprovação do novo Programa de Desenvolvimento da Rede de Creches de Lisboa, incluindo o compromisso de criação de 1000 novos lugares em creche	Programa aprovado	1 programa	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais		1º semestre 2020

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO IV - CIDADANIA

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
8. Promover a cidadania urbana de mulheres e de homens	8.1. Identificar as dificuldades de fruição do espaço público e de acesso à cidadania urbana, em especial pelas mulheres, e elaborar recomendações	21. Sessões de auscultação de Juntas de Freguesia, nomeadamente com base no 1º inquérito municipal à violência doméstica e de género de Lisboa	Nº de sessões realizadas Nº de freguesias envolvidas Nº de participantes, por sexo	13 freguesias 50 mulheres e 15 mulheres	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Juntas de Freguesia	1º semestre 2020
		22. Mapeamento das zonas do território municipal que carecem de intervenções de melhoria ao nível da iluminação e de outras condições de segurança e respeito pela privacidade, e consequente elaboração de recomendações de política municipal	Mapeamento realizado Recomendações elaboradas	1 estudo de mapeamento	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML / Pelouro da Mobilidade e Segurança	1º semestre 2021
	8.2. Defender e promover o direito à igualdade e à não discriminação em função do sexo de munícipes de Lisboa	23. Designação do tema igualdade entre rapazes e raparigas na educação na próxima edição do Prémio Municipal de Direitos Humanos – Criança e Jovem	Prémio lançado com este tema Nº de candidaturas	1 edição do prémio	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais		1º semestre 2020
	8.3. Adotar metodologias participativas e de proximidade que permitam uma adequação permanente das respostas municipais às necessidades de mulheres e de homens	24. Criação da figura de especialista em igualdade entre mulheres e homens, com formação específica, em cada Comissão Social de Freguesia	Nº de especialistas formadas/os e designadas/os Nº de Comissões Sociais de Freguesia abrangidas	12 especialistas formadas/os e designadas/os	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Comissões Sociais de Freguesia	Ao longo do período de vigência do I PMIG
	8.4. Reforçar a capacitação de profissionais para a intervenção junto de mulheres e de homens	25. Ações de formação para profissionais de diferentes unidades orgânicas da autarquia no domínio da Igualdade de Género, incluindo em linguagem inclusiva em função do género e em indicadores sensíveis ao género	Nº de ações realizadas Nº de participantes, por sexo	1 ação 15 participantes	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML/ Departamento de Desenvolvimento e Formação	1º semestre 2020

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO IV – CIDADANIA (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
	8.5. Dar visibilidade ao papel das mulheres na vida da cidade e reforçar sentimentos de pertença	26. Atribuição de nomes femininos a ruas, praças, parques e edifícios representativos	Nº de nomes femininos atribuídos	2 nomes femininos atribuídos	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Comissão Municipal de Toponímia Juntas de freguesia CML	1º semestre 2021
		27. Edição de brochura(s), em português e inglês, sobre figuras femininas de referência nas zonas mais turistificadas da cidade, acompanhadas de infografia sobre a situação de mulheres e homens na freguesia	Nº de brochuras editadas Nº de Juntas de Freguesia envolvidas Nº de mulheres cuja história foi contada Nº de entidades onde a brochura foi distribuída	1 brochura em 2 freguesias do Centro Histórico	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	Juntas de Freguesias	1º semestre 2021
9. Produzir conhecimento, regularmente atualizado, sobre a situação de mulheres e de homens no município	9.1. Incluir uma perspetiva sensível ao género em todas as estratégias e programas do município	28. Consideração das diferentes necessidades, responsabilidades, recursos, experiências e perceções de mulheres e de homens em todas as estratégias e programas do município	Nº de estratégias e programas que usam linguagem inclusiva em função do género nos seus materiais de divulgação e apoio Nº de estratégias e programas que apresentam informação desagregada por sexo Nº de estratégias e programas que adotam indicadores sensíveis ao género Nº de estratégias e programas que, nas atividades desenvolvidas, consideram as diferentes necessidades e expetativas de mulheres e de homens	Todas as estratégias e programas municipais	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML	Ao longo do período de vigência do I PMIG

EIXO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO IV – CIDADANIA (CONT.)

Objetivo estratégico	Objetivo(s) específico(s)	Medida(s)	Indicadores	Metas	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização
		29. Apresentação de proposta, em reunião de Câmara, com vista à inclusão, de forma sistemática, de informação estatística desagregada por sexo em todos os documentos (estratégicos e outros) da responsabilidade direta ou indireta do município	Proposta apresentada Proposta aprovada	Aprovação de proposta	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML	1º semestre 2020
		30. Apresentação de proposta, em reunião de Câmara, com vista à adoção, de forma sistemática, de linguagem inclusiva em função do género em todos os documentos (estratégicos e outros) da responsabilidade direta ou indireta do município	Proposta apresentada Proposta aprovada	Aprovação de proposta	CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais	CML	1º semestre 2020

Monitorização e avaliação

O I Plano Municipal para a Igualdade de Género é coordenado pela Câmara Municipal de Lisboa. Tem vigência até 2021. No entanto, a sua vigência será prolongada até à aprovação do II Plano Municipal para a Igualdade de Género.

Tal como descrito acima, cada eixo prioritário de intervenção engloba objetivos gerais e objetivos específicos aos quais correspondem diferentes medidas. A responsabilidade pela implementação de cada uma destas medidas cabe à CML / Pelouro de Educação e Direitos Sociais. Contudo, diferentes entidades serão mobilizadas e envolvidas na implementação de cada medida específica, bem como na respetiva monitorização e avaliação.

O I PMIG será objeto de monitorização regular, com periodicidade semestral, que se baseará na recolha de informação junto das entidades responsáveis e envolvidas na execução de cada medida, com base nos indicadores, metas e calendarização definidos.

O modelo de governação do I PMIG pressupõe a colaboração e envolvimento das entidades com intervenção no domínio da igualdade entre mulheres e homens na cidade de Lisboa. Assim, o Conselho Municipal para a Igualdade, e em particular o seu Grupo de Trabalho para a Igualdade, contribuirá de forma ativa para o acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação do I PMIG.

No termo da sua vigência, o I PMIG será objeto de uma avaliação externa e independente.

Modelo de governação

Modelo no Município de Lisboa a definir em conformidade com o modelo previsto no Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

III. Recomendações de medidas a incluir no Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens de Lisboa 2020-2030

Foram elaboradas, em diálogo com a Câmara Municipal de Lisboa / Departamento de Educação e Direitos Sociais, recomendações de medidas a incluir no Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens de Lisboa 2020-2030, em torno dos mesmos quatro eixos prioritários de intervenção identificados para o I PMIG, num total de 25 medidas.

A distinção entre medidas e recomendações de medidas, deve-se ao facto de as primeiras coincidirem com o quadro temporal do mandato e terem prioridade na execução. Foi, ainda, priorizada a exequibilidade e adequação das medidas propostas, nomeadamente ao nível do orçamento.

Educação

1. Elaboração do Plano Municipal para a Integração das Comunidades Ciganas, incluindo enfoque específico sobre o acesso à educação, em particular de meninas e raparigas ciganas
2. Criação, gestão e financiamento de bolsa de dinamizadores/as especialistas em igualdade de género para intervenção junto de crianças e jovens
3. Alinhamento com Estratégia Integrada de Intervenção com Crianças e Jovens na Cidade de Lisboa (PDS 2017-2020)
4. Inclusão da temática igualdade de género e educação nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas de Complemento de Apoio à Família (CAF) e nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), nos estabelecimentos educativos da rede pública e solidária

Usos do tempo e articulação da vida profissional, familiar e pessoal

5. Criação e gestão de serviço municipal de amas certificadas
6. Criação e gestão de “amas avós” certificadas
7. Criação e gestão de “babysitting social”
8. Estudo de mapeamento e compreensão dos constrangimentos na articulação dos tempos na cidade para mulheres e homens, e consequente elaboração de recomendações ao nível do planeamento urbanístico (ex: adequação dos horários de serviços públicos, estabelecimentos comerciais, equipamentos de cultura e lazer, equipamentos de apoio à infância, transportes, etc.)
9. Promoção de uma rede de serviços de proximidade: criação e/ou revalorização de lojas, cafés, espaços culturais e de convívio, farmácias, etc. ao nível do bairro/comunidade local

Cidadania

10. Integração de uma perspetiva sensível ao género no planeamento, intervenção e avaliação nas áreas do urbanismo e do ambiente
11. Integração de uma perspetiva sensível ao género no planeamento da rede de transportes, nomeadamente no que se refere à adequação de horários, frequência, rotas, paragens e estações

e condições dos transportes públicos (ex: paragem a pedido entre estações, nas carreiras de autocarros, de modo a que as mulheres possam ficar mais próximas do seu destino, em zonas inseguras e/ou à noite)

12. Utilização de ferramentas para que os orçamentos da Câmara Municipal de Lisboa, dos seus serviços e empresas, sejam desenhados tendo em consideração os distintos impactos nas questões de género, conforme previsto na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual."
13. Desenvolvimento de plano municipal de organização dos tempos da cidade, que inclua estratégias para melhorar a mobilidade e a fruição do espaço público, bem como a articulação da vida profissional, familiar e pessoal de mulheres e de homens
14. Promoção de maior segurança no espaço público, nomeadamente em termos de sinalética, iluminação, visibilidade, isolamento, vias de fuga e emergência, manutenção, etc.
15. Reforço da vigilância e do policiamento comunitário, nomeadamente em zonas da cidade mais envelhecidas (por ex. no sentido de prevenir burlas e roubos)
16. Formações/*workshops* de segurança pessoal, asseguradas pela Polícia Municipal e de acesso gratuito
17. Adoção de orçamentos sensíveis ao género: avaliação dos orçamentos em função do género em todos os níveis do processo orçamental e reestruturando receitas e despesas por forma a promover a igualdade entre mulheres e homens
18. Adoção de avaliação de impacto em função do género de normas, atos estratégicos ou administrativos a nível municipal
19. Articulação com o II Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Lisboa e com o Plano LGBTI+
20. Elaboração de estudo(s) municipal(is) sobre mulheres e homens em situação de particular vulnerabilidade, nomeadamente: sem abrigo; com deficiência; imigrantes, e em particular africanas/os e afrodescendentes; responsáveis por famílias monoparentais; idosas/os sós; LGBTI+
21. Criação de espaços promotores e de valorização de conhecimentos e competências das mulheres
22. Criação da figura de Provedor / Provedora para a igualdade entre mulheres e homens no município de Lisboa
23. Promoção da igualdade de género nas práticas autárquicas e na prestação de serviços à comunidade: Inclusão de cláusulas que acautelem a igualdade entre mulheres e homens em toda a regulamentação normativa (concessões, contratos, convénios, subvenções e subsídios) do município de Lisboa
24. Subscrição pelo município de Lisboa da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local
25. Garantia de mecanismos de aplicação, a nível local, da Agenda Habitat (ONU), em particular no que respeita à integração de uma perspetiva sensível ao género no desenvolvimento urbano

26. Garantia de mecanismos de aplicação, a nível local, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU), em particular no que respeita ao ODS 5 (Igualdade de género) e ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis)

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João; Malheiros, Jorge Macaísta (1999) Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, vol. XXXIV (150), 1999, 147-173. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/40753/1/Os%20imigrantes%20e%20o%20mercado%20de%20trabalho_o%20caso%20portugu%C3%AAs.pdf
- Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro dos Direitos Sociais (s.d.) *Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2021*.
- Câmara Municipal de Lisboa (2018) *Rede não lucrativa de creches. Orientações estratégicas - equipamentos sociais - infância - 2018*.
- Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro de Educação e Direitos Sociais / Malheiros, Jorge; Carreiras, Marina (coord.) (s.d.) *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa: Volume 2 – Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa - 2015-2017*. Lisboa: CML / ACM. Disponível em: https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Plano-municipal-para-a-integra%C3%A7%C3%A3o-de-imigrantes-de-Lisboa_Vol.2_2015_17.pdf
- Capucha, Luís (coord.) (2018) *Revisão da Carta Educativa de Lisboa. Volume I - Diagnóstico Parte I: Enquadramento e contexto. Versão provisória*. ISCTE-IUL, CIES-IUL / CML.
- Carmo, Renato Miguel do (coord.) (2012) *Desigualdades de remunerações nas freguesias de Lisboa 2003-2009*. Lisboa: Observatório das Desigualdades / Observatório de Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa. Disponível em: [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Desigualdades de Remuneracao nas Freguesias do Concelho de Lisboa - _2003-2009.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Desigualdades_de_Remuneracao_nas_Freguesias_do_Concelho_de_Lisboa_-_2003-2009.pdf)
- Castro, Alexandra (coord.) (2012) *A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Porto: EAPN Portugal. Disponível em: <https://www.eapn.pt/publicacao/180/cadernos-17-a-cidade-incerta-barometro-do-observatorio-de-luta-contra-a-pobreza-na-cidade-de-lisboa>
- CCDRLVT (2017) *Mapeamento de Equipamentos Sociais, Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020*. Disponível em: [https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020_Map eamento Infraestruturas Soci.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020_Map eamento Infraestruturas Soci.pdf)
- CITE (2018) *A igualdade entre Mulheres e Homens no mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Flash8.pdf>
- Consejería de Políticas Sociales y Familia / Dirección General de la Mujer (2018) *Estrategia Madrileña para la Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres 2018-2021*. Comunidad de Madrid. Disponível em: <http://www.upm.es/sfs/Rectorado/Gerencia/Igualdad/Documentos/estrategia%20para%20la%20igualdad%20mujeres%20y%20hombres.pdf>

CNE, Conselho Nacional de Educação (2018) *Estado da Educação 2017*. Lisboa: CNE. Disponível em: <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1364-estado-da-educacao-2017>.

Craveiro, Maria Teresa; Belo, Fernanda; Cardoso, Maria Alice Nunes (coord.) (s.d.) *II Diagnóstico Social 2015-2016*. Lisboa: CML. Disponível em: http://195.245.197.216/rsocial/asp/auth.asp?back=yes&get=/Todos/DOCS_enviados//1106/Diagn%F3sticos%20Sociais/DS%20Lisboa_2015-2016.pdf

DINAMIA'CET/IUL (2017) *Estudo de Públicos da EGEAC (sumário executivo)*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/estrategias-para-a-cultura>. Consultado em 15.07.19.

Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local (2019) *Estratégia Local de Habitação 2019-2024*. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Habitacao/Bolsa_Territorial/Relatório da Estratégia Local de Habitação 2019-2024.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Habitacao/Bolsa_Territorial/Relatório_da_Estrategia_Local_de_Habitacao_2019-2024.pdf).

Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture - European Commission (2014) *Preventing Early School Leaving in Europe – Lessons Learned from Second Chance Education*. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/575dc3dc-a6fb-4701-94a2-b53d62704567/language-en/format-PDF>

Feijão, Fernanda / SICAD/DNI/DEI (2017) *Comportamentos aditivos dos adolescentes em Portugal Continental, nas Regiões (NUT II) e comunidades intermunicipais (NUT III) em 2015*. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/170/ECATD_CAD-2015%20-%20Relat%C3%B3rio%20II_%20NUTS.pdf

Farinha Rodrigues, Carlos (coord.) (2016) *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal. As consequências sociais do Programa de Ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/a98e63bd-0e40-436f-926c-68e800225fd2/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>

Ferreira, Teresa Leal / Observatório da Habitação da Reabilitação Urbana (2018) *Caraterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. IHRU, Lisboa. Disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf

FRA (2012) *The situation of Roma in 11 EU Member States - Survey results at a glance*. Disponível em: <https://fra.europa.eu/en/publication/2012/situation-roma-11-eu-member-states-survey-results-glance>

FRA (2017) *Out of Sight: migrant women exploited in domestic work*. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-migrant-women-labour-exploitation-domestic-work_en.pdf

FRA (2016) *Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia. Ciganos: resultados selecionados*. Viena, FRA. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2016-eu-minorities-survey-roma-selected-findings_pt.pdf.

Frois, Catarina (2017) *Mulheres Condenadas – Histórias de dentro da prisão*. Lisboa: Tinta da China.

GEBALIS / Marta Santos (coord.) (2015) *Tão perto e tão longe – Satisfação residencial e participação cívica nos bairros municipais de Lisboa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Guimarães, Mário, et al (2009) *Carta Desportiva de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Desporto/Carta_Desportiva/Relatório_CD_L_23Julho09.pdf.

INDEG/ISCTE (2017) *Estudos Desporto em Lisboa*, INDEG/ISCTE, CML. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Desporto/Apresentacao_Sintese_Estudos_Lisboa_Capital_Desporto.pdf

INE (2013) *Anuário Estatístico da Região Lisboa – 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. Disponível em: https://ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=209715202&att_display=n&att_download=y

INE (2018) *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa - 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. Disponível em: https://ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=352357783&att_display=n&att_download=y

INE (2018a) *Mobilidade e funcionalidade do território nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=349565256&att_display=n&att_download=y

INE (2018b) *Rendimentos e Condições de Vida 2018 – Destaque, 30 novembro 2018*. Lisboa: INE. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=349921802&att_display=n&att_download=y

INE (2019) *Estatísticas de Rendidas da Habitação ao nível local – Destaque, 27 março 2019*. Lisboa: INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=349103787&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

IHRU (2018) *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf

Leite, Carolina; Almeida, Joana; Vais, Rui; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Gestão de Pessoas, Formação e Emprego*. Projeto Local Gender Equality. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_gestao_pessoas.pdf

Lisboa, Manuel et al. (2015) *Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a eliminação – Relatório final*. Lisboa: CESNOVA/CICS.NOVA da FCSH/UNL. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2015/07/Relat_Mut_Genital_Feminina_p.pdf

Lisboa, Manuel (coord.) (2017) *Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género de Lisboa*. Estudo realizado no âmbito do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Lisboa. Síntese alargada disponível em: http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/onvg/wp-content/uploads/sites/31/2017/07/Si%CC%81ntese_alargada_das_concluso%CC%83es.pdf

Lopes, Mónica; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Cultura, Desporto, Juventude e Lazer*. Projeto Local Gender Equality. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_cultura.pdf

Lopes, Mónica; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género no Urbanismo, Habitação e Ambiente*. Projeto Local Gender Equality. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_urbanismo_habitacao_ambiente.pdf

MAI/OTSH (2018) *Tráfico de Seres Humanos – Relatório de 2017*. Lisboa: Ministério da Administração Interna/Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Disponível em: https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2017_2018.pdf

Martins, Ana Ferreira (2017) *As Sem Abrigo de Lisboa. Mulheres que sonham com uma casa*. Lisboa: Chiado Editora.

Martins, Ana Isabel (2019) *Contributos da Gestão e Planeamento da Mobilidade Urbana para a Construção de Cidades Saudáveis*. Universidade de Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37474/1/ulsd732868_td_Ana_Martins.pdf

Mendes, Isabel *et al.* (2018) Avaliação da satisfação com o atendimento e serviços prestados pela Rede BLX – análise comparativa dos resultados de satisfação dos utilizadores no âmbito do questionário aplicado entre 2015 e 2018. CML, Direção Municipal de Cultura/Divisão da Rede de Bibliotecas.

Mendes, Manuela (coord.) (2014) *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Lisboa: Observatório das Comunidades Giganas / ACM. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/estudonacionalComunidades.pdf/f4aa9b13-797d-40bb-a3b3-1c4011b05760>

Ministério da Justiça (2018) *Olhar o futuro para guiar a ação presente: Relatório sobre o sistema prisional e tutelar*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=29dd78f7-d076-4d80-a09b-6b2c94ec09d5>

Monteiro, Rosa; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Segurança e Prevenção da Violência no espaço público*. Projeto Local Gender Equality. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_seguranca_prevencao_violencia_digital.pdf

Monteiro, Rosa; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Mobilidade e Transportes*. Projeto Local Gender Equality. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_mobilidade_e_transportes_digital.pdf

Oliveira, Catarina; Gomes, Natália (2018) *Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual 2018*. Lisboa: Observatório das Migrações / ACM. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2018+%E2%80%93+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.pdf>

Oliveira, Catarina Reis; Pires, Cláudia (2010) *Imigração e sinistralidade laboral*. Lisboa: Observatório da Imigração / ACIDI. Disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/OI_41.pdf/c172e1ab-223b-4079-b812-e1e9419abe8c

Oliveira, Catarina (2016) *Diver-Cidades empresariais em Portugal – Estratégias de imigrantes em mercados locais*. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13642/1/PhD%20Catarina%20Reis%20Oliveira%202016.pdf>.

Oliveira, Vanessa (2018) *Ala Feminina – Pode a reclusão revelar mistérios da condição da mulher?*, Lisboa: Desassossego.

Perista, Heloísa; Cardoso, Ana; Abrantes, Manuel; Brázia, Ana; Perista, Pedro; Quintal, Eudelina (2016a) *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal. Policy Brief*. Lisboa: CESIS / CITE. Disponível em: https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/policybrieffinal.pdf

Perista, Heloísa; Cardoso, Ana; Abrantes, Manuel; Brázia, Ana; Perista, Pedro (2016b) *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS / CITE. Disponível em: https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/inut_livro.pdf

Perista, Perista (coord.) (2019) *Trabalhadores imigrantes na Grande Lisboa – Da integração laboral à participação cívica*. Relatório de pesquisa não publicado.

Pinto, Paula Campos; Pinto, Teresa Janela (2018) *Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de Direitos Humanos 2018*, Lisboa, Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, ISCSP. Disponível em: <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/387-relatorio-oddh-2018>

Quatenaire (2017) *Estudo sobre novas dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas no centro histórico de Lisboa*. Disponível em: <http://www.quatenaire.pt/Destaques/Novas-Dinamicas-Residenciais-Economicas-e-Urbanisticas-no-Centro-Historico-de-Lisboa>.

Ribeiro, Fernando Bessa; Clemente, Mara (2017) *Tráficos, trânsitos sexuais e agência. Bagoas*, n.º 17: 22-38. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16474/1/Bagoas_17_2017_Ribeiro%26Clemente_22_38.pdf

Rodrigues, Ana Margarida *et al.* (2018) *O Estado da Educação 2017*. Lisboa, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://www.cnedu.pt/content/EE2017/EE2017_04-03-2019.pdf.

Rosa, Maria João Valente (1999) *Notas sobre a população — desequilíbrios entre sexos, Análise Social*, vol. XXXI, 699-705. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799532Q1iVS0un3Qd72LU5.pdf>

Saleiro, Sandra; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Saúde e Ação Social*. Projeto *Local Gender Equality*. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_saude_acao_social.pdf

Saleiro, Sandra; Ferreira, Virgínia (coord.) (2016) *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Educação*. Projeto *Local Gender Equality*. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://lge.ces.uc.pt/files/LGE_educacao_digital.pdf

SICAD (2016) *A situação do país em matéria de álcool – Relatório de 2015*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências: Direção de Serviços de Monitorização e Informação / Divisão de Estatística e Investigação. Disponível em: <http://www.sicad.pt/PT/Publicacoes/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20C3%81lcool%20%202015.pdf>

Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário Geral (2019) *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2018*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>

Tavares, António; Cadoso, Fátima; Quitério, Fátima (coord.) (2013) *Um retrato da Saúde em Lisboa: Contributo para um perfil de saúde da cidade*. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Disponível em: www.arslvt.min-saude.pt/uploads/writer_file/document/77/Perfil_de_Saude_da_Cidade_de_Lisboa-Junho_2013.pdf

Tavares, António (coord.) (2016) *Perfil de Saúde e Seus Determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2015*. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Disponível em: https://www.arslvt.min-saude.pt/uploads/writer_file/document/4767/Volume_1.pdf

Torres, Anália (coord.); Costa, Dália; Sant'Ana, Helena; Coelho, Bernardo, Sousa, Isabel (2016) *Assédio sexual e moral no local de trabalho*. Lisboa: CITE / CIEG – ISCSP. Disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf